

**POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL DE
MINAS GERAIS: UM DIAGNÓSTICO
FUNDAMENTADO NA ABORDAGEM
INTERPRETATIVA**

PATRÍCIA APARECIDA FERREIRA

2007

PATRÍCIA APARECIDA FERREIRA

**POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR
NO SUL DE MINAS GERAIS: UM DIAGNÓSTICO FUNDAMENTADO
NA ABORDAGEM INTERPRETATIVA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

Orientador
Prof. Dr. Edgard Alencar

**LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2007**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Ferreira, Patrícia Aparecida

Potencialidades e limitações da agricultura familiar no Sul de Minas
Gerais: um diagnóstico fundamentado na abordagem Interpretativa /
Patrícia Aparecida Ferreira. – Lavras : UFLA, 2007.

128 p. : il.

Orientador: Edgard Alencar

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento. 3. Teoria da ação
social. 4. Fatores favoráveis a fatores limitantes. I. Universidade
Federal de Lavras. II. Título.

CDD-306.852

PATRÍCIA APARECIDA FERREIRA

**POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR
NO SUL DE MINAS GERAIS: UM DIAGNÓSTICO FUNDAMENTADO
NA ABORDAGEM INTERPRETATIVA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 02 de março de 2007.

| | |
|---|---------|
| Dr ^a .Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio | EMBRAPA |
| Prof. Dr. José Carlos dos Santos Jesus | UFLA |
| Prof. Dr. José Roberto Pereira | UFLA |

Prof. Dr. Edgard Alencar
UFLA
(Orientador)

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL**

AGRADECIMENTOS

Muitas são as formas de ajudar, assim como são muitas as formas de agradecer e é por isso que, a meu modo, agradeço a todas as pessoas que, a seu modo, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

Primeiramente, agradeço a Deus, pela oportunidade e por ter me concedido perseverança, paciência e entusiasmo.

De modo muito especial, agradeço ao meu professor e orientador, Edgard Alencar, pela disponibilidade, paciência, orientação e contínuo incentivo, desde o meu período de iniciação científica até a conclusão deste trabalho.

Agradeço especialmente também aos meus pais, Messias e Terezinha e as minhas irmãs, Daniele e Ana Paula que sempre estiveram presentes, incentivando-me nos estudos e ao Eduardo, pelo apoio e carinho.

Pela ajuda, colaboração e possibilidade de tornar real o mestrado, também gostaria de deixar o meu agradecimento:

- à Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo financiamento da pesquisa “Agropecuária sul-mineira e agricultura familiar: uma análise interpretativa”;
- ao Prof. Robson Amâncio e às amigas Ana Adalgisa, Ana Carolina e Jaciara, pelo trabalho e esforço empregados nesta pesquisa;
- a todos os entrevistados, que contribuíram para a realização desta pesquisa;
- aos professores do DAE, pelos ensinamentos;
- aos funcionários do DAE, em especial a Elizabeth, secretária de pós-graduação, pelos serviços prestados;
- aos amigos da turma de mestrado, em especial a Sabrina, Vânia, Cléria, Raquel, Sandra e Douglas, pois juntos conseguimos tornar esse caminho mais suave.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| LISTA DE TABELAS | i |
| LISTA DE FIGURAS | ii |
| RESUMO | iii |
| ABSTRACT | iv |
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 6 |
| 2.1 Integração rural-urbana, atores sociais e complexos agroindustriais..... | 6 |
| 2.2 Agricultura familiar e desenvolvimento rural..... | 21 |
| 2.3 Teoria da ação social..... | 25 |
| 3 METODOLOGIA | 37 |
| 3.1 Método de coleta de informações | 37 |
| 3.2 Seleção dos entrevistados | 39 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 43 |
| 4.1 Fatores favoráveis | 43 |
| 4.1.1 Fatores edafoclimáticos | 43 |
| 4.1.1.1 Clima..... | 45 |
| 4.1.1.2 Altitude | 45 |
| 4.1.1.3 Solo | 46 |
| 4.1.1.4 Topografia..... | 47 |
| 4.1.1.5 Recursos hídricos | 48 |
| 4.1.2 Fatores infra-estruturais e de localização..... | 48 |
| 4.1.2.1 Instituições de apoio à agropecuária | 49 |
| 4.1.2.2 Pronaf..... | 57 |
| 4.1.2.3 Estrutura de comercialização | 59 |
| 4.1.2.4 Localização | 61 |
| 4.1.3 Fatores sociais..... | 62 |

| | |
|---|-----|
| 4.1.3.1 Pequenas propriedades rurais..... | 62 |
| 4.1.3.2 Disponibilidade de mão-de-obra..... | 66 |
| 4.1.3.3 Presença de sindicatos, associações e cooperativas..... | 67 |
| 4.1.3.3.1 Fatores culturais..... | 70 |
| 4.1.3.3.2 Alternativas sustentáveis..... | 71 |
| 4.1.4 Diversificação agrícola..... | 72 |
| 4.1.5.2 Agricultura orgânica..... | 76 |
| 4.1.5.3 Turismo rural..... | 82 |
| 4.1.5.4 Fatores limitantes..... | 83 |
| 4.1.6 Fatores limitantes localizados no nível de produtor..... | 84 |
| 4.1.6.1 Vocação ou tradição..... | 84 |
| 4.1.6.2 Baixo nível de escolaridade..... | 86 |
| 4.1.6.3 Fatores limitantes localizados na região..... | 87 |
| 4.1.6.3.1 Objetos sociais..... | 87 |
| 4.1.6.3.2 Edafoclimáticos..... | 95 |
| 4.1.6.3.3 Infra-estruturais..... | 96 |
| 4.1.7 Fatores limitantes localizados fora da região..... | 102 |
| 4.1.7.1 Ausência de política agrícola..... | 103 |
| 4.1.7.2 A instabilidade nos preç os dos produtos..... | 105 |
| 4.1.7.3 Falta de recursos financeiros..... | 107 |
| 4.1.7.4 Custo de produção..... | 109 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 114 |
| 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 121 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 Categoria de atores sociais e número de entrevistados por categoria | 42 |
| TABELA 2 Fatores edafoclimáticos favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais na perspectiva dos atores sociais entrevistados, 2003 | 44 |
| TABELA 3 Instituições de apoio apontadas como fatores favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais na perspectiva dos atores sociais entrevistados, 2003 | 50 |
| TABELA 4 Programa governamental, estrutura de comercialização e localização favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais na perspectiva dos atores sociais entrevistados, 2003 | 58 |
| TABELA 5 Fatores sociais e culturais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais na perspectiva dos atores entrevistados, 2003 | 63 |
| TABELA 6 Alternativas sustentáveis consideradas como fatores favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais na perspectiva dos atores entrevistados, 2003 | 73 |
| TABELA 7 Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais localizados, no âmbito do produtor, na perspectiva dos atores entrevistados, 2003 | 85 |
| TABELA 8 Fatores limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais, localizados no âmbito regional, na perspectiva dos atores entrevistados, 2003 | 88 |
| TABELA 9 Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais, localizados fora da região, na perspectiva dos atores entrevistados, 2003 | 103 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|--|-----|
| FIGURA 1 | Relações entre atores que integram uma cadeia agroindustrial..... | 09 |
| FIGURA 2 | Esquema geral para a construção de redes de significação..... | 33 |
| FIGURA 3 | Níveis de análise identificados partindo dos depoimentos dos entrevistados | 36 |
| FIGURA 4 | Fatores edafoclimáticos, instituições de apoio à agropecuária, fatores infra-estruturais e de localização identificados como favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar, no período de julho de 2003..... | 111 |
| FIGURA 5 | Fatores sociais e culturais e alternativas sustentáveis identificados como favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar, no período de julho de 2003..... | 112 |
| FIGURA 6 | Fatores identificados no âmbito do produtor, da região e fora da região, como limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar, no período de julho de 2003..... | 113 |

RESUMO

FERREIRA, Patrícia Aparecida. **Potencialidades e limitações da agricultura familiar no Sul de Minas Gerais: um diagnóstico a partir da abordagem interpretativa.** 2007. 129 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais.*

Este estudo buscou identificar os objetos de orientação que assumem, para as lideranças de agricultores familiares, profissionais de ciências agrárias e autoridades municipais, o significado de fatores favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar na região Sul de Minas Gerais. Com relação à coleta de dados, utilizou-se a técnica “focused interview”. Os entrevistados foram selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento, sendo onze lideranças de produtores familiares, doze profissionais de ciências agrárias e doze autoridades municipais. Os fatores favoráveis foram classificados conforme a sua natureza e agrupados nas categorias fatores edafoclimáticos, infra-estruturais e localização, sociais, culturais e alternativas sustentáveis. Já a classificação dos fatores limitantes foi realizada conforme o nível em que fator se situava, isto é, se no do produtor, da região ou fora da região. Os resultados também mostraram que o processo de orientação não é linear, pois os entrevistados estabeleceram múltiplas conexões entre diferentes objetos situacionais. Tais conexões colocaram em evidência que o aproveitamento de fatores favoráveis e a redução dos impactos dos fatores limitantes subentendem a noção de interdisciplinaridade, por representarem dimensões que envolvem diferentes áreas do conhecimento. Além disso, constatou-se que o desenvolvimento da agropecuária familiar no Sul de Minas Gerais está vinculado tanto a fatores estruturais como também a fatores subjetivos, o que justifica o uso da teoria da ação social como suporte teórico para este trabalho.

* Orientador: Prof. Edgard Alencar - UFLA

ABSTRACT

FERREIRA, Patrícia Aparecida. **Potentialities and limitations of familiar agriculture in the south of Minas Gerais: a diagnosis from the interpretative boarding.** 2007. 129 p. Dissertation (Master in Administration) Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais. Brazil. *

The objective of this study was to identify the objects of orientation that have, for the head of family farms, professionals of agro sciences and town authorities, the meaning of favorable or limiting factors to the development of familiar agriculture in the south region of Minas Gerais with relation to data collection, the technique 'focused interview' was used. The interviewee were selected by the non- probabilistic method of sampling by judgment, where eleven familiar farm leaders, twelve professionals of agro sciences and twelve town authorities. The favorable factors were classified according to their nature and grouped in the 'edafoclimático' factor infra- structure and place, social, cultural and sustainable alternative categories. On the regard of the classification of the limiting factors, it was done according to the level in which the factor was, i.e., either with the producer, the region or outside the region. The results also showed that the process pf orientation isn't linear, as the interviewee established multiple connections among the different situational objects. These connections highlighted that the taking advantage of the favorable factors and the reduction of the impacts of the limiting factors involve interdisciplinary notion, by representing dimensions that involve different areas of knowledge. In addition, it was observed that the development of family agriculture in the south of Minas Gerais is linked either to structural factors as to secondary factors, what justify the use of the theory of social action as theoretical support for this work.

* Adviser: Edgard Alencar

1 INTRODUÇÃO¹

A agropecuária brasileira passou, nas últimas quatro décadas, por transformações estruturais, as quais resultaram numa nova inserção da agricultura no cenário sócio-econômico brasileiro. De acordo com Kageyama (2004), a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas adjacências das cidades, a indústria penetrou nos espaços rurais e reduziram-se as diferenças culturais entre campo e cidade.

Em decorrência dessas características, o rural deixou de ser somente sinônimo de agrícola, tornando-se pluriativo e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social), surgindo, assim, diversas formas de agricultura familiar, que incorporam uma diversidade de situações específicas e particulares, que variam desde o modo camponês de subsistência até as formas imbricadas de produção e comercialização mercantil.

Além de ser um segmento heterogêneo e diversificado, a agricultura familiar é uma categoria que tem relevância social e econômica, uma vez que consiste numa grande geradora de empregos e produtora de alimentos. Como observa Guedes (2003), a agricultura familiar representa atualmente 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros, empregando 77% da mão-de-obra do campo, produzindo mais de 50% dos alimentos básicos da população (ovos, aves, feijão, arroz, mandioca, milho, etc.).

Assim, a noção de desenvolvimento rural que incorpora a agricultura familiar como foco central de suas reflexões busca formas participativas de intervenção, redução de custos, inovações tecnológicas, novas alternativas de

¹ Esta dissertação foi elaborada com base em dados do projeto de pesquisa “Agropecuária sul-mineira e agricultura familiar: uma análise interpretativa”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e coordenado pelo Prof. Edgard Alencar do Departamento de Administração e Economia (DAE) da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

produção e nichos de mercado, torna-se essencial. Além disso, as estratégias de desenvolvimento rural devem pensar a agricultura não apenas no nível das propriedades, mas em termos regionais e da economia nacional como um todo, combinando, assim, forças internas e externas à região. Quanto à elaboração dessas estratégias, os saberes dos diversos atores sociais ligados à agricultura familiar devem ser considerados, pois esses representam elementos relevantes para a formulação, a implementação e o monitoramento das ações de desenvolvimento rural.

A idéia central de desenvolvimento em que se fundamenta a formulação deste estudo assenta-se nas considerações de Oakley & Garforth (1985). Esses autores identificam três dimensões associadas a desenvolvimento: econômica, social e humana. A dimensão econômica refere-se ao desenvolvimento da base produtiva da sociedade, visando à produção dos bens materiais necessários à vida humana. A dimensão social diz respeito à possibilidade de os membros de uma sociedade terem acesso aos benefícios institucionais (por exemplo, saúde, educação, segurança social). A dimensão humana refere-se à oportunidade que tais pessoas possuem, individualmente ou em comunidade, de materializar todas as suas potencialidades e talentos, possibilitando o desempenho de uma ação construtiva na formação da própria sociedade. Portanto, quando se fala em desenvolvimento rural, não se fala apenas de desenvolvimento econômico (crescimento agrícola, principal base produtiva do meio rural), mas em um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, o humano e o social.

Assim, assinalam Oakley & Garforth (1985), o desenvolvimento rural é um processo que envolve objetivos econômicos e sociais orientados para a transformar a sociedade e proporcionar um meio de subsistência melhor e mais seguro para a população rural. Ressaltam que tais objetivos devem ser sustentáveis para que não destruam a natureza, não comprometam o futuro das próximas gerações e solidários, incluindo todos os seres humanos no acesso à

riqueza e aos serviços modernos e não criando desigualdades. Essa concepção de desenvolvimento constitui o cerne de onde se originou a idéia de estudar as potencialidades e limitações da agricultura familiar sul-mineira, partindo da perspectiva das lideranças de produtores familiares, profissionais de ciências agrárias que atuam na agricultura familiar e autoridades municipais.

A região Sul de Minas Gerais (RSMG) tem sua estrutura agrária formada por um grande número de pequenas e médias propriedades rurais. Dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 (IBGE, 2001) indicam que existiam nessa região, em 1995, 96.521 estabelecimentos rurais (19,40% do total de Minas Gerais), das quais 91,30% apresentavam área inferior a 100 ha (43,30% com área inferior a 10 ha e 48,00% entre 10 a menos de 100 ha). A região também pode ser caracterizada pela prática de atividades tradicionais, no sentido de serem praticadas há mais de um século, como a produção de café e leite. Todavia, atualmente, os produtores estão buscando estratégias de redução de riscos e garantia de renda, diversificando suas atividades, com destaque para fruticultura, olericultura e produção de grãos, principalmente o milho (Simão, 2005).

A região também conta com uma rede de escritórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), estações experimentais da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), instituições de ensino técnico e superior em ciências agrárias, organizações não-governamentais que atuam junto aos produtores e uma rede de cooperativas agropecuárias, operando na comercialização e ou processamento de produtos agropecuários, principalmente café e leite. Há, ainda, um grande número de pequenas e médias agroindústrias que operam no setor de laticínios, beneficiamento e torrefação de café. Além dessa infra-estrutura, o Sul de Minas está localizado próximo às grandes áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Este trabalho pretende dar continuidade a uma pesquisa iniciada em 1996 e que procurou descrever os fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária no Sul de Minas Gerais, bem como identificar as possíveis deficiências no aproveitamento dos fatores favoráveis e o potencial restritivo dos fatores limitantes. Na primeira fase da pesquisa (1996-1998), foram entrevistados dez lideranças de produtores empresários e onze profissionais de ciências agrárias (três extensionistas da EMATER MG, três pesquisadores da EPAMIG e cinco professores universitários) selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento. Nesse método, as pessoas são escolhidas por preencherem critérios previamente definidos e relacionados com a relevância das informações que podem fornecer. Os entrevistados foram identificados partindo de indicações efetuadas por organizações públicas e privadas que atuam na área de estudo.

Na segunda fase (2003-2004), foram entrevistados doze lideranças de produtores familiares, dez técnicos que trabalhavam com agricultura familiar, também selecionados pelo método de amostragem por julgamento, bem como treze autoridades municipais (prefeitos, secretários de agricultura ou responsáveis direto pelo setor agropecuário municipal) das cidades onde residiam os produtores entrevistados. Tendo como referência os dados obtidos nessa segunda fase, este trabalho procurou conhecer como diferentes atores sociais ligados à agropecuária dessa região, interpretam o ambiente em que atuam, identificando possíveis fatores favoráveis e ou limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG. Mais especificamente, pretendeu-se: a) identificar e descrever os fatores favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar no Sul de Minas Gerais e possíveis deficiências no aproveitamento destes fatores, segundo a interpretação de lideranças de agricultores familiares (LAF), profissionais de ciências agrárias (PCA) e autoridades municipais (AM); b) identificar e descrever os fatores limitantes ao

desenvolvimento da agricultura familiar no Sul de Minas e o potencial restritivo destes fatores, segundo a interpretação de lideranças de agricultores familiares (LAF), profissionais de ciências agrárias (PCA) e autoridades municipais (AM).

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: no segundo capítulo discutem-se os fundamentos teóricos; no terceiro capítulo são apresentados os fundamentos metodológicos; o quarto e o quinto capítulos são compostos, respectivamente, pelos os resultados obtidos nesta pesquisa e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para facilitar a exposição dos temas abordados neste trabalho e articulá-los de forma lógica, formando um corpo teórico estruturado, a revisão bibliográfica foi dividida em três seções: na primeira, é caracterizado o processo de integração rural-urbana, intermediado pelos complexos agroindustriais, bem como os atores sociais envolvidos nesta integração; na segunda, são apresentadas algumas questões sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar e, na terceira seção, apresenta-se a teoria que sustentou a realização do estudo.

2.1 Integração rural-urbana, atores sociais e complexos agroindustriais

O final da década de 1960 é considerado como o marco da constituição do complexo agroindustrial brasileiro (CAI), embora suas bases tenham sido implantadas na década de 1950, com a expansão das indústrias de bens de produção. Todavia, foi no final dos anos 1960 que o Estado formulou políticas voltadas para a industrialização da agricultura, visando a atender à demanda interna e ao crescimento das exportações¹. Paralelamente, com a urbanização e a ampliação das atividades industriais e de serviços, cresceu o mercado interno para produtos agropecuários industrializados, dando origem à formação dos complexos agroindustriais ou, como preferem alguns autores, dos sistemas agroindustriais.

¹ Dentre essas políticas, destacam-se os investimentos públicos em infra-estrutura (estrada, comunicação, comercialização, etc.), estabelecimentos de projetos especiais e programas regionais (renovação da cafeicultura e cacauicultura, expansão da triticultura e da sojicultura, desenvolvimento do cerrado, aproveitamento de várzeas, entre outros), incentivos aos investimentos privados em reflorestamento e à abertura de grandes fazendas nas regiões centro-oeste e amazônica, desenvolvimento das indústrias de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, reestruturação da pesquisa agropecuária e da extensão rural, incremento do crédito rural, geralmente a taxas de juros negativas (isto é, inferiores a taxas de inflação) e subsídios para aquisição de insumos e máquinas (Alencar, 2000).

A característica central da constituição dos complexos agroindustriais é a integração da agropecuária com outros ramos industriais, transformando-a em um elo de uma cadeia na qual se encontram, de um lado, as indústrias que fornecem à agricultura insumos, máquinas e equipamentos (setor a montante) e, do outro, as indústrias de classificação, beneficiamento e ou industrialização da matéria-prima agrícola (setor a jusante), também incluindo, nesse segmento, a sua distribuição. Amplia-se também a rede de serviços de apoio necessários ao funcionamento desse sistema, representada pela assistência técnica, pesquisa e desenvolvimento, pelos serviços bancários, marketing, transporte, bolsas de mercadorias e outros (Alencar et al., 2001).

Ao constituir-se em um elo de uma cadeia, para produzir, a agricultura passou a depender dos insumos que recebe das indústrias e não produz mais apenas bens de consumo final, mas, basicamente, bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias (Kageyama et al., 1990). Segundo Graziano da Silva (1996), o elo que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é o fato de que todas elas são atividades do capital com regulamentação macroeconômica. Este cenário impede que a agropecuária seja analisada como um setor isolado, sem a vinculação com os demais setores que, com ela, formam os complexos e suas conexões com o ambiente mais amplo, incluindo o Estado e a comunidade internacional. Representa, pois, uma nova e complexa realidade para os agricultores, envolvendo-os numa intrincada rede de relações de interesses (Alencar et al., 2005) em que, segundo Delgado (1985) e Lamounier (1994), sobressai a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios agricultores. Desse modo, os diferentes setores que formam os complexos agroindustriais, incluindo o Estado e suas agências, podem ser vistos como atores que possuem objetivos a serem atingidos e que dispõem, embora de forma diferenciada, de meios para obtê-los e se submetem a condições para a consecução dos seus objetivos.

Na Figura 1 são colocadas em relevo relações que podem se estabelecer entre os atores sociais que integram um dado complexo e que fornecem os elementos gerais para a discussão dessas relações no interior e fora de uma cadeia. Esta Figura resume o que foi tema de vários trabalhos publicados nas últimas duas décadas².

A base da Figura 1 representa o esquema geral de uma cadeia agroindustrial, formada pelos setores a montante, agropecuário e a jusante. A linha que envolve estes setores representa a possibilidade de formação de conglomerados empresariais em que uma *holding* controla empresas situadas em diferentes setores, inclusive no agropecuário (Alencar et al, 2005). Autores como Baggio et al. (1983), Delgado (1985) e Graziano da Silva (1996) consideram o processo de “integração de capitais”, entendido como centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., formando conglomerados empresariais por meio de fusões, organizações de *holdings*, como uma dimensão chave do novo padrão agrícola brasileira. Este processo ganhou peso a partir de 1975 e acelerou-se na década de 1990, com a abertura econômica e a ampliação da participação do capital internacional no setor de processamento³.

² Baggio et al. (1983); Batalha (1997); Belato (1986); Belik (1997); Calegario (1996); Delgado (1985); Dias e Guimarães (1997); Fonseca (2000); Graziano da Silva (1996); Kageyama et al. (1990); Lamounier (1994); Lopes (1992); Machado Filho et al. (1996); Mezzomo (1997); Müller (1981 e 1982); Ramos e Reydon (1995); Sorj e Wilkinson (1983); Zylbersztajn e Neves (2000).

³ Veja, por exemplo, Belik (1995), Delgado (1986), Gonçalves (1999 e 2003) e Dupas (2005).

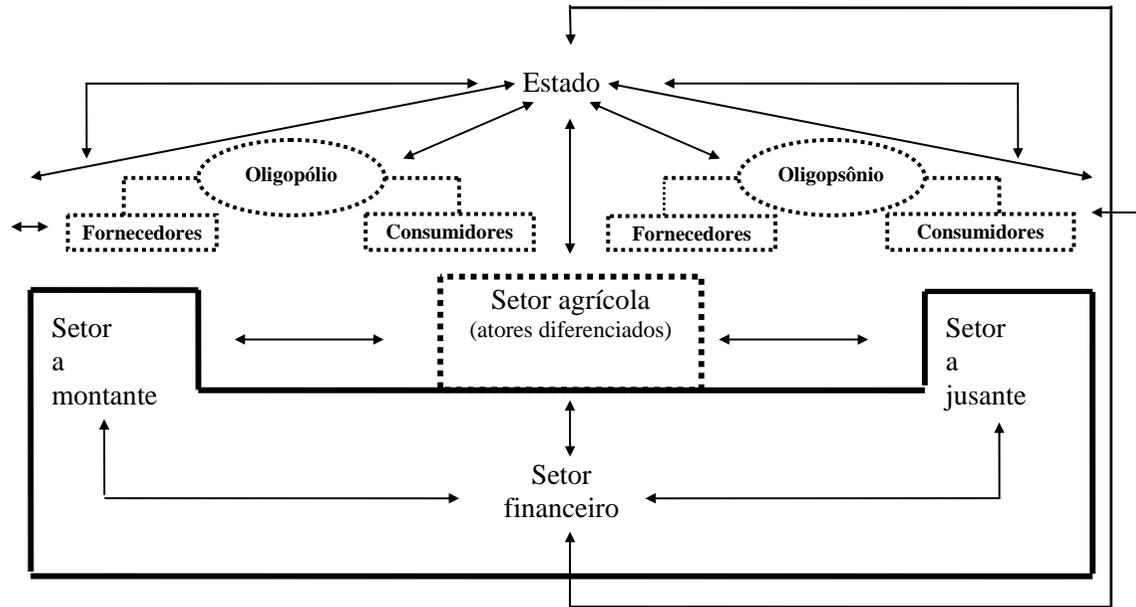


FIGURA 1 Relações entre atores que integram uma cadeia agroindustrial

Fonte: Alencar (2000, p.79)

Os investimentos diretos na produção agropecuária não são grandes. Isto porque as agroindústrias que necessitam garantir o suprimento e a qualidade da matéria-prima que utilizam preferem assegurá-los por meio de contratos com os produtores, uma forma mais econômica do que o investimento direto na produção⁴. É por essa razão que, na Figura 1, a linha que caracteriza o conglomerado aparece pontilhada, ao circundar o setor agropecuário. A presença de conglomerados no interior de uma cadeia é um indicador da magnitude dos atores sociais com os quais os agricultores e suas organizações interagem (Alencar et al., 2001). Além disso, os atores localizados a montante e a jusante podem ocupar posições na estrutura de mercado, as quais lhes permitam maior capacidade de negociação de preços do que os agricultores.

A análise fundamentada na noção de cadeia, ao descrever o fluxo da produção de um bem, revela a possibilidade de existirem situações de mercado típicas de concorrência imperfeita. Como mostrado na Figura 1, podem-se identificar, no interior de uma cadeia, segmentos de mercado representando as relações comerciais que se estabelecem entre o setor a montante e agropecuário e entre este e o setor a jusante.

As empresas que atuam nos setores a montante e a jusante são poucas, organizadas em associações de interesses e interagem com um grupo amplo, heterogêneo e disperso de produtores, essa situação que limita a capacidade de ações coletivas dos atores localizados no setor agropecuário. Este cenário favorece a possibilidade de que as relações entre os setores a montante e agropecuário assumam características de oligopólio e as relações entre a agropecuária e o setor a jusante, características de oligopsônio⁵. Por conseguinte, pelo menos teoricamente, os produtores rurais são os atores que dispõem de

⁴ Veja Belato (1986), Kageyama et al. (1990), Lopes (1992), Lemos (1995), Sorj et al. (1982).

⁵ O oligopólio é uma situação de mercado em que há um pequeno número de fornecedores que controla a oferta e, por isso, exercem uma grande influência sobre os preços. O oligopsônio refere-se à situação inversa em que um pequeno número de compradores controla o mercado e influi decididamente sobre os preços.

menos recursos para negociar seus interesses no interior de uma cadeia, mesmo que essa negociação seja entendida como uma aliança estratégica. Como um sistema agroindustrial não interrompe no setor a jusante, seria interessante observar que as relações que são estabelecidas entre este setor e os consumidores podem assumir a configuração de um mercado com traços de oligopólio⁶.

Além de ocuparem posições privilegiadas no mercado e da possibilidade de se constituírem conglomerados empresariais, os atores sociais localizados nos setores a montante e a jusante são amparados por eficientes estruturas administrativas. A eficiência gerencial e os investimentos em novas tecnologias são meios de que essas empresas lançam mão para competir entre elas e conquistar novos mercados, inclusive o internacional. Por esta razão, investem pesado para a implantação de novos processos de produção, disputar os serviços dos bons executivos, mantê-los nos seus quadros e treinar novos quadros. O critério de promoção é a eficiência, a qual se traduz em retorno econômico para a empresa (Alencar, 2000). Vistos deste ângulo, treinamento de pessoal em diferentes níveis e manter bons executivos nos seus quadros são interpretados como investimento. Da mesma forma, contratar os serviços de boas empresas de consultoria e marketing, por exemplo, é também visto como investimento (Alencar, 2000). As empresas estrangeiras têm ainda a seu favor maior experiência internacional, recursos para investimentos e tecnologia, o que pode se transformar em importantes trunfos em uma economia globalizada⁷.

⁶ No Brasil, em 1992, existiam 48 mil agroindústrias. No entanto, cerca de 15 empresas abasteciam 80% de todos os alimentos que estavam nas gôndolas dos supermercados do país. (“Fúria dos oligopólios – a disparada dos preços dos alimentos industriais em 1992”, Isto É, nº 1218 de 03.03.93, p.12-17).

⁷ Fatores desta natureza foram evidenciados pelos dirigentes empresariais e executivos da área de recursos humanos das empresas agroindustriais de Minas Gerais estudadas por Fonseca (2000). Tais fatores figuravam, na linguagem dos dirigentes, como elementos do cenário que se descortinou a partir da abertura econômica de 1990 e orientou o processo de modernização tecnológica e administrativa de suas empresas.

O setor agropecuário ilustrado na Figura 1 vem acompanhado da expressão “atores diferenciados”, o que representa a heterogeneidade social existente no campo, identificada por diferentes tipos de produtores e de trabalhadores rurais⁸. Essa heterogeneidade sempre existiu, no entanto, o processo de capitalização da agricultura lhe impôs uma nova configuração. A identificação desses atores está, em primeiro lugar, relacionada com o grau de controle que possuem sobre a terra e com a forma de exploração nela existente. Considerando-se os atores sociais com menor controle sobre a terra, cresce a presença do assalariado, em especial do trabalhador temporário remunerado por produtividade ou tarefa. As unidades de produção mais capitalizadas tendem a manter, como mão-de-obra permanente, empregados que executam atividades especializadas (retireiros, operadores de máquinas, etc.). Expande-se também o movimento dos trabalhadores sem-terra e a pressão pela reforma agrária (Alencar, 2000).

Os atores sociais que possuem algum controle sobre a terra são diferenciados por meio de uma análise multidimensional que articula o conceito de “unidade de produção”, “processo de organização da produção” e “processo de integração com o mercado”⁹. Unidade de produção (UP) é entendida como a área de terra na qual a produção agropecuária é realizada. Este conceito não se restringe ao aspecto formal da propriedade legal da terra, uma vez que abrange áreas exploradas sob o sistema de parceria, áreas arrendadas e áreas sob posse. Processo de organização da produção refere-se ao modo pelo qual os fatores de produção (terra, capital e trabalho) são combinados dentro da unidade de produção. Processo de integração com o mercado refere-se às relações que

⁸ Sobre o processo de diferenciação veja, entre outros, os seguintes autores: Abramovay (1992); Harriss (1982); Müller (1982); Sorj e Wilkinson (1983) e Wanderley (1996).

⁹ Os conceitos de unidade de produção, forma de organização da produção e integração com o mercado são discutidos por Alencar (1986 e 2000) e Alencar e Moura Filho (1988).

integram a UP ao setor urbano-industrial, como fornecedora de alimento ou matéria-prima e consumidora de bens e serviços.

A análise multidimensional permite identificar quatro tipos básicos de unidade de produção:

- 1) “latifúndio” (unidade multimodular, com níveis de comercialização às vezes elevados, mas com baixo grau de capitalização – produção extensiva –, podendo-se encontrar, neste tipo de UP, o trabalho assalariado combinado ou não com diferentes formas de parceria);
- 2) “empresa agropecuária capitalista” (possui alto grau de comercialização e capitalização – investimentos em benfeitorias, máquinas, equipamentos e insumos industrializados – e emprego de força trabalho predominantemente contratada);
- 3) “empresa familiar”¹⁰ (UP com área modular em que predomina a força de trabalho da família e que apresenta níveis elevados de comercialização e capitalização);
- 4) “unidade de produção camponesa” (de modo geral, possui área modular ou submodular, predominância do trabalho da família, baixo grau de comercialização e capitalização).

¹⁰ A expressão “empresa familiar” é aqui empregada para designar um tipo específico de unidade de produção agropecuária em que há predominância do trabalho da família, não só na gestão do empreendimento, mas, sobretudo nas atividades relacionadas com o trabalho direto com criações ou lavouras. O adjetivo “capitalista” empregado no termo “empresa agropecuária” qualifica, pois, a UP que usa predominantemente mão-de-obra contratada para o trabalho com criações ou lavouras, não importando, neste caso, que a gestão seja da família. É relevante observar que a expressão empresa familiar possui um significado diferente do que lhe é atribuído nos estudos sobre empresas familiares urbanas, nas quais o fator fundamental para esta classificação é o controle que a família detém sobre a gestão do empreendimento. Se fosse observado somente o caráter familiar da gestão, provavelmente a maioria das unidades de produção agropecuárias, aqui denominadas de empresas capitalistas, seria também classificada como familiar.

São também encontradas unidades de produção que mesclam características de “latifúndio e empresa agrícola capitalista” e de “empresa familiar e unidade camponesa”, por exemplo: unidades que apresentam níveis médios de capitalização e/ou comercialização e que empregam força de trabalho contratada, bem como unidades onde predominam a força de trabalho da família e que apresentam níveis médios de comercialização e/ou capitalização¹¹.

Embora muitas unidades de produção familiar possuam níveis relativamente elevados de capital e comercialização, elas apresentam rendas líquidas baixas, garantindo somente a permanência dos produtores e de suas famílias no processo produtivo, a exemplo do que ocorre com a unidade de produção camponesa típica. Geralmente, são unidades integradas às agroindústrias e o baixo nível de renda líquida resulta do comportamento oligopsônico da integradora que determina a tecnologia a ser empregada, eventualmente antecipa parcela do pagamento em dinheiro, classifica os produtos e os compra, descontando do valor desta produção as quantias adiantadas ao produtor (Alencar, 2000). Este tipo de comportamento, muitas vezes previsto em contratos, leva os produtores a adotarem tecnologias modernas que acarretam volumes elevados de produção, altos gastos, rendas brutas elevadas, mas rendas líquidas baixas. A integração destas UPs ao capital industrial possui, segundo alguns autores, um sentido duplo: garante a sobrevivência do pequeno produtor e a agroindústria assegura o seu abastecimento de matéria-prima, de acordo com as especificações técnicas de que necessita¹².

¹¹ Sobre unidades de produção que mesclam características de mais de um dos tipos básicos de Ups, ver os estudos de Alencar (1986), Baraúna (1988), Molina Filho (1977), Perez (1975) e Vilas Boas (1992).

¹² Este tipo de integração é evidenciado nos estudos de Belato (1986), Loureiro (1981 e 1987), Perez (1975), Sorj et al. (1982) e Lopes (1992).

Embora esta categorização possa apresentar limitações, ela cumpre o seu papel ao mostrar a existência de diferentes atores sociais no campo, os quais podem ter:

- a) diferentes interesses, até mesmo conflitantes;
- b) uma visão distinta de mundo;
- c) diferentes problemas;
- d) acesso diferenciado aos benefícios institucionais da sociedade (crédito, assistência técnica, resultados de pesquisa, educação, serviço de saúde, etc.);
- e) diferentes níveis de facilidade ou dificuldade para se organizarem;
- f) diferentes dimensões de poder (acesso aos centros de decisões e capacidade de influenciá-los) (Alencar, 1997).

Caracterizados os atores sociais presentes nos setores a montante, agropecuários e a jusante, bem como seu posicionamento na estrutura de mercado, o próximo passo será examinar a capacidade que tais atores possuem de influenciar as decisões que são tomadas no âmbito das estruturas do Estado. Esta discussão é fundamentada no trabalho de Lamounier (1994). Segundo esse autor, um modelo de análise de decisões políticas deve começar discriminando os atores sociais envolvidos, sua posição estrutural em termos da capacidade de influir (tanto no momento presente quanto como tendência temporal) e os recursos de poder (positivos ou negativos) à disposição de cada um. Partindo destes três fatores, Lamounier agrupa os atores envolvidos na definição das políticas destinadas à agricultura em um “conjunto de atores efetivamente significativos” e em um “conjunto de atores que pouco influem no processo decisório”. O conjunto de atores “efetivamente significativos” é constituído por: (a) atores governamentais, (b) Congresso Nacional, (c) médios e grandes

produtores e (d) agroindústria¹³. O conjunto de atores que “pouco influi” é formado por: (a) pequenos produtores e (b) trabalhadores rurais.

Os atores governamentais estão localizados em vários segmentos do Poder Executivo e ocupam um papel central na formulação da política agrícola. No entanto, “apesar da proximidade e da localização comum, suas relações são, com frequência, marcadas por conflitos resultantes dos objetivos distintos que norteiam as ações de cada um e das disputas de jurisdição que os separam” (Lamounier, 1994). As autoridades da área econômica (Ministério da Economia ou da Fazenda) estão no centro dos atores governamentais. O poder dessas autoridades é grande e se encontra em expansão. Elas controlam os instrumentos de política econômica e a prolongada crise aumentou o seu poder de intervenção. A busca da estabilidade monetária legitimou a interferência estatal e a subordinação da política agrícola aos imperativos das políticas de estabilização¹⁴. O limite deste recurso de poder é a desorganização da agricultura. Este intervencionismo, conjugado à redução do crédito subsidiado pelo Estado, provocou um distanciamento dos produtores rurais do governo e reativou as suas associações representativas.

O Ministério da Agricultura é apresentado no estudo de Lamounier como um ator governamental com poder escasso e declinante. Tal situação resulta da subordinação da agricultura às injunções do desenvolvimento industrial que retirou desse Ministério parte importante dos instrumentos de formulação e implementação de políticas com impactos sobre a agropecuária. Além do mais, esse autor considera que o descontrole inflacionário dos anos

¹³ Ao empregar a palavra agroindústria, Lamounier está se referindo não somente às indústrias de processamento, mas também às de insumos e máquinas. Por conseguinte, o termo agroindústria abrange, no seu estudo, os setores a montante e a jusante de uma cadeia agroindustrial.

¹⁴ Por exemplo, “na década de 80, os esforços para pôr os preços sob controle redundaram em uma ‘política de preços negativos’ (tabelamentos, restrições às exportações agropecuárias, importações e vendas subsidiadas de alimentos, confiscos cambiais e venda de estoques governamentais a preços subsidiados) que diminuiu, quando não anulou, as ‘políticas positivas’ assentadas na garantia de preços mínimos” (Lamounier, 1994: 7).

1980, ao estimular a centralização das decisões na área econômica, reduziu ainda mais o espaço de atuação do Ministério da Agricultura para a formulação de políticas dessa natureza. “*No jogo político interno ao governo, o Ministério da Agricultura extrai força da capacidade para falar em nome dos produtores e do apoio que deles venha a obter*” (Lamounier, 1994).

O Congresso Nacional e seus membros aparecem, no estudo de Lamounier, como atores com poder de influência médio, mas crescente na definição das políticas agropecuárias. Essa tendência resulta de dois fatores: a) agravamento da crise econômica e redefinição pelos produtores, empresários agroindustriais e lideranças associativas do papel do governo e do Congresso na formulação de política¹⁵; b) ampliação do poder do Congresso na Constituição de 1988. No entanto, esse estudo também aponta alguns fatores que limitam a ação do Congresso, como, por exemplo: a) a Comissão da Agricultura tem sido mais uma tribuna para a expressão das demandas de grupos, com frequência de âmbito regional, do que um instrumento de definição de políticas agrícolas consistentes; b) a chamada bancada ruralista, isto é, os parlamentares mais estreitamente ligados às atividades rurais, não constitui um grupo capaz de atuar de forma coordenada ou compacta. Excetuando-se a questão fundiária, observa Lamounier, boa parte dos chamados parlamentares ruralistas especializa-se na intermediação de interesses muito específicos e regionalmente localizados¹⁶, o

¹⁵ Lamounier (1994, p. 9) considera que, ao mesmo tempo em que as fontes estatais de crédito subsidiado escasseavam, “as políticas antiinflacionárias de efeito heterodoxo exacerbaram o intervencionismo estatal sobre o setor privado e aumentaram a incerteza quanto às regras vigentes na economia. A agricultura foi especialmente atingida, seja pelas medidas de congelamento ou tabelamento dos preços, seja pelo contingenciamento das exportações e pelas liberações das importações com o propósito de forçar a baixa dos preços internos. A combinação de uma forma de intervenção governamental drástica e imprevisível com o progressivo esgotamento das facilidades creditícias foi alterando a percepção dos produtores rurais, empresários agroindustriais e lideranças associativas quanto ao papel do governo e do Congresso”.

¹⁶ Por exemplo, dos rizicultores do Sul, dos produtores de laranja de São Paulo, dos produtores de soja do centro-oeste, da agroindústria canieira de um estado nordestino, da indústria de insumos, da indústria de aves, etc.

que conduz a freqüentes conflitos intrabancada. “*O padrão daí resultante é uma justaposição de medidas específicas que impedem o estabelecimento de qualquer tipo de prioridade e que termina por consagrar uma série de benefícios particulares, sem consideração de custos e de exequibilidade*” (Lamounier, 1994).

Analisando os atores sociais localizados fora das estruturas do Estado, Lamounier (1994) considera que, na atualidade, os médios e grandes produtores detêm algum poder sobre as decisões que os afetam. Seus principais recursos para exercer esse poder são a presença ativa de associações representativas e a ação de *lobby* sobre o Congresso, embora o acesso individual de grupos às agências de governo seja um recurso ainda usado. Esse autor identifica dois tipos de associação que fazem a intermediação dos interesses dos produtores e tentam influir sobre o processo decisório: a) organização de interesse por produto (por exemplo, associação de produtores de laranja de São Paulo) e b) organizações de abrangência nacional, como a Sociedade Rural Brasileira.

As “organizações de interesse por produto” são instrumentos de defesa de interesses específicos, como o próprio nome sugere. Elas começaram a se multiplicar ainda nos anos 1970, principalmente nos setores submetidos a intenso processo de modernização. A maioria dessas associações (56%) foi criada nas décadas de 1970 e 1980, sendo majoritariamente de âmbito nacional (61%), o que sugere que o governo federal é seu principal interlocutor e destinatário de demandas. Em alguns casos, são também instrumentos de negociação intersetorial entre produtores e agroindústrias, como ocorre no setor de laranja. A indicação do estado-sede mostra uma distribuição regional desequilibrada, com inequívoca concentração no estado de São Paulo (67,4%)” (Lamounier, 1994).

O segundo tipo de associações, identificado por Lamounier como recursos de poder relevantes, é composto pelas seguintes organizações de

abrangência nacional: a) Sociedade Rural Brasileira (SRB); b) Confederação Nacional da Agricultura (CNA), órgão de cúpula da estrutura sindical; c) Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Essas três organizações, de acordo com a análise de Lamounier, têm recursos, capacidade de convocação e vocação diversas.

A CNA conta com os recursos proporcionados pelo sistema sindical, como fundos razoavelmente abundantes e assegurados por lei, e uma estrutura nacional assentada nas federações estaduais e sindicatos. Contudo, sua capacidade efetiva de mobilização é limitada pela própria falta de representatividade dos organismos de base do sistema, ou seja, federações e os sindicatos¹⁷. Das três, a OCB é aquela que tem maior capacidade de mobilização dos produtores, por meio das estruturas do sistema cooperativista, especialmente no Sul e parte do Sudeste. Entretanto, está circunscrita na representação de parcela dos produtores organizados em cooperativas. A SRB é, na perspectiva de Lamounier, a entidade rural mais frágil, do ponto de vista da organização nacional e dos recursos materiais de que dispõe. Depende exclusivamente dos recursos dos seus associados, concentrados, principalmente, no estado de São Paulo. *“Trata de compensar essa fraqueza com uma maior capacidade de articulação em termos políticos e no tocante à formulação de estratégias globais. Sua capacidade de mobilização dos produtores é, entretanto, muito pequena”* (Lamounier, 1994).

A grande limitação da SRB, CNA e OCB assenta-se no fato de os produtores constituírem um grupo amplo, heterogêneo e disperso pelo território nacional, com problemas típicos de ação coletiva. No entanto, o autor observa que essa limitação pode ser superada em circunstâncias especiais, quando ganham relevo as questões de política para o setor rural. Foi o que ocorreu por

¹⁷ Sua atuação política não pode deixar de levar em conta os interesses de um *establishment* sindical encastelado nas federações e sindicatos, e mais preocupados em perpetuar-se nos postos do que em representar adequadamente suas bases (Lamounier, 1994: 11).

ocasião da Assembléia Nacional Constituinte e, em menor medida, no processo de estabelecimento da Lei Agrícola e na discussão sobre a indexação da dívida dos produtores estabelecida no Plano Collor (Lamounier, 1994).

A agroindústria, ao contrário do que ocorre com médios e grandes produtores rurais, constitui um ator poderoso, cuja capacidade de influir está em expansão. Entre as características estruturais apontadas por Lamounier e que aumentam o poder dos segmentos agroindustriais nos processos de decisão política, as seguintes parecem especialmente importantes: a) o domínio do mercado por poucas firmas nos setores a montante e a jusante; b) a tradição de negociação entre firmas para restringir a competição e dividir os mercados e c) a capacidade de financiar campanhas eleitorais e organizar *lobbies* eficientes lhes assegura defensores no Congresso. Os limites do poder destes setores são dados, de um lado, pelos conflitos que, em muitos casos, opõem indústrias de insumos e equipamentos ou de processamento a produtores rurais; de outro, pela dificuldade, devido a fatores ideológico-culturais, de revestir de legitimidade e universalidade a defesa dos interesses da agricultura moderna (Lamounier, 1994).

Pequenos produtores e trabalhadores rurais são, para Lamounier, os atores que ocupam uma posição marginal na decisão das políticas agrícolas.

Em que pesem algumas medidas de política agrícola favoráveis aos pequenos produtores, estes e os trabalhadores rurais foram os grandes excluídos dos benefícios da modernização da agricultura brasileira, no período recente. Não dispõem de organizações próprias, embora alguns dos seus segmentos se organizem junto aos trabalhadores rurais na Confederação de Trabalhadores da Agricultura (Contag). A Contag tem se mantido distante das discussões de política agrícola, concentrando seus esforços na luta pela reforma agrária e pela extensão e efetivação dos direitos sociais e trabalhistas no meio rural. Pequenos produtores e trabalhadores rurais contam com a simpatia genérica da opinião

pública por suas demandas; não dispõem, porém, de aliados urbanos efetivamente empenhados em prestar-lhe apoio (Lamounier, 1994, p.12).

Todavia, como resposta à posição marginal na decisão política, têm-se expandido os movimentos sociais no campo reivindicando o acesso à terra e a efetivação de ações do Estado, no sentido de proporcionar à agricultura familiar meios que favoreçam o seu desenvolvimento. A mobilização dos trabalhadores sem-terra, a partir da segunda metade da década de 1990, é um exemplo da expansão desses movimentos. Cresce também a presença das organizações não-governamentais, propondo formas de intervenção na realidade rural, fundamentadas na participação cidadã e no associativismo (Alencar et al., 2001).

2.2 Agricultura familiar e desenvolvimento rural

A heterogeneidade dos atores sociais existente no campo também pode ser observada no segmento específico da agricultura familiar, conforme já relatado por Alencar & Moura Filho (1988). Todavia, como observam Rocha e Paula (2005), os estudos realizados sobre a agricultura familiar apresentam divergências conceituais, uma vez que os agricultores familiares já foram denominados de colonos, camponeses e pequenos produtores, dentre outras definições. Segundo esses autores, a discussão sobre as diversas categorias que compõem agricultura familiar se fortaleceu a partir da década de 1980, período de consolidação dos complexos agroindustriais, bem como da subordinação da pequena produção ao capital. Dessa forma, a agricultura familiar se deparou com uma diversidade de atores, necessitando, assim, de uma classificação das formas possíveis da produção familiar.

Para fins financeiros, públicos e estatísticas, o conceito de agricultura familiar é delimitado pelo tamanho da propriedade e o número de trabalhadores contratados na unidade rural (Assis & Ribeiro, 2005). No entanto, esses aspectos não refletem completamente o conceito de agricultura familiar. Uma das

definições que resumem de forma interessante, os elementos que perpassam a agricultura familiar é aquela utilizada por Lamarche (1993), segundo o qual a agricultura familiar é aquela na qual terra, trabalho e família estão reunidos para um mesmo objetivo. A esses três elementos, pode-se adicionar também um quarto aspecto: o da gestão, que segundo Cardoso (2002), refere-se a um certo grau de autonomia que os produtores familiares possuem com relação a decisões essenciais sobre o que plantar e como dispor do excedente, entre outras.

A exemplo de outros autores, às vezes utilizando terminologias diferenciadas, Lamarche (1993) mostra que a agricultura familiar não é um grupo social homogêneo, encerrando, sob este conceito, uma grande diversidade de situações. Assim, a “exploração familiar” pode apresentar diversos ideais, seja a reprodução da família (modelo familiar) ou apenas a sobrevivência da família (modelo subsistência) ou, ainda, “a formação de uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado para a obtenção de um ganho máximo (modelo empreendimento agrícola)” (Lamarche, 1993, p.18). Seus estudos definem quatro “modelos ideais” de agricultura familiar, com base em diferentes critérios, sendo o principal deles o seu relacionamento com o mercado: o modelo empresa, o modelo empresa familiar, o modelo agricultura camponesa e o modelo agricultura familiar moderna (Assis e Ribeiro, 2005).

Para fins deste trabalho, será utilizado o conceito de agricultura familiar vinculada ao mercado, caracterizada com uma unidade de produção com área modular em que predomina a força de trabalho da família, podendo apresentar diferentes níveis de comercialização e capitalização.

Segundo Rocha & Paula (2005), a agricultura familiar também apresenta uma importância social, que está relacionada à geração de emprego (agrícola e não-agrícola), à produção de alimentos, à renda e ao desenvolvimento local. E esses aspectos constituem os principais elementos do equilíbrio no meio rural, tornando-o mais dinâmico para manter a sua população. Diante desse contexto, a

estrutura de produção familiar deve ser entendida como um elemento essencial no processo de desenvolvimento rural. Para Oakley & Garfoth (1985) e Simão (2005), o desenvolvimento rural é um processo que envolve objetivos econômicos e sociais orientados para transformar a sociedade e proporcionar um meio de subsistência melhor e mais seguro para a população rural. Todavia, segundo Premebida & Almeida (2005), o espaço de encontro entre a configuração teórica e a regularidade dos discursos sobre o desenvolvimento rural leva à suposição de que o espaço comum que sustenta estes discursos está intimamente ligado a uma ampla estratégia econômica e política de gestão de populações voltadas para inclusão dos produtores, por meio de aplicação de dispositivos e tecnologias variadas. Por isso, consideram que a elaboração de um projeto de desenvolvimento rural dificilmente se faz sobre a homogeneidade, mas sobre diferentes mundos e interesses, os quais se interpenetram, se misturam e se conflitam, o que foi também evidenciado na discussão sobre complexos agroindustriais.

Em decorrência de dimensões dessa natureza, o desenvolvimento rural conduz a uma discussão sobre as estratégias de política de ciência e tecnologia agrícola, uma vez que tais estratégias nem sempre são direcionadas para as necessidades da agricultura familiar. Além disso, muitos institutos públicos de pesquisa estão buscando novas alternativas para sobreviver à atual conjuntura de escassez de recursos, dentre as quais se destaca o esforço de captação de recursos em outras fontes, particularmente no setor privado, que financia o processo de geração de conhecimento em troca da transferência de tecnologia de seu interesse.

De acordo com autores como Guanziroli et al. (2001), Alberti & Mielitz Neto (2005), grande parte do debate que incide sobre a produção familiar concentra-se na sua pequena escala de produção e, conseqüentemente, na sua “incapacidade” de adoção de progresso técnico. No entanto, trata-se de uma

noção equivocada, uma vez que é possível promover o desenvolvimento da agricultura familiar por meio de técnicas modernas, que sejam relativamente intensivas no uso do fator abundante, ou seja, o trabalho. Além disso, o desenvolvimento rural não está somente vinculado ao termo tecnociência, ou seja, produção científica voltada para tecnologia moderna e orquestrada pelo capitalismo.

É preciso, neste caso, assinala Bittencourt (2002), estimular a participação dos agricultores familiares na formulação de políticas públicas, garantindo a eles acesso à terra e crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos, agrícolas ou não. Para Couto Rosa (1999), as políticas específicas para a agricultura familiar devem considerar as peculiaridades regionais e locais, incentivando as atividades geradoras de empregos, incorporando, assim, tecnologias e conhecimentos que maximizem o aproveitamento de todos os recursos.

As estratégias de desenvolvimento também devem considerar a diversificação como uma das proposições fundamentais. Segundo Simão (2005), a diversificação apresenta-se como uma opção de sobrevivência e melhores rendas para os agricultores familiares, ampliando o leque de produtos comercializáveis e assegurando assim o autoconsumo e a agregação de valor.

Graziano (1997), Alberti & Mielitz Neto (2005), Oakley (1991) & Carney (1998), entre outros autores, observam que os processos de desenvolvimento no meio rural necessitam de projetos que tenham como características básicas a descentralização e a participação das comunidades-alvo, a partir de uma abordagem mais interativa. É preciso também explorar o potencial do espaço rural, como a paisagem, a biodiversidade, os costumes, a tranquilidade, a agroindustrialização, entre tantos outros. Ressalta-se que o mundo rural também mantém particularidades históricas, sociais e culturais, que

o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba (Alberti & Mielitz Neto, 2005). Portanto, a pesquisa e o desenvolvimento da agricultura familiar devem operar com base em uma abordagem “de baixo para cima”, iniciando com o que já existe, ou seja, a população do local, suas necessidades e aspirações, seu próprio conhecimento sobre a agricultura e seus recursos nativos sem, ao mesmo tempo, distanciar-se do macroambiente social que a envolve como parte de um todo social indissociável.

A descrição de dimensões estruturais que caracterizam o cenário em que se insere a agricultura familiar, ainda que superficial, revela a pertinência de se considerar a perspectiva de diferentes atores sociais no estudo sobre desenvolvimento rural. No caso específico deste estudo, os atores selecionados foram lideranças de agricultores familiares, profissionais de ciências agrárias e representantes da administração municipal. Procurou-se compreender como tais atores interpretam o ambiente em que atuam, identificando possíveis fatores favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar. A opção de trabalhar com a interpretação levou ao emprego da teoria da ação.

2.3 Teoria da ação social

A teoria da ação possui diferentes vertentes, no entanto, o seu foco principal centra-se na interpretação que o ser humano faz do mundo como elemento central de sua conduta. As pessoas constroem respostas explicativas partindo da observação das relações entre acontecimentos no mundo que as envolve (Bandura, 2001). Na sociologia compreensiva, que possui em Max Weber seu principal expoente, o comportamento humano é explicado como um produto de escolhas e intenções dos atores sociais. Esta postura epistemológica é também assumida pelo interacionismo simbólico, pela fenomenologia, pela

etnometodologia (Layder, 1994) e pela teoria social cognitiva (*social cognitive theory*), segundo Bandura (2001).

Para Jones (1993) & Layder (1994) tais abordagens são conhecidas também como “microteorias” por centrarem suas análises nas ações dos atores sociais e não na macroestrutura da sociedade. Todavia, são também conhecidos os esforços no sentido de aproximação ou superação do dualismo entre “indivíduo e sociedade” (macro e microanálise) conduzidos, entre outros, por Anthony Giddens (“teoria da estruturação”), Jürgen Habermas (“ação comunicativa”), Michel Foucault (“poder e conhecimento”) e Pierre Bourdieu (“prática social”), Alain Touraine (“sistema de ação política”) e Georg Lukács (“história e consciência de classe”)¹⁸.

A contribuição desses autores proporciona elementos novos para compreender o ambiente (situação ou contexto) como “agências” (*agencies*), isto é, “instituições” que proporcionam sistemas de crenças, capacidade regulativa, estruturas distributivas, etc., em uma sociedade por meio da qual a influência de atores sociais, individuais ou coletivos, é exercida. Não se assume, nestas novas abordagens, o predomínio das estruturas sobre o comportamento do indivíduo, nem a interpretação como explicação central da realidade social, mas que os fenômenos sociais são amplos, envolvendo “estruturas” e “interpretações”. Se a dicotomia entre macro e microanálises ou estrutura e consciência não foi resolvida no campo da teoria social, as recentes abordagens revelam-se menos dogmáticas ao aceitarem uma concepção ontológica de realidade com um conteúdo menos monolítico.

Ao enunciar a teoria da estruturação, Anthony Giddens procurou estabelecer uma abordagem nas ciências sociais que se afastasse de maneira substancial, das tradições existentes do pensamento social por meio de uma

¹⁸ As contribuições desses autores na superação do dualismo entre “micro e macroanálise” nas ciências sociais são discutidas por Cohn (1993), Craib (1992), Layder (1994), Seoane (2000), Weisshaupt (1993) e Zizek (2003).

síntese entre a sociologia estrutural e o funcionalismo, conjugando estrutura e ação numa única teoria (Asensi, 2005). De acordo com Peci (2002), a teoria da estruturação de Giddens busca relacionar a ação humana com uma explicação estrutural, a partir de uma compreensão dos sistemas sociais situados no tempo e no espaço.

Segundo Giddens (1989), a estrutura representa um conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social, podendo ser abstratamente conceituada como dois aspectos de regras: elementos normativos e códigos de significação. Com relação aos recursos, observou-se também que eles podem ser de duas espécies: recursos impositivos, que derivam da coordenação da atividade dos agentes humanos e recursos alocativos, que procedem do controle de produtos materiais ou de aspectos do mundo material.

Desse modo, a noção de estrutura é fundamentalmente processual, uma vez que as práticas são padronizadas, recorrentes e situadas no tempo e no espaço. Com relação aos indivíduos, Giddens (1989) observou que eles vivem e se organizam por meio de processos dinâmicos de interação social, nos quais todos possuem potenciais que são desenvolvidos ao longo da sua vida, resultando, assim, na dimensão subjetiva da ação. Segundo o mesmo autor, existe um limiar quanto à autonomia de ação do indivíduo, sendo esta marcada pela regularidade da conduta, que não é mecânica e nem aleatória, no entanto, contém elementos que conduzem à sua padronização no tempo e no espaço, limitando, assim, a autonomia dos atores sociais.

Dessa forma, emerge o conceito de dualidade da estrutura (Giddens, 1989), ou seja, as práticas sociais devem ser consideradas no âmbito de duas dimensões: a ação e a estrutura. A estrutura abrange as práticas sociais construídas por meio da relação tempo-espaço, enquanto o processo de estruturação consiste na reprodução dessas práticas, considerando-se também as razões e as motivações dos atores sociais para agir de determinada forma.

De acordo com Junquilha (2003), o conceito de dualidade da estrutura, definido por Giddens, permite, por um lado, um estudo analítico da ação desenvolvida pelos atores sociais e, por outro lado, um exame dos impactos da estrutura sobre aqueles mesmos agentes. Destaca-se que as estruturas podem restringir ou facilitar a ação, tendo, assim, a possibilidade de os atores alterarem seus comportamentos, uma vez que não estão passivos ao determinismo das regras sociais.

Portanto, o conceito de dualidade da estrutura, proposto por Giddens, representa uma alternativa ao dualismo sujeito e o objeto das ciências sociais, que foi tão preconizado pelas correntes do pensamento oficial, como as tradições funcionalista e estruturalista, que identificavam a estrutura como algo externo, supremo e limitador da ação de indivíduos. Ao contrapor essa visão dicotômica, Giddens revela uma relação recíproca entre ação e estrutura, uma vez que a estrutura não pode ser tratada como uma variável independente e autônoma em relação à ação humana, enquanto a ação pode ser determinada tanto pela estrutura social como também pela capacidade dos atores sociais de intervir, reproduzir e transformar essa estrutura (Junquilha, 2003).

Ao conciliar estrutura e ação humana na Teoria da Estruturação, Giddens (1989) também considera que todo ator social é cognoscitivo e reflexivo, ou seja, um indivíduo que sabe definir sua forma de agir perante a vida social. A cognoscitividade representa um conjunto de habilidades e capacidade de domínio de determinadas convenções sociais que orientam o indivíduo na vida social cotidiana. Já a reflexividade refere-se ao fato de o ser humano ser capaz de observar e entender, rotineiramente, o que faz e enquanto o faz e, ainda, estar sempre atento quanto à forma de se conduzir em relação a terceiros, considerando que esses terceiros fazem o mesmo em relação a ele. Portanto, na Teoria da Estruturação, é o uso desses saberes compartilhados e

comuns aos atores sociais ou agentes que possibilita a produção e a reprodução da vida social, permitindo-lhes dar significados às suas ações.

O construto teórico campo e *habitus* de Bourdieu também se insere nessa tentativa de superar dicotomias, como objetividade e subjetividade, estrutura e *agency*, consciente e inconsciente, entre outras. Assim como Giddens, Bourdieu oferece uma síntese das perspectivas subjetivista e objetivista, entretanto, suas obras possuem uma propensão mais estruturalista.

Segundo Loyola (2002), o conceito de campo de Bourdieu fez explodir a noção vaga de sociedade, conferindo-lhe uma nova configuração, visto que a sociedade consiste em um conjunto de espaços de jogos relativamente autônomos, que não podem ser remetidos a uma lógica social única. Portanto, cada um desses espaços constitui um campo (econômico, político, cultural, científico, etc.), ou seja, um sistema estruturado de forças objetivas que é capaz de impor uma lógica à ação de seus agentes.

“Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (situs) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos em questão e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições” (Bourdieu e Wacquant *apud* Bonnewitz, 2003, p. 60).

Dessa forma, um campo é um espaço social no qual seus participantes se engajam em relações recíprocas no transcurso de suas atividades e, conseqüentemente, o sujeito não está livre para agir de acordo com sua vontade mais imediata, pois o campo representa um espaço de forças estruturadas que molda a capacidade de ação e de decisão dos atores.

De acordo com Bourdieu (1998), os campos possuem diferentes tipos de capitais, sendo estes representados pelo capital econômico (fatores de produção e conjunto de bens econômicos), capital cultural (conjunto de qualificações intelectuais), capital social (conjunto de relações sociais que dispõe um indivíduo ou grupo) e capital simbólico (conjunto de símbolos e signos que permitem situar os agentes no espaço social).

Para Loyola (2002), um campo é também um espaço de conflitos e de concorrência, no qual os concorrentes lutam para estabelecer o monopólio sobre a espécie específica do capital pertinente ao campo e o que pode ser valorizado em um campo poderá ser depreciado em outro.

O *habitus* representa outro conceito fundamental para Bourdieu (1996), sendo definido como um sistema de esquemas de percepção, de apreciação e de ação adquiridos ao longo do tempo e que permitem os atores sociais perceber, agir e evoluir com naturalidade no universo social. O *habitus* representa um operador da racionalidade prática, sendo inerente a um sistema histórico de relações sociais, transcendendo, assim, o indivíduo.

Vale ressaltar que a relação que se estabelece entre *habitus* e campo é, antes de tudo, uma relação de condicionamento, ou seja, o campo estrutura o *habitus*, que é produto da necessidade imanente deste campo e que também contribui para construir o campo como um mundo significativo, dotado de sentido e valor para os atores sociais (Bonnewitz, 2003). Por isso, a perspectiva teórica de Bourdieu supera a antinomia entre as abordagens objetivista e subjetivista das ciências sociais, uma vez que a ciência social não tem que escolher entre esses dois pólos, pois a realidade social compreende, em suas relações, tanto o *habitus* quanto a estrutura.

Existe um esforço nesta pesquisa, como existiam nas fases anteriores, de centrar a análise na interpretação dos atores sociais envolvidos em ações voltadas para o desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais.

Contudo, tal interpretação não se faz isolada de um contexto estrutural e foi esta a razão que motivou a discussão sobre a agroindustrialização da agricultura brasileira e mudanças que ela provoca na estrutura social, na organização de interesses, na inclusão e na exclusão de diferentes segmentos sociais. Por conseguinte, sem perder a dimensão macroanálise, este trabalho fundamentar-se-á na análise interpretativa, que tem como elemento central os significados de “objetivos”, “meios” ou “condições” de uma ação, atribuídos pelos atores sociais aos objetos de orientação que identificam em uma dada situação, ambiente ou contexto.

O conceito de significado é visto com base na perspectiva do fenomenologista Taylor (1979) e a noção de situação (ambiente ou contexto) e elementos que a compõem é retirada do “marco de referência da teoria da ação”, elaborado por Parsons & Shils (1968). Não se incorpora, neste trabalho, a concepção de “realidade sistêmica” de Parsons mas, tão somente, os elementos constitutivos da situação. A propósito, autores que, nos últimos anos, têm dedicado ao estudo das novas teorias sociais, incluem Parsons como um dos precursores no esforço de “resolver” as questões teóricas entre a dicotomia micro e macroanálise, o que torna difícil classificá-lo como um funcionalista e positivista clássico¹⁹.

Segundo Taylor (1979), quando se fala de significado utiliza-se a seguinte articulação, que pode ser observada na fase 1 da Figura 2, ou seja, o significado existe para um indivíduo e é de alguma coisa (objeto de orientação) que se encontra em um contexto (Figura 2).

Tomando como referência as duas fases já realizadas desta pesquisa, construiu-se o esquema geral de interpretação (Figura 2), no qual a idéia de significado resulta da percepção que os diferentes atores sociais (produtores,

¹⁹ São ilustrativas as análises realizadas por Craib (1992) no livro “Modern social theory: from Parsons to Habermas”, bem como as colocações de Paixão (1989) no artigo “A teoria geral da ação e a arte da controvérsia”.

profissionais de ciências agrárias e autoridades municipais) possuem de um dado objeto de orientação e está vinculada a duas dimensões analíticas: a) este objeto não é singular, pois se encontra em uma situação e está articulado com o significado que os atores atribuem a outros objetos situacionais; b) os atores presentes em uma mesma situação possuem história, experiências e habilitações que os diferenciam ou aproximam de outros atores, estão inseridos em uma estrutura social e têm interesses que podem ser conflitantes ou não com os dos demais atores.

De acordo com os teóricos da ação, entre eles Parsons & Shils (1968), a situação é a parte do mundo onde o ator atua e é formada de objetos de orientação que podem ser de natureza social, física ou cultural. Os objetos de natureza social são os outros atores (individuais ou coletivos), cujas ações e atitudes são significativas para o ator, tomado como ponto de referência para a análise.

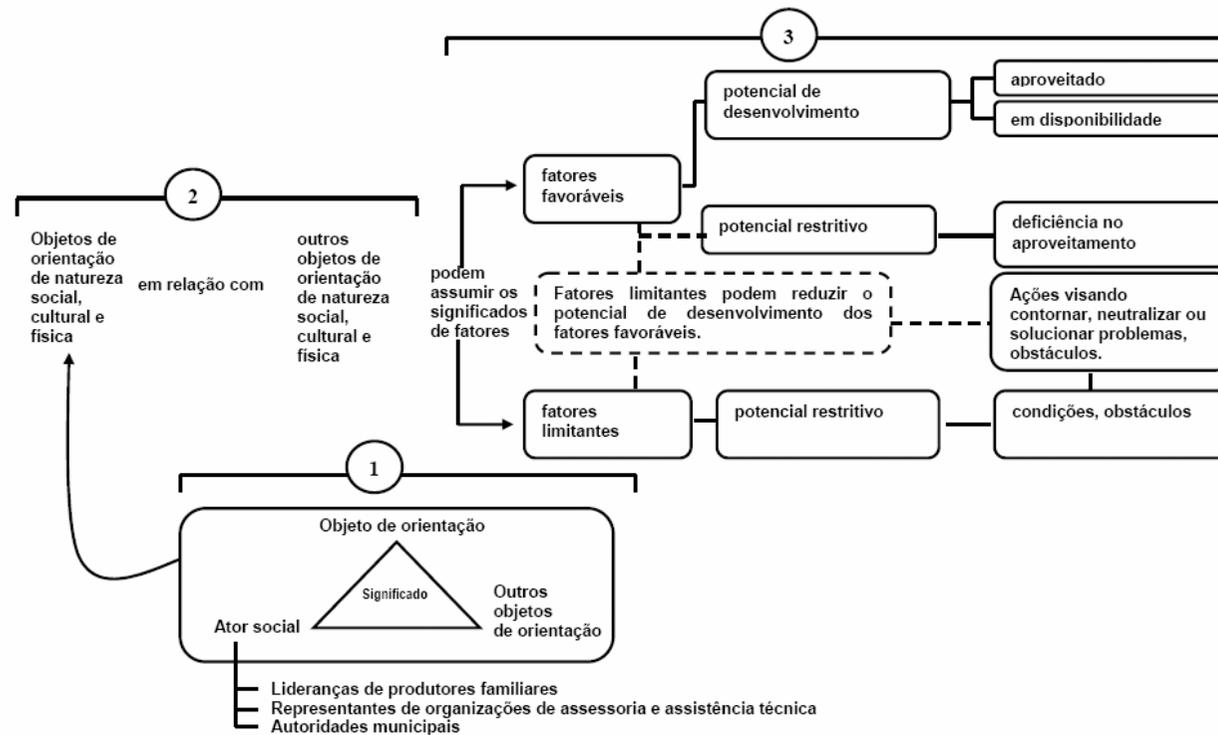


FIGURA 2 Esquema geral para a construção de redes de significação
 Fonte: Alencar (2002, p. 8).

Objetos culturais são os componentes do ambiente que são criações dos seres humanos e podem ser classificados em componentes materiais e não materiais da cultura. Componentes materiais são os objetos físicos da cultura, instrumentos, equipamentos, construções, etc. Os conhecimentos requeridos para que esses objetos possam ser usados são classificados como componentes não-materiais da cultura. Os componentes não materiais constituem a parte do ambiente que não tem uma estrutura física (conhecimentos, valores, ideologias, normas, etc.). No entanto, fornecem ao ator padrões de referência para:

- a) escolher os objetivos (fins ou metas), especificando a sua legitimidade;
- b) eliminar ou contornar os efeitos das condições (obstáculos) sobre a ação;
- c) os meios adequados para atingir os fins propostos.

Objetos físicos são os elementos da natureza (por exemplo, solo, clima, topografia, recursos hídricos, distância, etc.) e os componentes materiais da cultura, máquinas, adubos, sementes melhoradas, etc (Alencar, 1998).

A fase 2 da Figura 2 ilustra o processo de orientação do ator social voltado a um dado objeto, ou seja, percebê-lo como um potencial “fim”, ou “meio”, ou “condição”, para a sua ação. Para uma melhor compreensão dos entrevistados, os objetos de orientação interpretados como possíveis meios foram chamados de fatores favoráveis, enquanto as possíveis condições foram denominadas de fatores limitantes.

Com relação à primeira dimensão da fase 3 da Figura 2, deve-se observar que o ator pode, em um primeiro momento, identificar qualidades em um dado objeto e atribuir-lhe significado de meio (fator favorável). No entanto, a conexão que o ator estabelece entre este objeto e outros objetos de orientação

pode também levá-lo a redefinir o significado inicialmente estabelecido, passando a perceber tal fator como um potencial de desenvolvimento não-aproveitado. Pode, inclusive, considerá-lo como uma condição (fator limitante) em um outro momento, uma vez que o seu significado de fator favorável está condicionado pela presença de outros objetos situacionais.

A segunda dimensão analisa os objetos de orientação que foram interpretados como obstáculos (fatores limitantes). Os fatores identificados como limitantes apresentam um potencial restritivo, necessitando assim de ações que visem contorná-los, solucioná-los ou neutralizá-los. Além disso, os fatores limitantes podem reduzir o potencial de aproveitamento dos fatores favoráveis, conforme ilustra a área pontilhada da Figura 2.

Este esquema, desenvolvido na análise das informações coletadas nos dois projetos anteriores²⁰, mostra o caráter não linear do processo de orientação, uma vez que os atores entrevistados estabeleciam múltiplas conexões entre objetos situacionais de diferentes naturezas. Ao revelar tais conexões, coloca-se em evidência que o aproveitamento de fatores favoráveis e a neutralização ou redução dos impactos dos fatores limitantes ou restritivos subentendem a noção de interdisciplinaridade, uma vez que tais fatores representam dimensões que envolvem diferentes áreas do conhecimento.

Vale ressaltar que os objetos de orientação também podem ser interpretados em três níveis de análise, conforme a ilustração da Figura 3. O nível local ou micro retrata os fatores presentes nas declarações dos entrevistados que remetem ao âmbito do produtor e dos demais atores sociais locais, enquanto o nível regional, ou meso, mostra os objetos de orientação específicos presentes na região. No nível supraregional, ou macro, concentram-se os objetos de orientação que estão presentes fora da região. Estes níveis indicam as conexões que os entrevistados estabelecem com diferentes objetos de

²⁰ Alencar et al. (2001) e Alencar et al. (2005) e Simão (2005).

orientação presente no ambiente e permitem relacionar o significado que estabelecem com os fatores estruturais sem, contudo, assumir um caráter de “fator causal” unilateral, muitas vezes presentes nas análises estruturais. Nesse sentido, incorporaram-se as formulações teóricas de Bourdieu & Giddens.

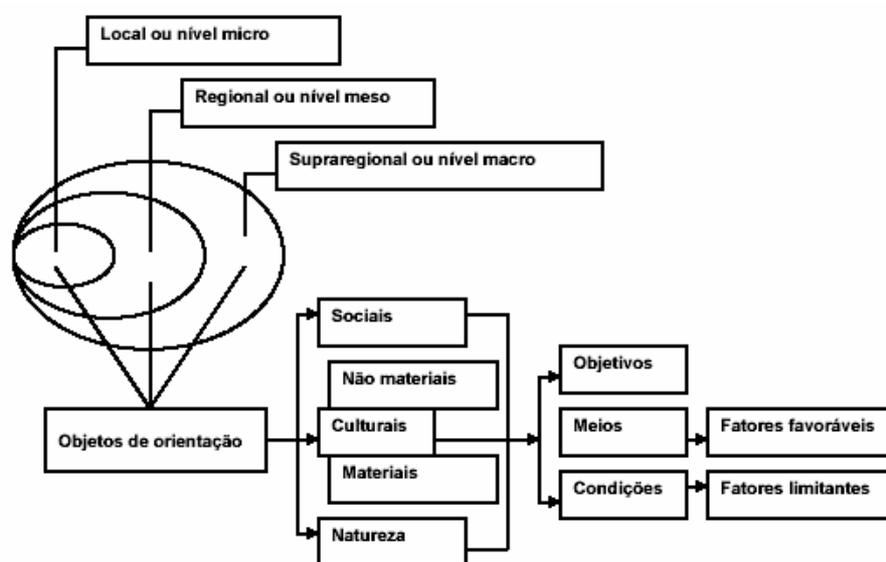


FIGURA 3 Níveis de análise identificados partindo dos depoimentos dos entrevistados

Fonte: Alencar (2002, p.6).

3 METODOLOGIA

Este trabalho dá continuidade a uma pesquisa iniciada em 1996, que procurou descrever os fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária no Sul de Minas Gerais, bem como identificar as possíveis deficiências no aproveitamento dos fatores favoráveis e o potencial restritivo dos fatores limitantes. Na primeira fase da pesquisa (1996-1998), foram entrevistados dez lideranças de produtores empresários e onze profissionais de ciências agrárias (três extensionistas da Emater-MG, três pesquisadores da Epamig e cinco professores universitários) selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento. Na segunda fase (2003-2004), foram entrevistados onze lideranças de produtores familiares, doze técnicos que trabalhavam com agricultura familiar e doze autoridades das cidades onde residiam os produtores entrevistados²¹. Neste estudo, trabalhou-se com os dados coletados na segunda fase, uma vez que se dispõe de um amplo acervo de informações, possibilitando, assim, novas análises. Ressalta-se que a autora desta dissertação participou, como bolsista de iniciação científica, de todas as etapas da segunda fase da pesquisa, isto é, do planejamento do trabalho de campo à redação do relatório final, encaminhado à Fapemig 2005.

3.1 Método de coleta de informações

O método “entrevista focalizada” (*focused-interview*) foi utilizado para a coleta de informações. Esse método possui as seguintes características:

- a) está centrado em tópicos dispostos em um roteiro que serão abordados durante a entrevista;
- b) esses tópicos não assumem a forma de questões estruturadas;

²¹ Alencar et al. (2001), Alencar et al. (2005), Espírito Santo (2000) e Simão (2005).

- c) não há nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões que emergem durante a realização da entrevista (Alencar e Gomes, 1998, p.110).

A elaboração do roteiro seguiu, em linhas gerais, os seguintes passos:

- a) procurou-se, inicialmente, detectar os fatores que os entrevistados identificavam como favoráveis (possíveis meios) ou limitantes (possíveis condições) ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas;
- b) em seguida, buscou-se identificar como eles relacionavam tais fatores com os demais objetos de orientação que compõem o ambiente (objetos sociais, culturais e físicos).

A relação dos fatores favoráveis, como os demais objetos de orientação, deu-se pela descrição que os entrevistados fizeram:

- a) das potencialidades desses fatores,
- b) do modo pelo qual poderiam ser manipulados na formulação de possíveis estratégias de ação e
- c) dos objetos de orientação percebidos como elementos que reduzem as potencialidades de tais fatores. A relação entre fatores limitantes com os demais objetos de orientação seguiu uma orientação semelhante, procurando, no entanto, conhecer como tais fatores poderiam ser contornados ou neutralizados.

As entrevistas foram gravadas e tiveram duração média de uma hora e trinta minutos. A análise das entrevistas seguiu os seguintes passos:

- a) transcrição das fitas;
- b) leitura sistemática de todas as entrevistas;
- c) identificação de dimensões (o que existe ou não em comum na fala dos entrevistados);
- d) codificação das diferentes dimensões para identificá-las;
- e) organização das dimensões codificadas em categorias de objetos significantes (Strauss e Corbin, 1990) e
- f) montagem da rede de significação que enfatiza a generalização na forma de descrições gerais de dados combinados, advindos de dados verbais trabalhados durante a análise, construindo um sistema geral de combinações dos significados (Kluth, 2000)²².

3.2 Seleção dos entrevistados

Os atores sociais que ocupam o centro da análise deste estudo foram “lideranças de agricultores familiares”, “profissionais de ciências agrárias” e “autoridades municipais”. Por liderança, entendem-se aqueles produtores que mais se destacam na discussão de temas relacionados com política agrícola, tecnologia e desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG. Os “profissionais de ciências agrárias” compreendem extensionistas da Emater-MG, e profissionais de agências como o Centro de Assessoria Sapucaí, o Senar e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado (Fadema) que desenvolvem projetos com agricultores familiares. Já as “autoridades municipais” abrangeram prefeitos, secretários de agricultura ou responsáveis direto pelo setor agropecuário municipal.

²² A análise das informações coletadas foi efetuada tendo como referência os estudos de Strauss e Corbin (1990) e Bicudo (2000).

Os entrevistados foram selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento, em que as pessoas são escolhidas por preencherem certos critérios e pela relevância de suas informações. Para a escolha da liderança de agricultores, foi encaminhada, aos diretores da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), da Cáritas de Minas Gerais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como à direção regional da Emater-MG e da ONG Sapucaí, carta solicitando a indicação de cinco nomes de produtores que mais se destacam na discussão de temas relacionados com política agrícola, tecnologia e desenvolvimento da agricultura familiar no sul de Minas Gerais. Todavia, a Fetaemg, a Caritas e a CPT não encaminharam as informações solicitadas. Os nomes indicados pela Emater-MG e pela ONG Sapucaí foram cruzados, sendo selecionados inicialmente doze produtores familiares que haviam sido apontados duas ou mais vezes. Todavia, um desses produtores não foi entrevistado, uma vez que várias tentativas de agendar a entrevista não obtiveram sucesso.

O processo de seleção dos profissionais de ciências agrárias foi semelhante. Solicitou-se à direção dessas organizações a indicação de três assessores que assistem à agricultura familiar e que atuam na área de estudo, preferencialmente há mais de dois anos. Também neste caso foi solicitada aos assessores e aos produtores a indicação de outros assessores que se destacam no trabalho com a agricultura familiar na região.

A inclusão, neste estudo, dos profissionais de ciências agrárias decorreu do papel estratégico que as suas instituições podem desempenhar no processo de desenvolvimento regional. Portanto, estavam mais habilitados a fornecer informações que a pesquisa demandava. Os critérios apresentados para a indicação dos extensionistas associam-se à necessidade de que esses indivíduos possuíssem um bom conhecimento sobre o Sul de Minas e estivessem familiarizados com as políticas que orientam as atividades de suas organizações.

O número de três indicações visou a uma possível pluralidade de percepção dentro das instituições que, provavelmente, não seria obtida com a indicação de um único profissional.

Com relação às autoridades municipais, selecionaram-se os responsáveis pelo setor agropecuário (prefeitos ou secretários de agricultura) dos municípios em que os agricultores familiares e assessores indicados exerciam suas atividades. A abrangência dessa categoria de atores sociais deve-se à necessidade de verificar as intervenções realizadas pelo executivo municipal quanto ao desenvolvimento da agropecuária familiar.

A utilização do método de amostragem não-probabilística por julgamento permitiu identificar trinta e cinco entrevistados, pertencentes a quatorze municípios do Sul de Minas Gerais²³, representando lideranças de produtores familiares, profissionais de ciências agrárias e autoridades municipais, os quais foram entrevistados no período de julho a agosto de 2003, (Tabela 1).

O processo de amostragem por julgamento é um procedimento comum nas ciências sociais, quando se pretende trabalhar com categorias de pessoas que apresentam certas características previamente estabelecidas e consideradas relevantes para o estudo. Contudo, ele apresenta problemas que são intrínsecos. Ao solicitar que pessoas indiquem líderes, por exemplo, elas o farão a partir de sua experiência, das atividades participantes em que estão envolvidas, ou seja, tomarão pontos de referência para essa indicação. Assim, os líderes que não se situam em tais pontos de referência não serão indicados. Tais comentários são relevantes por ressaltar em que as análises efetuadas neste estudo fundamentam-se em segmentos específicos de atores sociais ligados às atividades

²³ Cambuí, Campestre, Coqueiral, Itumirim, Itutinga, Lavras, Machado, Maria da Fé, Natércia, Nova Resende, Poço Fundo, Pouso Alegre, Três Pontas e Varginha.

agropecuárias sul-mineiras e, portanto, não refletem a totalidade dos atores envolvidos.

TABELA 1 Categoria de atores sociais e número de entrevistados por categoria.

| Categorias de atores sociais | Número de entrevistados | |
|--|-------------------------|---------------|
| | Nº | % |
| Liderança de produtores familiares | 11 | 31,50 |
| Profissionais de ciências agrárias | 12 | 34,25 |
| Extensionistas da Emater –MG | 08 | (22,85) |
| Centro de Assessoria Sapucaí-MG | 02 | (5,70) |
| Fadema-MG | 01 | (2,85) |
| Senar-MG | 01 | (2,85) |
| Autoridades Municipais | 12 | 34,25 |
| Prefeitos | 02 | (5,70) |
| Secretários da agricultura ou encarregados pelo setor de agricultura municipal | 10 | (28,55) |
| TOTAL | 35 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa, 2003.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo é constituído por duas seções. Na primeira seção, são apresentados os objetos situacionais identificados como fatores favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas, o potencial de desenvolvimento e as deficiências no seu aproveitamento. Na segunda seção são apresentados os fatores limitantes e o potencial restritivo que estes apresentam para o desenvolvimento da agricultura familiar sul-mineira. Essa classificação dos objetos situacionais em fatores favoráveis e limitantes foi também usada na primeira fase da pesquisa.

4.1 Fatores favoráveis

Os objetos situacionais, aos quais os entrevistados atribuíram significados de fatores favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar sul-mineira, foram classificados, segundo a sua natureza, como: “edafoclimáticos”, “infra-estruturais e localização”, “sociais”, “culturais” e “alternativas sustentáveis” (Tabela 2).

4.1.1 Fatores edafoclimáticos

Os fatores interpretados pelos entrevistados como favoráveis e incluídos na categoria de fatores edafoclimáticos referem-se aos objetos de natureza física, tais como: o clima, altitude, solo, topografia e recursos hídricos (Tabela 2).

TABELA 2 Fatores edafoclimáticos favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais, na perspectiva dos atores sociais entrevistados, 2003.

| Fatores edafoclimáticos favoráveis | CA | f | % (f/N x 100) | Potencial | Aproveitamento | Deficiências |
|------------------------------------|-----|----|------------------|---|----------------|---|
| Clima | LPF | 5 | 45 | ♦Estações bem definidas; ♦Bons índices pluviométricos; ♦Propício para diversificação. | Parcial | ♦Descapitalização dos produtores, inibe a expansão de suas atividades. |
| | PCA | 8 | 66 | | | |
| | AM | 7 | 58 | | | |
| | T | 20 | 57 | | | |
| Altitude | LPF | 1 | 8 | ♦As altas altitudes são propícias p/ a cafeicultura, evitando danos com as geadas. | Total | - |
| | PCA | 1 | 8 | | | |
| | AM | - | - | | | |
| | T | 2 | 6 | | | |
| Solo | LPF | 8 | 73 | ♦Fertilidade; ♦Propício para a diversificação. | Parcial | ♦Falta conscientização quanto às técnicas de conservação do solo; ♦Impactos ambientais. |
| | PCA | 4 | 33 | | | |
| | AM | 5 | 42 | | | |
| | T | 17 | 49 | | | |
| Topografia | LPF | 1 | 9 | ♦Áreas com topografias planas propiciam a mecanização das atividades. | Parcial | ♦Topografias acidentadas; ♦Falta recursos financeiros p/ a aquisição de máquinas e equipamentos. |
| | PCA | 3 | 25 | | | |
| | AM | 5 | 42 | | | |
| | T | 9 | 26 | | | |
| Recursos hídricos | LPF | 5 | 45 | ♦Facilita o uso da irrigação; ♦Poderia ser utilizado como meio de transporte. | Parcial | ♦Falta recursos financeiros p/ implantarem a irrigação; ♦Não utilização do modal hidroviário |
| | PCA | 1 | 8 | | | |
| | AM | 1 | 8 | | | |
| | T | 7 | 20 | | | |

Fonte: dados da pesquisa.

CA = categoria de ator social; LPF = liderança de produtor familiar; PCA = profissional de ciências agrárias; AM = representante da administração municipal; f = frequência com a qual os fatores foram citados, por categoria de ator social; T = frequência total (número de vezes em que o fator apareceu nos depoimentos das diferentes categorias de atores sociais); N = número de entrevistados, por categoria de ator social (ver Tabela 1).

4.1.1.1 Clima

O clima foi considerado por todas as categorias de entrevistados como um fator edafoclimático favorável ao desenvolvimento da agropecuária familiar na RSMG, pois, na percepção desses atores, apresenta estações bem definidas, com bons índices pluviométricos, facilitando o cultivo de vários produtos, principalmente café e frutas.

O clima é bem definido, vamos falar, assim, tem índice pluviométrico muito bom, isso é a base da agricultura. A seca acontece durante o café [a colheita do café] que é a área em que a gente mais trabalha. Então, o inverno seco, o período de chuva bem distribuída durante o ciclo, então, isso favorece o bom desenvolvimento das culturas (A., profissional de ciências agrárias).

Dentre as categorias de entrevistados, vale ressaltar que este fator esteve mais presente nos discursos dos profissionais de ciências agrárias (Tabela 2). No entanto, interpretaram que o seu aproveitamento na RSMG era parcial, uma vez que os produtores familiares se encontram descapitalizados, o que inibe a expansão de suas atividades, as quais poderiam ser beneficiadas pelas circunstâncias favoráveis do clima

4.1.1.2 Altitude

A altitude foi interpretada como outro fator edafoclimático favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar (Tabela 2), uma vez que a RSMG possui altitudes elevadas, facilitando, principalmente, o cultivo de café, evitando que esse seja atingido por grandes geadas.

(...) aqui nós temos o local mais baixo, dá 750 m e o mais alto está a 1.300-1.400 metros. Então, a cafeicultura, ela só é viável acima de 500 metros de altitude. Então, é um fator preponderante (E., profissional de ciências agrárias).

No entanto, esse fator não foi mencionado com muita frequência pelos entrevistados, estando presente apenas nos depoimentos de dois deles, sendo, respectivamente, um representante da categoria de liderança de produtores familiares e um profissional de ciências agrárias (Tabela 2).

4.1.1.3 Solo

O solo foi mencionado, por indivíduos de todas as categorias de entrevistados, como um fator edafoclimático favorável (Tabela 2). De modo geral, atribuíam ao solo da RSMG um bom índice de fertilidade, o que resulta em ganhos de produtividade.

(...) são solos de boa fertilidade, de boa e alta fertilidade, nosso solo assemelha muito ao solo da Ucrânia, melhor solo do mundo, né?. E a espessura granulométrica dele é excelente também, fertilidade e profundidade dele. Então, tudo é favorável. A profundidade, a textura, a fertilidade do solo é boa, então, para qualquer tipo de cultura a adaptação é muito boa para isso (R., autoridade municipal).

No entanto, este fator depara-se com deficiências em seu aproveitamento, pois, na perspectiva de alguns atores, falta conscientização dos produtores sobre as técnicas de conservação do solo.

Tem gente que faz a agricultura extrativista. Só retira. Não coloca nada no solo, não faz controle de erosão, não faz a proteção de nascentes (E., profissional de ciências agrárias).

O que consideraram falta de conscientização apresenta-se, em alguns depoimentos, como resultado do baixo nível de escolaridade dos produtores e também pela carência de divulgação de informações sobre o manejo do solo, as quais poderiam ser mais disseminadas pelos órgãos governamentais ligados à agropecuária.

Os entrevistados também ressaltam as diversas formas de impactos ambientais, como, por exemplo, a erosão, que pode causar danos ao solo. Para contornar essa limitação, uma das soluções apontadas seria o cumprimento das leis ambientais já existentes no país e que os órgãos fiscalizadores deveriam ser mais enérgicos na fiscalização, multando os infratores.

Outra alternativa citada foi o incentivo à prática da agricultura orgânica pelos produtores familiares, visto que ela representa uma forma de desenvolvimento sustentável com menor impacto sobre o solo.

4.1.1.4 Topografia

A avaliação da topografia como fator favorável dependeu do relevo da área em que o entrevistado atuava ou possuía sua propriedade, uma vez que a RSMG apresenta tanto topografias planas como também acidentadas (Tabela 2), conforme justifica-se no depoimento de um dos entrevistados:

A topografia também é o fator favorável que nós podemos dizer, aí, é a parte de topografia, onde existe áreas favoráveis para o cultivo, principalmente do milho, do café, e de outras culturas. Apesar de ser uma área com topografia bastante elevada, há áreas boas para o plantio (J. A., autoridade municipal).

Para os entrevistados que identificaram a topografia como fator favorável, as localidades que apresentam topografia plana proporcionam alguns benefícios, uma vez que facilitam o uso de práticas de cultivo mecanizadas. No entanto, esses benefícios nem sempre são explorados, pois, no contexto geral, os produtores familiares não dispõem de recursos financeiros para adquirirem máquinas e equipamentos, o que restringe o uso eficiente desse fator. Como meio para contornar tal limitação, sugerem políticas de crédito que financiem a compra de máquinas e equipamentos a juros baixos, resultando assim em um melhor aproveitamento da topografia.

4.1.1.5 Recursos hídricos

A presença de recursos hídricos na RSMG, como represas, rios e nascentes, também foi mencionada como um fator favorável por alguns entrevistados, pois facilitam a irrigação de algumas culturas (Tabela 2). No entanto, nem todos os produtores familiares utilizam a irrigação, uma vez que os equipamentos necessários exigem investimentos elevados. Portanto, esta prática é restringida pela escassez de recursos financeiros dos agricultores. Além disso, consideram que os recursos hídricos estão expostos às diversas formas de degradação ambiental, principalmente no que concerne à poluição das bacias hidrográficas, causada pela eliminação de resíduos industriais, esgoto doméstico e agrotóxico. Também observaram que os seus impactos podem até contaminar as atividades desenvolvidas pelos agricultores.

Para um dos entrevistados da categoria de liderança de produtores familiares, o potencial hídrico poderia ser ainda utilizado como um meio de transporte para escoar a produção. Porém, ponderou que não existe nenhum incentivo ou projeto para instalação do modal hidroviário na RSMG. A utilização do modal hidroviário, na percepção desse ator, proporcionaria uma redução de custos para os produtores, uma vez que o transporte fluvial apresenta custos logísticos mais baixos, quando comparado ao modal rodoviário.

4.1.2 Fatores infra-estruturais e de localização

Os fatores infra-estruturais e de localização representam a estrutura de apoio, serviços e programas, como, por exemplo, organizações de ensino, pesquisa e assistência técnica, e programas como o Pronaf, bem como a existência de fatores que favorecem a comercialização. Incluem-se nessa categoria de fatores a localização da RSMG em relação aos grandes centros consumidores (Tabela 3).

4.1.2.1 Instituições de apoio à agropecuária

Algumas instituições agropecuárias presentes na RSMG, tais como Emater, Epamig, universidades, escolas agrotécnicas e Senar foram consideradas como fatores favoráveis por entrevistados em todas as categorias (Tabela 3).

A Emater foi a instituição mais mencionada (Tabela 3), uma vez que possui escritórios em quase todos os municípios pesquisados. Segundo depoimentos dos atores entrevistados, ela presta diversos serviços aos produtores, como, por exemplo, assistência técnica, orientação sobre formas de financiamento, cadastro do Pronaf, informações sobre canais de comercialização e redução de custos, incentivos ao associativismo, criação de agroindústrias domésticas e diversificação de atividades (Tabela 3).

Trechos de depoimentos, apresentados a seguir, ilustram a avaliação positiva dessa organização pública e as informações contidas na Tabela 3.

A Emater é assistência, né? Dúvida, doenças, problema de lavoura e curso também (...) (J., produtor familiar).

A Emater tem feito, na medida do possível tem ajudado. Eles ajudam quando no caso do financiamento do Pronaf (...) (Jo., produtor familiar).

A Emater é, basicamente, o seguinte: a gente está na linha de frente. Então você levanta a necessidade, forma e trabalha com os grupos. Você gerencia o grupo. Então, nós temos os grupos de produtores de leite, os produtores de maracujá, temos os grupos de jovens no meio rural também. Então, a gente trabalha basicamente na linha de frente, levantando as necessidades e as potencialidades. Você tem que trabalhar também com o potencial que a comunidade te oferece. Então, basicamente, é esse o trabalho nosso, é um trabalho de extensão. Você levar alguma coisa e trabalhar junto com eles, tanto na parte de produção e na parte de comercialização também (J., profissional de ciências agrárias).

TABELA 3 Instituições de apoio apontadas como fatores favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais na perspectiva dos atores sociais entrevistados, 2003.

| Instituições de apoio a agropecuária | CA | f | % (f/N x 100) | Potencial | Aproveitamento | Deficiências |
|--------------------------------------|-----|----|------------------|--|----------------|---|
| Emater | LPF | 7 | 63 | ♦Assistência técnica; ♦Orientação sobre financiamentos; ♦Incentivo ao associativismo, diversificação e criação de agroindústrias; ♦Cadastro do Pronaf. | Parcial | ♦Número insuficiente de extensionistas; ♦Modelo padronizado de assistência. |
| | PCA | 7 | 58 | | | |
| | AM | 7 | 58 | | | |
| | T | 21 | 60 | | | |
| Epamig | LPF | 5 | 45 | ♦Desenvolve novas técnicas e tecnologias para a agropecuária; ♦Organiza eventos. | Parcial | ♦O desenvolvimento das técnicas nem sempre contempla as necessidades dos produtores familiares; ♦ Falta de inovação nas pesquisas. |
| | PCA | 3 | 25 | | | |
| | AM | 2 | 17 | | | |
| | T | 10 | 29 | | | |
| Senar | LPF | 4 | 36 | ♦Oferece cursos de capacitação profissional; ♦Valoriza a cultura do meio rural. | Parcial | ♦ A oferta de vagas para os cursos é reduzida. |
| | PCA | 5 | 42 | | | |
| | AM | 1 | 8 | | | |
| | T | 10 | 29 | | | |
| Universidades e escolas agrotécnicas | LPF | 4 | 36 | ♦Realizam pesquisa; ♦Prestam alguns serviços; ♦Realizam alguns eventos. | Parcial | ♦Relacionamento distante com os produtores; ♦As pesquisas desenvolvidas nem sempre são aplicáveis. |
| | PCA | 8 | 67 | | | |
| | AM | 3 | 25 | | | |
| | T | 15 | 43 | | | |

Fonte: dados da pesquisa.

CA = categoria de ator social; LPF = liderança de produtor familiar; PCA = profissional de ciências agrárias; AM = representante da administração municipal; f = frequência com a qual os fatores foram citados, por categoria de ator social; T = frequência total (número de vezes em que o fator apareceu nos depoimentos das diferentes categorias de atores sociais); N = número de entrevistados, por categoria de ator social (ver Tabela 1).

Todavia, na visão dos entrevistados, alguns fatores foram identificados como restritivos, reduzindo o potencial de desenvolvimento dessa organização (Tabela 3). Consideram que o número de extensionistas lotados nos escritórios é insuficiente para atender adequadamente ao elevado número de produtores familiares. Apontam que a solução desse fator limitante está relacionada à ampliação do quadro de extensionistas.

Eu acho, pelo seguinte, no caso nosso de Itumirim, nós só temos um técnico na Emater e, para ele dar conta de toda região, é muito para ele (...) (J. R., produtor familiar).

Ressaltou-se também que a Emater possui um modelo padronizado de assistência técnica, o que reduz o impacto de suas ações junto aos produtores familiares. As ações padronizadas, observou um entrevistado, não consideram as peculiaridades que as atividades agropecuárias apresentam em cada município. Portanto, o trabalho dessa instituição deveria ser mais dinâmico, concentrando-se nas especificidades municipais.

A assistência técnica monopolizou de tal forma, que tudo que se fala, fala em Emater. Então, eu acho que o profissional ou ele forma e trabalha na Emater ou ele trabalha com ele. Não tem. Monopolizaram de tal forma que não tem como desvincular disso aí. E, na verdade, se segue um padrão, e eu acho que cada caso é um caso. Tinha que se estudar cada município, não seguir apenas um padrão. Então, eu sou mais a favor de se adaptar ao que tem (...) (R., autoridade municipal).

Outros atores sociais, seguindo uma orientação próxima da anterior, consideraram que a Emater deveria organizar cursos de atualização para seus extensionistas, no intuito de desenvolver e disseminar novas metodologias de assistência técnica.

Com relação à Epamig, os entrevistados mencionaram que essa organização pública de pesquisa desenvolve novas tecnologias para a agropecuária e organiza eventos²⁴, disseminando, assim, conhecimento para os produtores familiares (Tabela 3). No entanto, avaliam que o desenvolvimento das pesquisas e novas tecnologias nem sempre leva em conta as necessidades dos produtores familiares, pois fundamenta-se em outras diretrizes definidas pela cúpula dessa organização ou, como salientou um entrevistado, nos interesses do próprio pesquisador. Além disso, ponderam que a Epamig deveria inovar suas linhas de pesquisas, incorporando em seus estudos outros produtos relevantes para a região ao contrário de concentrar nas atividades tradicionais da RSMG, isto é, café e leite (Tabela 3).

A pesquisa vou falar assim, até então, ela atende a necessidade do pesquisador. O pesquisador imaginava alguma coisa e fazia ali, atendia a sua necessidade. Porque é para a validade dele, hoje parece que isso está mudando, eu acho que ela tem atender a necessidade do produtor. O produtor precisa de uma tecnologia pra sair de 4.000 quilos de milho e ir para 12, mas a nível dele. E, muitas vezes, essa tecnologia é avançada demais, ela não consegue chegar até o produtor. Aí, o pesquisador, por vaidade própria, ele começa a fazer aquilo direcionado a pesquisa pra onde ele quer. O pesquisador faz isso. Ele começa direcionar a pesquisa pra onde ele quer. Aí, sai muito longe do produtor (...) (L., profissional de ciências agrárias).

A pesquisa de novos produtos, além dos tradicionais café e leite, foi considerada relevante para a diversificação, ampliando o leque de atividades e fontes de renda para os agricultores familiares, o que será discutido com mais detalhes em seções subseqüentes. No momento, continuar-se-á a discutir as instituições de apoio percebidas como fatores favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar sul-mineira.

²⁴ A Epamig organiza anualmente juntamente com a Universidade Federal de Lavras a Expocafé, que representa um dos principais eventos agropecuários da região.

As universidades e as escolas agrotécnicas também foram apontadas como fator favorável, uma vez que realizam pesquisas no setor agropecuário, o que pode resultar em inovações tecnológicas. Além disso, em alguns casos, elas prestam serviços de assistência técnica, consultoria e organizam eventos (Tabela 3).

As faculdades, porque pode ser um ponto de apoio para o agricultor, outra, que elas localizadas aqui têm noção mais da realidade local. Então, a extensão, as pesquisas são voltadas na grande maioria das escolas daqui (P., profissional de ciências agrárias).

Entretanto, alguns entrevistados caracterizaram o relacionamento entre produtores, universidades e escolas agrotécnicas como distante, isto é, marcado, principalmente, pela falta de aproximação, principalmente dessas instituições, com a realidade que as envolve. No geral, nutrem a concepção de que essas instituições realizam seus estudos em laboratórios e os resultados nem sempre podem ser aplicados no contexto prático da agropecuária e, em especial, da agricultura familiar.

(...) Eu sou bastante sincero nessa questão (...) Olha, a pesquisa, eu acho que, eu não sei se ela tem conhecimento, de que pra ela ser uma pesquisa assim, apurada, ela precisa da contribuição da produção (...) Acham que não tem mais nada a ser acrescentado. Aquilo, ela já se sente como satisfatório os resultados obtidos dentro do laboratório, quando, na verdade, é onde a gente vai experimentar muitas pesquisas, aplicação das pesquisas. A gente acaba, então, se dando conta de que realmente havia alguma coisa a mais a ser feito. Então, sei lá, eu acho que é até uma certa prepotência até das pesquisa (A., produtor familiar).

O que eu vejo das universidades, escolas agrícolas agindo não diretamente com o produtor rural aqui na região. Na minha opinião, eu achava que teria que ter mais técnicos das universidades a campo (A., produtor familiar).

(...) Achamos que há a necessidade de maior aproximação, que a pesquisa seja feita e desenvolvida junto com a produção, cada passo no laboratório, mais um no campo. Porque aí, quando você sair o resultado, olha: o resultado da pesquisa obtida lá no laboratório foi o mesmo obtido lá no campo (A., produtor familiar).

As universidades, elas têm que quebrar o negócio de ser feudo, de vez em quando, só que solta alguma coisa. Ficam muito fechadas, tem que ficar tudo mais facilitado pra chegar aqui para os produtores. Demora muito pra chegar e só de vez em quando que sai (S., profissional de ciências agrárias).

Na concepção dos entrevistados, as limitações que reduzem o potencial de desenvolvimento das universidades e escolas agrotécnicas poderiam ser neutralizadas por meio de um programa de extensão universitário que conjugasse assistência técnica e pesquisa com a participação comunitária. Avaliam que o desenvolvimento de pesquisas, juntamente com os produtores, garantiria maior aplicabilidade dos resultados e geração de inovações tecnológicas adequadas à agricultura familiar.

Alguns entrevistados da categoria de liderança de produtores familiares reconhecem a necessidade de aproximarem-se mais das instituições de pesquisa e ensino, o que poderia resultar em um diálogo que facilitaria a solução de seus problemas e a potencialização dos fatores identificados como favoráveis.

Justamente eu vou colocar mais culpa nossa mesmo, falta de ir em busca. Porque eu tenho certeza que se a gente fosse em busca, eu tenho certeza que eles viriam até nós. Ou eles teriam colocado alguém nosso, um líder para ajudar (R., produtor familiar).

Poderia, sem dúvida, eu acho, haver uma aproximação maior ainda entre a pesquisa, aliás, a escola e produção. Eu acho que a escola ainda tá um pouquinho meio que inibida ainda (...) (A., produtor familiar)

Segundo alguns entrevistados, enquanto a relação entre agricultura familiar e pesquisa se mantiver distante, a única alternativa seria continuar a ter contato com os resultados de pesquisa e as inovações oferecidas pelas empresas fornecedoras de insumos e serviços. No entanto, avaliam que tal situação limita o potencial desenvolvimento, pois tais atores estão interessados apenas em comercializar os seus produtos e aumentar a sua lucratividade. Além disso, observaram que os produtos e os serviços dessas empresas nem sempre representam a forma mais viável para os produtores conduzirem as suas atividades.

O próprio fornecedor de insumos esse que está mais estruturado, já traz essas informações, porque ele tem interesse em vender. Por exemplo, o lançamento de uma muda nova de morango, uma semente nova de batata (...) Vem gente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, a gente está sempre em contato com eles. Alguma coisa neste intercâmbio, acaba havendo um aproveitamento. A pesquisa só chega para a gente através disso mesmo. A pessoa que quer usufruir alguma coisa do produtor, o vendedor de insumos ou algum vendedor de muda (...) Mas assim, diretamente para ajudar, sem interesse nenhum não tem. Há um descaso e uma falta de interesse (P., autoridade municipal).

O Senar, de acordo com os entrevistados, também se caracteriza com uma instituição que favorece o desenvolvimento agropecuário da RSMG, visto que oferece diversos cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento para os produtores familiares e seus dependentes, estimulando, assim, a pluriatividade (Tabela 3). O Senar também foi caracterizado como uma instituição que se preocupa com o meio rural, valorizando os seus hábitos, costumes e valores, entre outros (Tabela 3). Dessa forma, os cursos são conduzidos no intuito de que os indivíduos alcancem um aprendizado prático, o qual poderá ser aplicado nas atividades do seu dia a dia.

Se você tem capacitação, você tem informação, você tem opção, você tem como saber. Discernir o que para você vai ser melhor ou não (K., autoridade municipal).

Senar, ele não faz o curso, assim, numa escola, na cidade; a gente vai na comunidade, discute, lá, o problema lá e resolve lá mesmo. Bem, muito interessante o trabalho que eu faço, porque aí você tem que respeitar a cultura da pessoa, ver o que eles realmente querem, dar valor até onde que eles já estão e em cima daquele enfoque ali a gente trabalha (N., profissional de ciências agrárias).

Os mesmos entrevistados também ressaltaram que a oferta de vagas para os cursos fornecidos pelo Senar é reduzida, não suprimindo, assim, toda demanda.

É restrito. É 12 pessoas só. Das 12 pessoas, é pouco os que divulgam isso. Então, a pessoa aprende e fica quieto pra ele. Então, quer dizer ajudou e não ajudou, ficou só pra ele, né? E, muitas vezes não tem condições de desenvolver aquilo que ele aprendeu (G., produtor familiar).

Os entrevistados também incluíram entre as condições que limitam o potencial de desenvolvimento das organizações presentes na RSMG fatores localizados no nível macroestrutural, como as políticas econômicas. Embora tais fatores serão discutidos posteriormente, ressalta-se que, para os atores entrevistados, as organizações mencionadas poderiam desenvolver melhor suas atividades de ensino, pesquisa, capacitação profissional ou assistência técnica, caso o Estado proporcionasse maior disponibilidade de recursos financeiros. Enfatizaram também a necessidade de essas instituições desenvolverem trabalhos em parcerias, o que poderia resultar em um uso mais racional dos poucos recursos financeiros existentes e proporcionar melhores resultados em suas áreas de atuação.

4.1.2.2 Pronaf

O Pronaf foi o único programa de política pública considerado por alguns entrevistados como um fator favorável ao desenvolvimento da agropecuária familiar na RSMG (Tabela 4). Os recursos financeiros provenientes desse programa federal são repassados aos produtores familiares a juros menores do que os do mercado financeiro, oferecendo-lhes condições para se capitalizarem e desenvolverem as suas atividades.

TABELA 4 Programa governamental, estrutura de comercialização e localização interpretados como fatores favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais na perspectiva dos atores sociais entrevistados, 2003

| Fatores | CA | f | % (f/N x 100) | Potencial | Aproveitamento | Deficiências |
|------------------------------|-----|----|------------------|--|----------------|--|
| Pronaf | LPF | 1 | 9 | ♦Recursos provenientes do governo federal, a juros mais baixo; ♦Forma de capitalização dos produtores familiares. | Parcial | ♦Disponibilidade de recursos não é suficiente p/ atender toda a demanda; ♦Falta organização dos produtores. |
| | PCA | 1 | 8 | | | |
| | AM | 2 | 16 | | | |
| | T | 4 | 11 | | | |
| Estrutura de comercialização | LPF | 0 | - | ♦Disponibilidade de canais de comercialização p/ as atividades tradicionais; ♦Valorização de alguns produtos, quando comparados aos preços de outra região. | Parcial | ♦Ação dos intermediários; ♦Os produtores poderiam explorar a questão da certificação de origem. |
| | PCA | 3 | 25 | | | |
| | AM | 0 | - | | | |
| | T | 3 | 9 | | | |
| Localização | LPF | 3 | 27 | ♦Próximo aos grandes centros consumidores; ♦Facilidade para o escoamento da produção ; ♦Facilidade para a compra de insumos; ♦Incentivo para a instalação de agroindústrias. | Parcial | ♦Facilita a ação de intermediários; ♦Existem poucas agroindústrias. |
| | PCA | 9 | 75 | | | |
| | AM | 7 | 58 | | | |
| | T | 19 | 54 | | | |

Fonte: dados da pesquisa.

CA = categoria de ator social; LPF = liderança de produtor familiar; PCA = profissional de ciências agrárias; AM = representante da administração municipal; f = frequência com a qual os fatores foram citados por categoria de ator social; T = frequência total (número de vezes em que o fator apareceu nos depoimentos das diferentes categorias de atores sociais); N = número de entrevistados por categoria de ator social (ver Tabela 1).

No entanto, esse fator não está sendo explorado de forma adequada, pois os entrevistados avaliam que a disponibilidade de recursos financeiros não é suficiente para atender a toda a demanda de produtores familiares do Sul de Minas Gerais.

Um dos entrevistados também ressaltou que a não organização dos produtores familiares sul-mineiros em associações e cooperativas dificulta o acesso ao crédito. Considera que, além do montante disponibilizado pelo governo federal ser limitado, a RSMG concorre pelos recursos com outras regiões do país nas quais os produtores familiares são mais organizados e, por conseguinte, com maior poder de reivindicação, o que facilita o acesso aos recursos do Pronaf.

O crédito rural [do Pronaf] acontece muito bem, por exemplo, (...) no Sul do país, porque lá os agricultores são bem organizados. O agricultor desta região é desorganizado e tem resistência à organização (...) Eles não têm poder. Como os recursos são limitados, os recursos vão pra onde já existe uma organização mais organizada em termos de cooperativismo, associativismo. Eles têm poder de reivindicação. Então, os recursos do Pronaf, aqui na região, acontece, mas, digamos assim muito levemente. O grande aporte de recursos vai para o Sul do país (E., profissional de ciências agrárias).

4.1.2.3 Estrutura de comercialização

A comercialização foi interpretada, por alguns profissionais de ciências agrárias, como um fator favorável ao desenvolvimento da RSMG, uma vez que a região dispõe de canais de comercialização para os seus principais produtos, isto é, o leite e o café (Tabela 4). Além disso, consideram que os produtos da RSMG, como, por exemplo, o leite, são mais valorizados, quando comparados ao produzidos em região mais pobres, como o Vale de Jequitinhonha. Para eles, isso se justifica pelo fato da localização da RSMG ser estratégica, próxima aos

grandes centros consumidores, nos quais a população possui uma renda per capita mais elevada.

No entanto, avaliam que a comercialização tem sido explorada de forma parcial. Por serem produtores familiares, com volumes pequenos de produção e comercializarem isoladamente seus produtos, atuam em uma situação que favorece o comprador a fixação de preços. Uma solução, apresentada pelos profissionais de ciências agrárias, seria a organização dos produtores familiares em associações e cooperativas, o que resultaria em um volume maior de produtos a serem comercializados, aumentando-lhes o poder de barganha. Para um dos entrevistados, os agricultores do Sul de Minas também poderiam explorar o que ele considera “rastreadibilidade de seus produtos”²⁵, como um diferencial no processo de comercialização, utilizando a beleza de atributos regionais (cachoeiras, montanhas, matas ciliares, rios, etc.) como um instrumento de marketing.

Essa origem refere-se à coisa muito forte no mercado internacional de produtos agrícolas. Você deve dar uma origem para o seu produto. Então, por exemplo, você tem café, café é aquele grãozinho lá. Mas, você pode dar uma qualidade para aquele café lá, bebida e tal. Outra coisa é você dizer: “esse café é daqui”. Daqui onde? De uma região que tem uma característica bonita, cachoeiras, montanhas, tudo isso é muito forte hoje e, cada vez mais, os consumidores querem saber isso, é a rastreadibilidade. Isso acontece com o boi... O que que é a rastreadibilidade? É eu querer saber de onde vem o que eu consumo. Só que eu sabendo de onde veio e dessa região de onde ela veio, traz pra mim algumas características a mais. Eu posso jogar isso no preço, só que nós ainda não descobrimos isso. É, exatamente, o vinho e o queijo são os exemplos tradicionais disso. Você vai tomar um vinho bourdeaux (S., profissional de ciências agrárias).

²⁵ Na interpretação do entrevistado, a certificação de origem de produtos é denominada de “rastreadibilidade de seus produtos”.

4.1.2.4 Localização

Segundo os entrevistados, a RSMG possui uma localização estratégica, por estar próxima aos grandes centros consumidores, como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, facilitando, assim, o escoamento da produção. Além disso, encontram-se nesses centros pontos de comercialização interna, como as Centrais de Abastecimento (CEASA's) e comercialização externa, como as *tradings* e os portos marítimos (Tabela 4).

Você tem essa proximidade com três capitais, de porte grande, com vias de escoamento de produção definidas. Então, isso faz com que você tenha uma capacidade interessante de escoamento de produto (S., profissional de ciências agrárias).

(...) Está próximo, justamente, dos grandes centros para escoar a produção. Então você tem Ceasa, São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Pouso Alegre mesmo tem um Ceasa que abastece e recebe produtos da região inteira. Então isso aqui é um ponto central para escoamento da produção. Você tem aqui a Fernão Dias, que liga São Paulo a Minas (P., profissional de ciências agrárias).

Entretanto, essa localização também favorece a ação de intermediários ou “atravessadores”, que compram a produção por um determinado valor e revendem por um valor superior nos grandes centros.

A localização é explorada adequadamente, dependendo por quem. Se for pelos atravessadores sim, (...) No caso do morango, eles vendem para uma pessoa que vende para um terceiro, um quarto e vai chegar na gôndola do mercado para o consumidor comprar. Então, pela organização de agricultores e pela maioria dos municípios e poderes públicos, esse fator é muito mal aproveitado, mas pela cadeia de comercialização sim (P., profissional de ciências agrárias).

Em alguns casos, o produtor familiar submete a sua produção aos intermediários, pois lhe faltam meios para o transporte do produto até os pontos

de venda, reduzindo, assim, a sua lucratividade. A localização estratégica também é percebida como um incentivo para a instalação de agroindústrias, o que resultaria na entrega do produto agrícola já beneficiado no mercado consumidor, resultando em agregação de valor. No entanto, a região não dispõe de muitas agroindústrias, restringindo o impacto positivo da localização.

Para a categoria de profissionais de ciências agrárias, a localização também facilita a compra de insumos, uma vez que a RSMG possui muitas indústrias produtoras de insumos, contando também com uma ampla variedade de estabelecimentos comerciais revendedores de insumos e produtos tecnológicos.

4.1.3 Fatores sociais

Foram classificados como fatores sociais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar sul-mineira a estrutura agrária regional caracterizada por um grande número de pequenas propriedades rurais, a disponibilidade de mão-de-obra e a presença de sindicatos, associações e cooperativas na região (Tabela 5).

4.1.3.1 Pequenas propriedades rurais

Grande parte das propriedades rurais na RSMG pode ser caracterizada como pequena e, para três entrevistados, um em cada categoria (Tabela 5), isso se apresenta como fator favorável. Consideram que as pequenas unidades de produção absorvem mais mão-de-obra familiar e, como consequência, fixam as pessoas no meio rural, o que garante a sucessão familiar na propriedade. Além disso, essa mão-de-obra familiar reduz a necessidade de mecanização das atividades, uma vez que, apesar de utilizar a mecanização por meio de pequenos maquinários e tração animal, a grande maioria do trabalho nas lavouras provém dos membros familiares.

TABELA 5 Fatores sociais e culturais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais, na perspectiva dos atores entrevistados, 2003.

| Fatores sociais e culturais | CA | f | % (f/N x 100) | Potencial | Aproveitamento | Deficiências |
|--|-----|----|------------------|--|----------------|---|
| Grande número de pequenas propriedades | LPF | 1 | 9 | ♦Emprega toda mão-de-obra familiar; ♦Evita o êxodo rural; ♦ Não apresenta problemas com reforma agrária. | Parcial | ♦Falta políticas públicas que incentivem a produção; ♦Falta mobilização dos produtores; ♦Falta assistência técnica . |
| | PCA | 1 | 8 | | | |
| | AM | 1 | 8 | | | |
| | T | 3 | 9 | | | |
| Disponibilidade de mão-de-obra | LPF | 1 | 9 | ♦Mão-de-obra especializada nas atividades tradicionais. | Parcial | ♦ Êxodo rural. |
| | PCA | 2 | 16 | | | |
| | AM | 1 | 8 | | | |
| | T | 4 | 11 | | | |
| Associações, cooperativas e sindicatos | LPF | 8 | 73 | ♦Desperta o espírito empreendedor dos produtores; ♦Compra de insumos e venda de produtos em conjunto; ♦Meio de reivindicação dos produtores; ♦Oferece crédito através dos bancos cooperativistas. | Parcial | ♦Falta de mobilização dos produtores dificulta a formação de associações e cooperativas; ♦As cooperativas, às vezes, atende apenas os grandes e médios produtores. |
| | PCA | 8 | 67 | | | |
| | AM | 7 | 58 | | | |
| | T | 23 | 65 | | | |
| Vocação | LPF | 3 | 27 | ♦Representa o conhecimento sobre a prática das atividades tradicionais, repassada de geração em geração; ♦Oferece segurança p/ os produtores. | Parcial | ♦Resistência à diversificação das atividades e à adoção de tecnologias e inovações. |

Fonte: dados da pesquisa.

CA = categoria de ator social; LPF = liderança de produtor familiar; PCA = profissional de ciências agrárias; AM = representante da administração municipal; f = frequência com a qual os fatores foram citados, por categoria de ator social; T = frequência total (número de vezes em que o fator apareceu nos depoimentos das diferentes categorias de atores sociais); N = número de entrevistados, por categoria de ator social (ver Tabela 1).

A mão-de-obra familiar é importante. É um processo sociológico, porque, indiretamente, vai treinando os filhos mais jovens no processo produtivo e, com esse treinamento, o jovem vai adquirindo um sentimento de produtor mais forte, e começa a desenvolver o sentimento de ambição e, com isso, vai se tornar um produtor amanhã com uma estrutura muito melhor para agricultura (J., autoridade municipal).

(...) deixar os filhos das pessoas do campo no campo. É claro que na cidade depende de homens também. Mas, que não empanturre a cidade com pessoas, que uma boa parte que vai pra cidade, nem estudo tem para obter sucesso na cidade. Porque dentro da cidade, hoje, o que a gente ouve, o que está acontecendo também, os problemas que existe na cidade está refletindo no campo (S., produtor familiar).

Esse fator é favorável porque são propriedades pequenas em que o produtor utiliza a mão-de-obra familiar. Nela, há uma menor necessidade de equipamentos. Questão de máquinas, pulverizadores, a exigência é menor, não exige uma estrutura grande (J., autoridade municipal).

As pequenas propriedades não oferecem apenas meios de subsistência para os produtores familiares, segundo os entrevistados. Observam que esses produtores podem cultivar e comercializar, principalmente, produtos perecíveis como, por exemplo, hortaliças e a frutas. Ressaltam também que a região não possui problemas com reforma agrária, uma vez que esta ocorreu de forma natural, no decorrer dos anos.

Aqui, a reforma agrária é feita naturalmente. As famílias vão dividindo, dividindo, então, só têm pequenos produtores (S., profissional de ciência agrária).

Eu acho que o grande forte aqui, a meu ver, é a reforma agrária hereditária. A reforma agrária feita na cama. As famílias foram se subdividindo, dividindo, isso é um ponto forte. A concentração de

peças por área é muito grande. Pra mim, é isso, eu acho a reforma agrária hereditária (A., profissional de ciências agrárias).

Um dos três entrevistados que apontaram o grande número de pequenas propriedades como fator favorável considera que esse tipo de unidade de produção, juntamente com a mão-de-obra familiar, torna viável a prática da agricultura orgânica. Justifica a sua colocação observando que tal modalidade de agricultura nem sempre pode ser desenvolvida em médias e grandes propriedades, uma vez que a agricultura orgânica requer o uso intensivo de mão-de-obra e, nas suas palavras, “baixa escala de produção”. Para o entrevistado, as médias e grandes propriedades utilizam mão-de-obra contratada, o que gera custos e, também, visam à produção em grande escala, para tentar reduzir o custo fixo, principalmente com máquinas e equipamentos.

É totalmente diferente. Porque eles [os grandes proprietários] falam que se eles fizerem que eu faço, elas vão quebrar. Então é totalmente o contrário (G., produtor familiar).

Na opinião dos três entrevistados que indicaram a predominância de pequenas propriedades familiares como fator favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG, esse fator é parcialmente explorado, pois faltam políticas públicas que incentivem a agricultura familiar a produzir e comercializarem seus produtos.

Eu acho que a gente tem plenas condições de ter essa alternativa, porque, em uma área pequena, você consegue ter ótimos resultados lá. Mas, precisa ter planejamento, precisa ter algum incentivo. Eu acho que o agricultor precisa ter um pouco mais de ajuda no planejamento, um incentivo e o incentivo vai desde o início da produção até a comercialização. A comercialização é o gargalo, é difícil. A agricultura é muito complicada na questão da comercialização. Às vezes, você tem excesso de produto e se você não comercializar aqui próximo e aí mais,

o produto não tolera. O brócolis, por exemplo, se você não tiver um local para colocar, você perde. Muito distante ele não agüenta. Então, eu acho assim, precisa de ter planejamento porque o produtor sabe plantar. Sabe, quer e gosta da terra. Só que ele precisa ter viabilidade naquilo que ele faz (S., produtor familiar).

Além disso, o profissional de ciências agrárias e o representante da administração municipal ressaltaram que a agropecuária familiar da RSMG não tem sido explorada adequadamente, pelo fato de os produtores familiares não formarem um grupo organizado e serem avessos ao associativismo. Para esses dois entrevistados, os produtores deveriam se associar em organizações, o que poderia resultar em ações reivindicatórias junto ao Estado no sentido de que fossem formuladas políticas de incentivos financeiros e fossem realizados investimentos públicos para a implantação de infra-estrutura de comercialização. Eles apontaram também a escassez de técnicos nas instituições públicas que prestam assessoria aos produtores sul-mineiros, como um fator que restringe as potencialidades da agricultura familiar. Pois, em alguns casos, os produtores familiares só possuem assistência técnica de revendedoras, as quais estão interessadas, exclusivamente, em comercializarem seus produtos.

Existe uma carência de técnicos para orientar esses pequenos produtores. Então, a maioria deles fica à mercê da orientação das revendas, cujo objetivo é a venda dos seus produtos. Isso é uma bomba, mas é verdade. A revenda quer vender os seus produtos, não importa quanto o produtor vai pagar, nem o que ele vai colher (J., autoridade municipal).

4.1.3.2 Disponibilidade de mão-de-obra

A disponibilidade de mão-de-obra, como fator favorável, apareceu, na seção anterior, vinculada à agricultura familiar. Embora essa vinculação permaneça, agora tal disponibilidade está associada ao grande número de

trabalhadores rurais especializados, principalmente em atividades tradicionais, como o café e o leite (Tabela 5). Alguns entrevistados também ressaltaram a importância da mão-de-obra para a região, uma vez que, em algumas áreas, a topografia limita o uso de práticas mecanizadas. No entanto, avaliam que a emigração do campo para a cidade está restringindo o potencial de desenvolvimento desse fator. Ponderam que a população rural jovem está procurando, nas cidades, melhores oportunidades de emprego e renda, visto que o espaço rural não tem absorvido toda mão-de-obra disponível e nem proporcionado rendas suficientes para a sobrevivência do trabalhador rural e sua família.

Aqui é impossível mecanizar, a mão-de-obra cada vez mais cara, mais escassa. Aqui é uma região que, agora com a duplicação da Fernão Dias, então, indústrias estão se aproximando da região. Como é que você vai competir com essa indústria que contrata, dá uma estabilidade para esse trabalhador? Hoje, já é um problema sério. Esse ano a impressão que dá é que foi o último ano de que se conseguiu mão-de-obra pra colher café (...) (S., profissional de ciências agrárias)²⁶.

4.1.3.3 Presença de sindicatos, associações e cooperativas

A presença de sindicatos e associações de produtores foi interpretada como fator favorável, pela maioria dos entrevistados, nas três categorias de atores sociais (Tabela 5). Alguns produtores familiares viam o trabalho conjunto como uma alternativa adequada para quem possui poucos recursos e a

²⁶ Embora a comparação entre os resultados das duas fases da pesquisa não seja o objetivo deste estudo, deve-se observar que a investigação que focalizou a agricultura empresarial detectou uma grande preocupação das lideranças empresariais e profissionais de ciências agrárias (extensionistas, pesquisadores e professores) com o risco que o êxodo rural representava para a agricultura da RSMG, principalmente para a cafeicultura. Em decorrência do relevo acidentado da região, havia uma demanda muito grande por mão-de-obra e a emigração, ao reduzir a oferta de trabalhadores, onera o custo de produção, o que poderia tornar a atividade pouco competitiva, comparada ao café produzido no cerrado. Nesse contexto, lideranças da agricultura empresarial e profissionais de ciências agrárias reivindicavam a implantação de programas governamentais que viabilizassem a agricultura familiar, como uma forma de fixar o homem ao campo (Alencar et al., 2001).

participação em associações de agricultores como um meio de desenvolver a autoconfiança.

(...) Eu acho que, principalmente pros pequenos, a organização é a base de tudo, cê entendeu? Cê tem que unir os pequenos pra fazer um grande. Enquanto o grande faz ele sozinho, ele tem recurso (C., produtor familiar).

(...) Associação é diferente. As pessoas já passam a ter uma cabeça um pouco diferente, a coisa da convivência, a coisa de somar esforços, somar experiência (JI., produtor familiar).

(...) Quando elas agregam um grupo de produtores de certa forma elas dão, assim, uma segurança maior para o produtor desenvolver a sua atividade. Não tenha dúvida de que o produtor, cooperado ou associado, tenha ligação a alguma instituição. Assim ele tem mais segurança na sua atividade (J., produtor familiar).

Os profissionais de ciências agrárias e representantes da administração municipal consideraram que as associações de agricultores, quando bem trabalhadas, despertam o espírito empreendedor dos produtores e, por meio de trabalhos integrados, proporcionam a troca de experiência entre eles. Ações, como, por exemplo, compra de insumos e venda da produção em conjunto, ao proporcionarem ganhos monetários, demonstram a importância do trabalho coletivo e aumentam a segurança e o poder de barganha.

Quanto aos sindicatos (Tabela 5), consideraram que, em alguns locais, essas organizações têm ajudado os produtores a obterem acesso ao crédito, eliminando as dificuldades impostas pelos órgãos responsáveis por sua distribuição como, por exemplo, o Banco do Brasil. Referem-se, neste caso, ao crédito obtido via recursos do Pronaf. Os sindicatos também oferecem cursos diversos em parceria com o Senar, prestando, ainda, serviços administrativos e contábeis aos produtores.

As cooperativas da RSMG também foram interpretadas como um fator favorável ao desenvolvimento da região (Tabela 5). Na visão dos atores sociais, essas organizações possuem estruturas que facilitam o processo de comercialização, principalmente das atividades tradicionais, como leite e café. Prestam também serviços de assistência técnica, bem como comercializam insumos a preços menores, comparados aos do mercado. Alguns entrevistados também ressaltaram que algumas cooperativas da RSMG estão ampliando seus serviços, oferecendo crédito para os produtores.

(...) a partir da própria emissão dos produtores, o próprio sentimento de querer crescer. A necessidade faz com que eles queiram se aglutinar mais, em cooperativas e em organizações (J. S., autoridade municipal).

Se ocê tem 10 sacas pra vender, ocê tem 500 sacas, ah...até pro comprador ficaria mais fácil. Como é que cê vai deslocar, embarcar um pouquinho só? Se unindo é capaz que melhora até pra...na hora da venda (J., autoridade municipal).

(...) as concepções de cooperativa, que era há um tempo atrás, que a cooperativa tava lá, ela fornecia infra-estrutura, ela assegurava depósito para a sua produção e mais nada do que isso, hoje elas já estão buscando, assim, formas diferentes. Elas estão buscando o crédito para o produtor (A., produtor familiar).

No entanto, alguns entrevistados percebem a cooperativa como uma empresa ou um meio mais diretamente relacionado aos interesses dos médios e grandes produtores. Por conseguinte, vêem essa organização como distanciada de suas necessidades.

As cooperativas, hoje, parecem (...) viraram empresa. Assim, não tão assim atendendo, buscando, assim, diretamente o produtor, o associado. Eles tão voltado mais pra si mesmos parece. Tão preocupada mais em crescer do que ajudar o pessoal que tá lá dentro (J., produtor familiar).

Além disso, alguns depoimentos relatam que os produtores rurais preferem comercializar o seu produto por intermédio de outros canais de comercialização, fazendo com que as cooperativas percam o seu poder de barganha. Dessa forma, os produtores ficam apenas com o título de associado, mas não exercem seus papéis de cooperados.

Associados sim, mas não participam da vida da cooperativa. Dificilmente entregam o milho na cooperativa, não entregam o leite. Estão só entregando o produto para cumprir o estatuto para não perder a condição de sócio (JR, produtor familiar).

4.1.3.3.1 Fatores culturais

Os fatores favoráveis classificados como objetos culturais se referem à longa experiência sul-mineira com o desenvolvimento de atividades agropecuárias, o que é denominado, pelos entrevistados, “tradição” ou “vocaçã regional”.

A vocação ou a tradição no desenvolvimento de atividades, como cafeicultura e pecuária leiteira, na RSMG foram apontadas, em todas as categorias de entrevistados, como um fator favorável. Eles enfatizam que o conhecimento e o gosto por essas atividades são repassados de geração para geração, marcando, profundamente, o sentimento e a identidade dos produtores.

(...) Café e leite aqui sempre é tradição. Coisa que vem de pai pra filho e a região inteira é café. (...) A tradição é uma coisa que fica no sangue. A gente gosta. Gosta porque a vida inteira lidou com o tipo de animal (...) (J., produtor rural).

(...) Eu amo a lavoura de café, gosto. Eu tou trabalhando lá no meio lá, eu fico assim fazendo plano, imaginando. Eu gosto mesmo do cultivo, gosto de apanhar o café. Olha a minha mão pro cê vê, cê entendeu? É gostoso cê mexer, cê fazer uma coisa que cê se sente bem (...) (C., produtor rural).

O potencial positivo relacionado a esse fator associa-se com o domínio das técnicas de produção e na implantação na RSMG, ao longo dos anos, de estruturas de comercialização para café e leite, bem como de benfeitorias nas propriedades. Visto desse ângulo, o que denominam tradição ou vocação representa, para os entrevistados, uma forma de segurança, certeza e redução de risco no desenvolvimento de suas atividades.

(...) Existe em Minas Gerais uma tradição na agricultura, de avô para pai e de pai para filho. Embora o pessoal desloque para as cidades da região, mas acaba ficando parte da família na propriedade, por questão vocacional (LG., profissional de ciências agrárias).

A região inteira é café. Então, já tem as cooperativas, então, pela facilidade de mercado, principalmente. Porque produzir, hoje, é muito fácil. Difícil é o cê comercializar o seu produto, é a hora do cê tirar seu lucro. Esse que é o problema sério (J., produtor familiar).

Mas, esse fator também assumiu outra conotação, uma vez que admitem que ele pode se transformar em elemento de resistência à adoção de inovações e ao cultivo de novos produtos, dificultando, por exemplo, a diversificação.

(...) Meu pai, por exemplo, agora, ele vai fazer 82 anos. Ele está deixando a atividade, mas antes ele preferia continuar assim no esquema dele do que fazer uma coisa parecida com aquilo que a gente faz e por aí fora. O esquema dele era no sistema mais tradicional, não buscando novas tecnologias para se plantar milho, para se produzir leite. Eu, por exemplo, há dez anos atrás eu busquei a inseminação para conseguir umas matrizes melhores (...) (JR., produtor familiar).

4.1.3.3.2 Alternativas sustentáveis

Os fatores favoráveis identificados nessa categoria como alternativas sustentáveis se referem à diversificação agrícola, à agricultura orgânica e ao

turismo rural, os quais foram percebidos como atividades que contribuem para o desenvolvimento na região e para a segurança da agricultura familiar (Tabela 6).

4.1.4 Diversificação agrícola

Na opinião da maioria dos entrevistados, em todas as categorias de atores sociais, a diversificação agrícola é considerada um fator favorável, uma vez que a RSMG possui mão-de-obra, solo, recursos hídricos, clima e localização que favorecem a introdução de novas atividades agrícolas. Além disso, a diversificação foi considerada uma boa estratégia a ser adotada pelos produtores familiares e também interpretada como uma forma de minimização de riscos e aumento de renda. Dentre as opções consideradas mais apropriadas, destacaram-se a fruticultura e a olericultura, por demandarem pequenas áreas, proporcionarem retornos constantes e elevados por unidade de exploração (Tabela 6).

TABELA 6 Alternativas sustentáveis consideradas como fatores favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais, na perspectiva dos atores entrevistados, 2003.

| Fatores sociais e culturais | CA | f | % (f/N x 100) | Potencial | Aproveitamento | Deficiências |
|-----------------------------|-----|----|------------------|---|----------------|---|
| Diversificação agrícola | LPF | 9 | 82 | ♦Aproveitamento dos recursos edafoclimáticos presentes na região; ♦ É uma estratégia que aumenta a renda e minimiza os riscos; ♦Viável para a olericultura e fruticultura. | Parcial | ♦Descapitalização dos produtores, impedindo novos investimentos; ♦Tradicionalismo ou vocação; ♦Dificuldade de comercialização. |
| | PCA | 10 | 83 | | | |
| | AM | 9 | 75 | | | |
| | T | 28 | 80 | | | |
| Agricultura orgânica | LPF | 4 | 36 | ♦Reduz impactos ambientais; ♦Resulta em qualidade de vida para os produtores; ♦Apresenta mercado promissor. | Parcial | ♦ Alguns produtores ainda desconhecem os canais de comercialização; ♦Falta de apoio institucional ; ♦Falta de divulgação sobre os benefícios desses produtos. |
| | PCA | 2 | 17 | | | |
| | AM | 2 | 17 | | | |
| | T | 8 | 23 | | | |
| Turismo rural | LPF | 0 | - | ♦Disponibilidade de recursos naturais; ♦ Oportunidade dos produtores comercializarem seus produtos artesanais.. | Parcial | ♦Falta de mobilização dos produtores para a prática; ♦Falta de incentivos governamentais. |
| | PCA | 1 | 8 | | | |
| | AM | 1 | 8 | | | |
| | T | 2 | 6 | | | |

Fonte: dados da pesquisa.

CA = categoria de ator social; LPF = liderança de produtor familiar; PCA = profissional de ciências agrárias; AM = representante da administração municipal; f = frequência com a qual os fatores foram citados, por categoria de ator social; T = frequência total (número de vezes em que o fator apareceu nos depoimentos das diferentes categorias de atores sociais); N = número de entrevistados, por categoria de ator social (ver Tabela 1).

A produção diversificada também foi percebida como uma estratégia de minimização de riscos agropecuários²⁷, sendo também vista como um incentivo à instalação de novas agroindústrias na região. Todavia, diversificação como alternativa tem sido explorada de forma parcial, uma vez que a maioria dos agricultores está descapitalizada, o que impede novos investimentos. Vale ressaltar que, para que o agricultor familiar diversifique sua produção e aproveite nichos e demandas de mercado por produtos diferenciados, ele necessita de orientação e de novas tecnologias. Por conseguinte, alguns entrevistados avaliam que o aproveitamento do potencial favorável à diversificação requer a remoção de algumas barreiras que se antepõem ao contato entre produtores e organizações de ensino e pesquisa, maior disponibilidades de técnicos, bem como a redefinição de prioridades das pesquisas agropecuárias na RSMG.

A fruticultura foi a opção apontada com mais frequência, em todas as categorias de entrevistados. Em um dos municípios pesquisados, montou-se um consórcio entre uma empresa privada, governo municipal e produtores familiares, no intuito de viabilizar a comercialização de frutas da região, como, por exemplo, maracujá e goiaba. Entretanto, a implantação da fruticultura ainda encontra resistência por parte dos produtores familiares, devido à forte vocação regional para o cultivo de café, a exploração leiteira e à noção de insegurança que estes produtos apresentam, quando confrontados com novas atividades com as quais possuem pouca experiência. Essa colocação é exemplificada pelo depoimento de um produtor familiar:

Porque o produtor, ele tem conhecimento de que o café, ou pouco ou muito, algum resultado dá e ele não tem nenhum conhecimento, se eu plantar fruta, quais os resultados que eu vou ter? Então, ele fica assim

²⁷ Riscos agropecuários, neste caso, referem-se a problemas climáticos, pragas ou doenças que afetam as atividades, ocasionando oscilação dos preços no mercado.

como que com medo de investir nessa nova variedade porque ele não sabe os resultados quais são e, às vezes, na maioria, a produção familiar depende disso pra sobrevivência. Se eu me arriscar numa coisa que não vai dar certo, o que que vai ser da minha família? (S., produtor familiar).

Além disso, os produtos tradicionais da RSMG (leite e café) possuem uma estrutura de comercialização, o que não pode ser observado na fruticultura, cuja maioria dos produtos é perecível, dificultando ainda mais o processo de comercialização.

Porque hoje, vender café é muito fácil. Agora, vender figo não é mole não. Tecnicamente se explora muito pouco. Deveria montar estruturas parecidas. Porque hoje, café, você tem despachante, armazém, exportador, tem um porto seco aqui em Varginha, tem toda estrutura montada. É muito fácil vender café hoje. Eu chego lá no armazém vendo e acabou. Isso dá uma garantia, por mais que o preço esteja uma porcaria, pelo menos, é uma garantia de que ele tem onde vender (S., profissional de ciências agrárias).

Essa resistência também foi atribuída ao fato de a fruticultura ser intensiva em mão-de-obra, isto é, os produtores têm que acompanhar a atividade quase que diariamente, diferente do que ocorre no cultivo do café, no qual a mão-de-obra é exigida somente em alguns períodos.

O produtor daqui só sabe trabalhar com café, e fruta é diferente. E café, você vai lá uma vez por mês e, se não quiser ir, tudo bem. E fruta não. Fruta tem que ficar ali. E isso, talvez, causou um desânimo. Muitas pessoas que plantou, perdeu tudo que tinha plantado, não soube trabalhar com fruta (G., produtor familiar).

Outro aspecto que restringe as potencialidades da fruticultura é o fato de os produtores familiares serem descapitalizados, não dispendo de recursos financeiros para iniciarem novas atividades. Portanto, segundo alguns

entrevistados, uma forma de viabilizar a fruticultura seria por meio de incentivos governamentais, disponibilizando crédito a juros baixos.

A fruticultura é uma atividade que está crescendo, agora. Ainda é uma atividade nova, apesar que tem já 10 anos. Mas é uma atividade que ela é basicamente conduzida por pequenos produtores sem recurso financeiro. No nosso caso aqui, 100% das lavouras são tudo custeada com recurso próprio. Eu creio que se houvesse uma linha de crédito dentro do próprio Pronaf, mais aberta à fruticultura para o pequeno produtor, eu creio que teria expandido mais no caso (J., profissional de ciências agrárias).

Além disso, para um dos profissionais de ciências agrárias, os produtores não investem na fruticultura, pois a RSMG não apresenta estímulos que facilitem a comercialização de frutas, como, por exemplo, uma agroindústria organizada por produtores familiares.

Se você tivesse uma agroindústria regional, com a produção organizada, em termos de associativismo, cooperativas de produtores, você teria, aí, um grande incentivo na produção de frutos. E como nós temos aqueles fatores favoráveis, casaria perfeitamente (E., profissional de ciências agrárias).

4.1.5.2 Agricultura orgânica

A agricultura orgânica, na opinião de alguns entrevistados (Tabela 6), pode ser considerada como um fator favorável ao desenvolvimento da RSMG, sendo interpretada como uma alternativa sustentável de cultivo de muitos produtos para os agricultores familiares. Além disso, a agricultura orgânica foi percebida como uma das formas de substituição da agricultura convencional ou tradicional, que causa vários impactos ambientais negativos.

(...) o modelo tradicional da agricultura, em vez dele explorar favoravelmente os fatores climáticos, ele vem em sentido contrário, de degradação, por consequência, mudando esses fatores climáticos.

Então, o desmatamento, erosão do solo, poluição dos rios, águas, então, cada ano que passa, esse potencial que existe, ele vem sendo minimizado, ele vem sendo degradado. Deveria ser feito um monte de coisas, desde conscientização, informação e até mudança de alguns paradigmas, até o próprio modelo agrícola fomentado hoje e ao longo dos anos, que é um modelo não sustentável., É um modelo degradador do solo, do ambiente. Então, se não houver uma mudança nesse sentido, de conscientização, de informação e do modelo agrícola implantado, esse quadro só tende a se agravar (P., profissional de ciências agrárias).

A orgânica é sem química, tudo na natureza, tudo é o produtor quem faz. E na convencional não é o produtor quem faz. É as indústrias que faz todo o trabalho. Faz trabalho que não é dela, faz trabalho que é da natureza (G., produtor familiar).

Segundo entrevistados, a agricultura orgânica é uma forma de preservação do meio ambiente, principalmente dos elementos do ambiente físico, como ar, água e solo, pois o cultivo de produtos não utiliza herbicidas e nem agrotóxicos, priorizando o uso de adubos orgânicos e biomassa. Além disso, consideram que a agricultura orgânica resulta em qualidade de vida para os produtores, visto que eles deixam de ter contato com muitos componentes químicos, que representam ameaça para a saúde.

Imagina que a agricultura familiar é assim, mas é também associada à agricultura orgânica. Porque assim ela vai estar preservando mais sua terra, seu meio ambiente, sua água. E os produtores têm uma vida melhor também, à medida que não lida com venenos (...) (S., produtor familiar).

Ressaltou-se também que a agricultura orgânica apresenta um potencial de desenvolvimento, pois os meios de comunicação têm intensificado a divulgação sobre os benefícios desses produtos, o que resulta em um aumento de consumo. Os produtos orgânicos são reconhecidos pelo mercado consumidor

como produtos saudáveis e diferenciados, o que resulta em um acréscimo no preço e, conseqüentemente, em agregação de valor para os produtores.

De acordo com alguns entrevistados, a agricultura orgânica encontra-se em fase de desenvolvimento e os seus canais de comercialização não estão bem estruturados na região, limitando algumas potencialidades dessa atividade. Como foi enfatizado nas entrevistas, em alguns casos, o produtor não sabe para onde direcionar a sua produção, o que dificulta o processo de consolidação dessa nova agricultura no Sul de Minas.

Segundo um dos entrevistados, outro fator que inibe o desenvolvimento da agricultura orgânica seria a falta de apoio das instituições, principalmente das universidades com cursos de graduação e pós-graduação em engenharia agrônômica. Também observou que, em algumas instituições de ensino, a formação do engenheiro agrônomo não tem contemplado disciplinas relacionadas às questões de sustentabilidade. Portanto, um grande contingente de profissionais de ciências agrárias ao ingressarem no mercado de trabalho possuem somente conhecimento sobre a agricultura convencional e muito pouco sobre os benefícios sociais e ecológicos proporcionados pela agricultura orgânica.

(...) a agronomia ainda não está muito aberta para este tipo de técnica que é a agricultura orgânica e existe muita resistência pelo que eu tenho ouvido ,o que é uma pena. Espero que isso mude enquanto é tempo, porque os solos estão perdendo sua fertilidade e o meio ambiente está seriamente comprometido (S., produtor rural).

Alguns entrevistados também ressaltaram que a agricultura orgânica já foi uma atividade desenvolvida na região mas que, no decorrer dos anos, foi substituída pela agricultura convencional. Essa substituição da agricultura orgânica pela agricultura convencional resultou da busca por maiores índices de

produtividade, o que levou os produtores familiares a introduzir em fertilizantes e defensivos agrícolas em suas lavouras.

Os produtores que identificaram a agricultura orgânica como um fator que favorece o desenvolvimento da agropecuária sul-mineira delimitaram, historicamente, a introdução da chamada agricultura moderna, caracterizada pelo uso de insumos industrializados, bem como o papel central do serviço oficial de extensão (ACAR e, depois, Emater) como difusor dessas práticas. A delimitação histórica não foi resultado de perguntas específicas durante as entrevistas. Elas emergiram, espontaneamente, na argumentação que apresentaram em favor da agricultura orgânica. O que foi chamado de agricultura moderna nos anos 1960/1970 é denominada pelos entrevistados de “agricultura convencional”. Na visão desses atores sociais, quase todos envolvidos com movimentos sociais, a postura adotada pela Emater pode ser explicada pela necessidade que essa instituição tem de prestar assistência técnica para muitos produtores. Avaliam que, em uma situação dessa natureza, torna-se inviável a disseminação de técnicas orgânicas, pois as técnicas convencionais apresentam, no curto prazo, resultados mais rápidos, como, por exemplo, o aumento da produtividade.

(...) no passado, de 60, 70 pra trás, nossos avôs, bisavôs sabiam demais. Dali pra cá, nós perdeu essa parte, nós pegou noutra parte, a parte de química, de necessidade, de indústria. Eu acho que é uma parte que, se a gente buscasse, tivesse como buscar o que a gente já perdeu lá trás, nós mudariam muito esse município nosso (G., produtor familiar).

(...) comecei a minha vida na agricultura orgânica. Quem trouxe pra nós a tradicional, por incrível que pareça, foi a Emater. Mais ou menos quando eu tinha uns 18 anos, 20 anos, a Emater veio para Pouso Alegre, o nome era outro era Acar. Então, eles que levaram o adubo. A primeira coisa foi o calcário. O calcário é uma boa coisa porque não é tóxico e nada, é o que fez a terra melhorar. Mas, atrás disso, veio a parte do adubo químico, os defensivos, os inseticidas, né? É coisa que prejudica a saúde e as água. Principalmente, na lavoura de batata,

que eles agüam muito e a água que vai na lavoura volta pro rio, aí vai contaminar as águas e prejudica a saúde de quem trabalha (J., produtor familiar).

A Emater tinha uma resistência nessa questão da orgânica (...) Porque a Emater, como é uma empresa que tem que prestar assistência pra todo mundo, ela prefere a linha convencional, que é uma linha maior, uma linha mais fácil é lógico, né? Não vai contradizer ninguém, não vai bater com empresa nenhuma. Então, é fácil trabalhar com convencional, né? Ele chega e dá a receita pro cara. Agora, a questão do orgânico não, você vai dar de frente com um monte de grandão por aí, que não quer que isso cresça (G., produtor familiar).

Porque eu penso que o agricultor, isso eu ouvi falar, as pessoas desaprenderam a plantar, isso com relação a gerações mais antigas. Porque, com essa questão do agroquímico, dos adubos químicos, começou a seguir muitas fórmulas. Então, você joga isso, aplica aquilo e começou a haver um pouco de distanciamento do homem com relação à própria natureza. O solo acabou virando só uma sustentação e, na verdade, o solo é o ponto principal, o solo que é a vida. Eu tenho a impressão que isso acabou afastando, de certa forma, o agricultor da própria natureza, de aprender, de observar mais o que acontece (S., produtor familiar).

A agricultura orgânica, para os entrevistados, trabalha com um horizonte de tempo maior, ou seja, possui uma visão de longo prazo que concentra-se na produção de um produto ecologicamente correto, que resulta em um diferencial competitivo para os produtores. Portanto, consideram que o resgate das técnicas de produção natural, utilizadas pelas gerações passadas, torna-se uma opção viável para os agricultores familiares da RSMG. Observam que, para que haja esse resgate, torna-se necessário o apoio de instituições de pesquisa, ensino e assistência técnica, as quais deveriam incorporar princípios sustentáveis em

suas metodologias, estreitando, de forma harmônica, a relação entre produtor e natureza.

Um técnico, um estudante poderia estar trazendo algumas coisas, algumas dicas, tentar resgatar isso (...) Tem que ser uma agricultura sustentável e não uma agricultura que não garante o solo quanto tempo ele vai durar, ele vai ser produtivo. Então, isso é uma coisa preocupante (S., produtor familiar)

A agricultura orgânica foi também criticada. Um dos entrevistados da categoria autoridade municipal não concorda com a atividade orgânica, interpretando-a como uma forma de oportunismo que os produtores utilizam para agregar valor a seus produtos. O entrevistado também considera que esses produtos possuem uma qualidade inferior, comparados aos produzidos de forma convencional com a utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Argumenta também que os produtos convencionais possuem escala de produção e, conseqüentemente, redução nos custos com a lavoura. Além disso, observa que os consumidores brasileiros não estão dispostos a pagar mais por um diferencial no produto, que, às vezes, não apresenta.

Oportunismo (...). Não existe, numa área, numa região como a nossa (...) cujo clima nosso é um clima tropical, subtropical, que tem dias que nós temos as quatro estações do ano. entendeu? Nós temos um volume muito grande aí... uma variação climática enorme de umidade relativa do ar, de calor, de luminosidade (...) E não vai haver proliferação das pragas, doenças, microrganismos, cê entendeu? Então, se você plantar um pé de tomate no seu quintal, ele não vai ter doença nenhuma, ele vai ficar uma beleza, mas, quando você planta um hectare de tomate para fins comerciais, se você não cuidar, não pulverizar adequadamente, você perde toda a lavoura. Então, por que que eu disse oportunismo? Porque alguém faz alguma coisa, chama aquilo de orgânico, põe um papelzinho faz um centro aí de vender e vai vendendo aquilo. Cês perguntaram pra mim: cê é contra um produto orgânico? Eu disse em hipótese nenhuma, de jeito nenhum. Mas, se você fizer um

produto orgânico hoje, você vai ter um produto de qualidade extremamente inferior, você vai ter um custo de produção altíssimo, por que? Você tem que filiar, né? Órgãos, você tem que usar aqueles produtos que eles vendem, que são produtos caros e que não resolvem o problema, porque não resolve mesmo, né? Depois, você vai vender o produto muito mais caro, o consumidor nosso não quer. O consumidor brasileiro quer preço e beleza. Se você tem uma propriedade de café orgânico, uma ou duas equipes de feijão de Poço Fundo e de Machado, cuja produção eles mandam para a Europa, agora, a hora que você tiver 500 produtores de café, fazendo orgânico, pra quem que eles vão vender? Sabe, tem uma série, de coisas (...) diria pra vocês, não quero influenciar ninguém, não. As ONGs olham muito por esse lado, mas nós não podemos direcionar todo mundo pra isso, porque nós vamos quebrar os produtores (J. S., autoridade municipal).

As falas dos entrevistados manifestam a presença de duas tendências concorrentes na atualidade. Têm-se, de um lado, as idéias defendidas pelos ambientalistas e, de outro, pelos adeptos da agricultura moderna, preconizada pela Revolução Verde²⁸. No primeiro caso, encontram-se as pessoas preocupadas com os impactos ambientais provocados pelo uso indiscriminado de produtos poluentes, com padrões de consumo que esgotam as fontes de recursos naturais, degradam o ambiente e criam exclusão social. No segundo caso, encontram-se as pessoas que maximizam os problemas ambientais causados pela intervenção do ser humano na natureza em nome do desenvolvimento, da geração de riqueza e que acreditam na superação desses problemas pelos caminhos normais do avanço tecnológico.

4.1.5.3 Turismo rural

Dois entrevistados, um profissional de ciências agrárias e uma autoridade municipal, observaram que a RSMG possui recursos naturais, como

²⁸ Transformação na agricultura, a partir dos anos 1950, caracterizada pela injeção de tecnologia básica e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas que asseguraram condições para que as cultivares alcançassem altos níveis de produtividade.

cachoeiras, montanhas e lagos, bem como construções antigas que viabilizam a prática de turismo rural associada com outras modalidades de turismo. Em muitos casos, o turismo poderia ser praticado na própria unidade de produção. Em outras situações, o produtor poderia comercializar produtos de sua propriedade, como, por exemplo, artesanatos, quitandas caseiras, frutas, verduras, etc. No entanto, o turismo é inviabilizado pela falta de mobilização de agricultores, autoridades e demais pessoas da região. Também assinalaram que faltam incentivos financeiros e planejamento para a implantação do turismo rural, ressaltando-se apenas algumas ações pontuais e isoladas do Sebrae.

Resumindo a discussão efetuada nesta seção, as lideranças de produtores familiares, os profissionais de ciências agrárias e as autoridades municipais identificaram, no Sul de Minas, um conjunto de objetos de orientação como meios que podem favorecer o desenvolvimento agropecuário dessa região, comparativamente a outras regiões mineiras. Esses objetos foram agrupados em categorias analíticas denominadas fatores “edafoclimáticos”, “infra-estruturais e de localização”, “sociais”, “culturais” e “alternativas sustentáveis”. Nas Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6 estão sumarizado o processo de orientação dos entrevistados, identificando suas potencialidades, o nível de aproveitamento e as deficiências que restringem as potencialidades. Na próxima seção, serão discutidos os fatores identificados como limitantes e o seu potencial restritivo ao desenvolvimento da agropecuária regional.

4.1.5.4 Fatores limitantes

Os objetos situacionais percebidos, pelas categorias de entrevistados, como fatores limitantes, foram também classificados como culturais, sociais, edafoclimáticos e infra-estruturais. Tais fatores, por sua vez, foram agrupados em categorias que procuravam retratar o nível em que se encontravam, se no nível do produtor, se na região ou fora da região, conforme pode ser observado

na Figura 3. Ressalta-se que fatores como “tradição/vocação”, “topografia”, “estrutura de comercialização” e “instituições de pesquisa”, anteriormente identificados como favoráveis, agora aparecem como limitantes.

Deve-se considerar, para explicar essa aparente contradição, a noção de significado presente no referencial teórico deste estudo. Ela admite a possibilidade de os objetos de orientação serem percebidos de forma diferenciada por atores específicos, em decorrência do modo como fazem leitura do ambiente em que atuam, isto é, do modo como relacionam um objeto particular com outros objetos de orientação.

4.1.6 Fatores limitantes localizados no nível de produtor

Traços culturais, representados pelo que os entrevistados denominaram “vocação ou tradição”, bem como “baixo nível de escolaridade”, figuraram nos depoimentos como fatores limitantes localizados no âmbito de produtor (Tabela 7).

4.1.6.1 Vocação ou tradição

A tradição, ou vocação, mencionada como fator favorável, por representar o domínio da prática das atividades cafeeira e leiteira por várias gerações, também foi identificada como um fator limitante. Os entrevistados vinculam o comportamento como a “resistência ao risco”, a “resistência à diversificação”, a “não adoção de inovações” ou a “não aceitação de novas idéias” como resultado do que denominam tradição ou vocação. Interpretam que os produtores preferem desenvolver as atividades tradicionais, como o leite e café, sendo avessos aos riscos, não buscando novas oportunidades de negócio. As atividades tradicionais proporcionam segurança por envolverem técnicas de produção conhecidas e praticadas há muitos anos, e por ser a região dotada de estrutura de comercialização. A tradição, ou vocação, também é responsável por

um traço da população regional que os entrevistados chamam de “desconfiança típica da região”, ou seja, o produtor prefere esperar para ver se a nova atividade de seu vizinho vai dar certo para depois implantar em sua propriedade.

(...) Também é cultural, mas eu acho que não se começou produzir determinado produto ontem. São gerações produzindo isso. Eu acho que é cultural, mas também uma certa segurança que esse tipo de produto dá ao produtor. Porque, como são produtos que já se produzem há muitas décadas, já se criou uma estrutura de comercialização definida. Então, ele é avesso porque ele fala: “eu vou deixar o certo pelo incerto”. Então eu acho que tem esses dois fatores, o cultural e essa facilidade que esses produtos tradicionais têm já instaladas, essa capacidade instalada (S., profissional de ciências agrárias).

TABELA 7 Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais, localizados no âmbito do produtor, na perspectiva dos atores entrevistados, 2003.

| Fatores limitantes localizados no âmbito regional | CA | f | % (f/N x 100) | Deficiências | Possíveis soluções |
|---|-----|---|------------------|---|---------------------------------|
| Vocação/ tradição | LPF | 2 | 18 | ♦Resistência à diversificação e adoção de novas tecnologias; ♦Não busca novas oportunidades de mercado | ♦Conscientização dos produtores |
| | PCA | 2 | 17 | | |
| | AM | 1 | 8 | | |
| | T | 5 | 14 | | |
| Baixo nível de escolaridade | LPF | 3 | 27 | ♦Dificuldade do produtor em administrar a sua propriedade; ♦Dificulta o acesso à informação; ♦Dificulta a formação de associações | ♦Educação para os filhos |
| | PCA | 1 | 8 | | |
| | AM | 1 | 8 | | |
| | T | 5 | 14 | | |

Fonte: dados da pesquisa.

CA = categoria de ator social; LPF = liderança de produtor familiar; PCA = profissional de ciências agrárias; AM = representante da administração municipal; f = frequência com a qual os fatores foram citados, por categoria de ator social; T = frequência total (número de vezes em que o fator apareceu nos depoimentos das diferentes categorias de atores sociais); N = número de entrevistados, por categoria de ator social (ver Tabela 1).

4. 1.6.2 Baixo nível de escolaridade

O baixo nível de escolaridade²⁹ foi interpretado por alguns atores entrevistados como um fator limitante e, como observou um produtor, pode dificultar o acesso a conhecimentos necessários sobre a propriedade. No depoimento ele afirmou que, em geral, agricultores não se preocupam com o cálculo do custo de produção e a receita obtida nem sempre é suficiente para cobrir todos gastos. Observou também que muitas vezes as dívidas são pagas por meio da venda de uma área da propriedade ou de um equipamento.

(...) Porque, às vezes, o cara não mede muito o custo, né? Hoje em dia, o custo de produção, vamo supô, se o cara não soube fazê, ele, no final do ano, ele tá enforcado em banco, em cooperativa, cê entendeu? Eu acho que o que dificulta (...) Tem que ter aquela clareza de pensar, dele trabalhar em cima de um custo, cê entende? Pra chegar no final do ano, ele ter um custo, pelo menos pra ele manter a família dele, né? Porque não é interessante, vamo supô, ele querer só produzir, cê entendeu? Ficar olhando só em produção e coisa e tal, e chegá no final do ano, ele ter que vender um alquere de terra, vender um trator, pra ele pagar as conta, cê entendeu?. Mesmo ele sendo pequeno, ele tem que pensar que nem uma indústria, né? Ele tem que gerenciar os gastos dele, pra um dia que sobrar demais, vai sobra plano (C., produtor familiar)

O baixo nível de escolaridade dos produtores familiares foi também identificado como fator limitante, por dificultar o acesso a informações tecnológicas e a informações de mercado de forma rápida e em tempo real, aprimorando, assim, os seus conhecimentos.

Porque hoje chegou a tecnologia. Através da internet sabe os preços das coisas, sabe o preço nos grandes mercados. E, se não conhecer, como que vai entrar na área. Então, precisa qualificar, né? A

²⁹ Os entrevistados da categoria de lideranças de produtores familiares têm-se os seguintes níveis de escolaridade: 2 produtores (18%) com ensino fundamental; 1 produtor (9%) com ensino médio incompleto; 6 produtores (55%), com ensino médio; 1 produtor (9%) com ensino superior incompleto e 1 produtor (9%) com ensino superior (Simão, 2005, p. 41).

qualificação é uma peneira, e nosso ponto no Brasil é estudar, estudar, estudar e, depois, é mais fácil trabalhar. Seja na lavoura, seja nas indústrias, nas fábricas (J., produtor familiar)

A informação, a tecnologia está ali sendo apresentada. Oferecer condições para que o acesso à tecnologia seja facilitado. A gente vê, já perdemos. Se tivesse tido um estudo para determinado momento ele poderia ter tido sucesso em outras áreas. A gente tem limitação ao acesso a isso, seja financeiro, seja as vezes de informação. Esse é um fator bastante importante (S., produtor familiar).

O baixo nível de escolaridade foi ainda identificado como um fator que inibe o envolvimento mais efetivo dos agricultores na gestão de associações e cooperativas, por se sentirem desinformados, além de limitar o acesso ao uso de novas tecnologias que os colocariam em contato com o mundo. No entanto, os produtores possuem consciência da importância da educação e, em alguns depoimentos, identificaram a educação dos seus filhos como uma das principais prioridades da família.

4.1.6.3 Fatores limitantes localizados na região

Os fatores limitantes, classificados como localizados no âmbito regional, incluem “objetos sociais”, “edafoclimáticos” e “infra-estruturais” (Tabela 8).

4.1.6.3.1 Objetos sociais

Objetos sociais, neste caso, são os outros atores, individuais ou coletivos, presentes na região Sul de Minas, cujas atitudes e ações são percebidas, pelos atores entrevistados, como limitantes ao desenvolvimento regional (Tabela 8). A ausência de ações que, por parte dos produtores, conduzissem à mobilização foi identificada em todas as categorias de entrevistados como um fator limitante ao desenvolvimento agropecuário da RSMG. O potencial restritivo desse fator foi percebido como resultado do

tradicionalismo, da cultura individualista, do baixo nível de escolaridade dos produtores, da falta de informação, bem como de dificuldades para se organizarem em decorrência da heterogeneidade social e de interesses.

TABELA 8 Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais, localizados no âmbito regional, na perspectiva dos atores entrevistados, 2003.

| Fatores limitantes localizados no âmbito regional | CA | F | % (f/N x 100) | Deficiências | Possíveis soluções |
|---|-----------------------|------------------|---------------------|--|--|
| Sociais | | | | | |
| Falta de mobilização dos produtores familiares | LPF PCA AM T | 1 2 2 5 | 9 17 17 14 | ♦Cultura individualista; ♦Dificuldade de organização devido à heterogeneidade social e de interesses; ♦Falta participação em assembléias. | ♦A implementação de ações que estimulem o associativismo; ♦Criação de mais associações. |
| Edafoclimáticos | | | | | |
| Topografia | LPF | 1 | 9 | ♦Áreas com topografias acidentadas dificultam a mecanização, elevando o custo de produção. | - |
| | PCA | 1 | 8 | | |
| | AM | 0 | - | | |
| | T | 2 | 6 | | |
| Geadas | LPF | 1 | 9 | ♦Áreas com baixas altitudes são atingidas por esse fenômeno, danificando as plantações. | - |
| | PCA | 0 | - | | |
| | AM | 0 | - | | |
| | T | 1 | 3 | | |
| Infra-estruturais | | | | | |
| Estrutura de comercialização e falta de armazenamento | LPF | 4 | 36 | ♦Presença de atravessadores; ♦Falta de planejamento e agroindústrias;♦Estruturas de armazenamento precárias e insuficientes,♦ Os produtores não dispõem de recursos financeiros p/ construir seus próprios armazéns | ♦Formação de associações e cooperativas; ♦ Criação de agroindústrias pelos próprios produtores. |
| | PCA | 7 | 58 | | |
| | AM | 4 | 33 | | |
| | T | 15 | 43 | | |

Continua...

TABELA 8 Continuação.

| Fatores limitantes localizados no âmbito regional | CA | F | % (f/N x 100) | Deficiências | Possíveis soluções |
|---|-----|---|------------------|--|---|
| Infra-estruturais | | | | | |
| Instituições de apoio à agropecuária | LPF | 2 | 18 | ♦Assistência técnica insuficiente; ♦As pesquisas nem sempre consideram as necessidades dos produtores, que têm dificuldade de acesso aos resultados | ♦Trabalho unificado dessas instituições |
| | PCA | 2 | 17 | | |
| | AM | 1 | 8 | | |
| | T | 5 | 14 | | |

Fonte: dados da pesquisa.

CA = categoria de ator social; LPF = liderança de produtor familiar; PCA = profissional de ciências agrárias; AM = representante da administração municipal; f = frequência com a qual os fatores foram citados, por categoria de ator social; T = frequência total (número de vezes em que o fator apareceu nos depoimentos das diferentes categorias de atores sociais); N = número de entrevistados, por categoria de ator social (ver Tabela 1).

Trechos de depoimentos, apresentados a seguir, ilustram a percepção dos profissionais de ciências agrárias com relação à falta de mobilização dos produtores familiares na RSMG.

O associativismo podia, de certa forma, ser uma forma de solução para esses problemas, desde que houvesse um associativismo que cumprisse a palavra de associativismo. Porque associações já têm demais, não precisa criar mais. Precisava mudar a cultura do produtor e do associativismo. Tirar o individualismo e passar para o associativismo. Só que cultura você não se muda ela. Vou até te falar que é eterna. Tecnologia você muda de um ano pro outro, mas cultura você não muda. Você leva dois mil anos para mudar uma cultura e talvez não consiga, mesmo que tenha que morrer pra isso. No Sul de Minas, eu creio que vai ser difícil mudar. Aqui predomina produtores familiares individualistas, são famílias individualistas com sua cultura e isso está aí pra todo mundo ver (L., profissional de ciências agrárias).

Acho que é cultural, porque, em outras regiões, se trabalha articuladamente, por que que aqui não? Porque é cultura. A ação de desarticulação das organizações, todo mundo sabe disso, mas não consegue resolver (S., profissional de ciências agrárias)

A causa dessa falta de mobilização foi também atribuída ao tipo de colonização da região que, segundo um entrevistado, foi efetuada por mineradores, os quais possuíam valores individualistas e, portanto, pouco afeitos às práticas associativistas, como ilustra a colocação de um profissional de ciências agrárias. Outro profissional de ciências agrárias e um representante da administração municipal também explicam as dificuldades referentes à mobilização dos produtores e à adoção de novas tecnologias como sendo um resíduo do processo de colonização do Sul de Minas. Esses três entrevistados procuram reforço para as suas interpretações, comparado o desempenho do cooperativismo e da agricultura sul-mineira com as dos estados do Sul do país.

Embora isso não devia acontecer, mas é a realidade. Aí você vai me perguntar assim, lá no Sul? Lá no Rio Grande do Sul, Paraná não é dessa maneira. O cooperativismo impera, mas aqui não. Questão de cultura, quem colonizou o Paraná e Rio Grande do Sul foram os alemães, quem veio para Minas Gerais são mineradores. Foram jesuítas, foram padres, que construíram a comunidade através de uma Igreja. Impera aí um sentimento, uma outra maneira de se ver sendo diferente. O cooperativismo impera, mas, na prática não funciona, porque o espírito de individualismo sobressai ao cooperativismo (L., profissional de ciências agrárias).

No Sul foi outra colonização e tal, e a gente percebe. E o produtor aqui é mais tradicionalista. É aquele produtor de leite que, em termos de tecnologia, é mais resistente. Para adoção, então, é um aspecto que deve até ser estudado, porque fica difícil. A gente tenta, tenta, assim, em termos de incentivo motivar a organização dos agricultores. Tem conseguido alguma coisa, mas a passos muito lentos. Como o Sul do país já está organizado, então, é muito mais fácil um banco, por exemplo, emprestar um recurso para uma associação já toda estruturada, do que ficar pingando produtor isolado, além do resultado ser muito menos eficiente. O Sul do país foi organizado e aqui, no Sul de Minas, não, por causa da colonização (E., profissional de ciências agrárias)

O baixo associativismo é inerente à própria formação do produtor da nossa região. Ele não tem uma aptidão associativista, não tem antecedentes e o associativismo é um pouco diferente do Sul do Brasil, em que eles são europeus e têm antecedentes (J., autoridade municipal)

Outros fatores, como o isolamento provocado pelo relevo acidentado da região, foram aventados como causas da desconfiança que o produtor nutre em relação à conduta de um possível colega de associação, levando à não valorização do associativismo como um meio alternativo para a solução de problemas.

Existe resistência, que é sempre o mesmo problema. Todo mundo acha que quem está ali na frente da associação, estará tentando tirar proveito próprio, que não vai enxergar a comunidade. Então eles são muito desconfiados. A própria topografia aqui acaba favorecendo isso, ninguém sabe o que está atrás da outra montanha. Todo mundo é desconfiado (...) *Acha que as coisas vão tocando, não quer saber o que o vizinho está fazendo e assim vai. Só que agora, a água está subindo muito, eles vão ter que aprender a nadar. Agora o negócio está ficando muito apertado pra eles. Então, eu acho que agora está favorável pra eles começarem a ver que o jeito é se associar (S., profissional de ciências agrárias).*

No final deste depoimento, o entrevistado externa que as mudanças que se processam na sociedade certamente provocarão alterações no modo de agir dos produtores. No entanto, as poucas associações existentes são, na percepção de profissionais de ciências agrárias, desarticuladas, predominando atividades ligadas ao convívio social na comunidade, como, por exemplo, a organização de festas. Assim, técnicos que se mantêm próximos aos agricultores familiares não identificam, nas associações existentes, sinais de que elas possam vir a ser meios

pelos quais esses produtores aumentariam o seu poder de barganha e de negociação no mercado e em outras instituições sociais.

As associações, eu não sei por que a gente não tem associação. As associações que têm nas comunidades ficam mais preocupadas com festas, essas coisas. Para reivindicar alguma coisa, não se envolve muito (S., profissional de ciências agrárias).

As associações comunitárias, elas são organizadas, funcionam, mas têm pouco efeito prático, na minha opinião. Nós vamos até elas, colocamos nas mãos delas. A saída desse problema aqui é aumentar a produtividade, elas têm conhecimento, mas não agem (L., profissional de ciências agrárias).

Na opinião desses técnicos, a não valorização das associações impede também que os produtores familiares explorem alternativas econômicas como, por exemplo, a criação de agroindústrias comunitárias e tenham acesso mais fácil ao crédito e a outros serviços. De modo geral, tanto técnicos quanto produtores e autoridades municipais percebem o associativismo como um meio que pode ajudar os agricultores familiares a solucionarem uma ampla gama de problemas. Observou-se que, na visão desses atores sociais, o associativismo não cumpre tal papel em decorrência do baixo nível de escolaridade e de fatores culturais que inibem a mobilização dos agricultores.

No entanto, a forma como as intervenções são praticadas pode também figurar como um possível fator inibidor de ações coletivas. Colocações presentes em alguns depoimentos (“Nós vamos até elas”, “colocamos nas mãos delas”, “a saída desse problema aqui é aumentar a produtividade”, “elas têm conhecimento mas não agem”) podem ser indicadores de que extensionistas ou assessores

estejam assumindo uma postura tutorial ao praticarem suas intervenções³⁰. Os depoimentos de dois profissionais de ciências agrárias, expostos a seguir, reforçam essa suspeita como também abrem a possibilidade de que a síndrome de patronagem³¹ possa estar permeando as ações comunitárias praticadas por alguns atores:

Aqui na região ainda existem organizações sem consciência. São poucas, algumas foram criadas com objetivo específico de buscar um recurso de assistência social. Quer dizer, não foi a necessidade de organização que fez com que elas nascessem, foi a necessidade de atender algum ponto, de ganhar um trator da prefeitura, essas aí são complicadíssimas. Porque, parece que ficou claro para eles que era importante se organizar pra ganhar o trator, ganhamos, então não fazem nada (S., profissional de ciências agrárias).

Mas, se eu chegar numa associação dessa e falar assim “eu vou dar um trator pra vocês”, aí elas fazem festa, porque vai ganhar um trator. Mas, na medida que elas têm que trabalhar pra ganhar esse trator, aí elas já agem diferente. Eu acho que isso é bairrismo. Se eu dou um trator, elas se organizam, mas se eu não levo nada pra organização, elas não se organizam (L., profissional de ciências agrárias).

Os sindicatos também são percebidos como formas de mobilização dos produtores. No entanto, alguns não cumprem sua verdadeira função de representação política: “O sindicato não tem a permeabilidade, não tem a capacidade de vir até aqui, perceber essa demanda” (M., profissional de ciências agrárias). Normalmente, essas associações, na visão dos entrevistados, ocupam-se da prestação de alguns serviços, os quais podem ser caracterizados como assistencialistas. Também consideram que as cooperativas, outra forma de

³⁰ Intervenção tutorial ocorre quando o agente externo percebe a comunidade como sendo homogênea, identificando os problemas e as causas e propondo soluções que considera melhores, que são geralmente orientadas por uma justificativa técnica.

³¹ Síndrome da patronagem, neste caso, refere-se aos produtores familiares que esperam obter recursos das instituições por meio de práticas associativistas e por favores prestados por terceiros.

organização dos produtores, estão se comportando como estabelecimentos comerciais, nas quais há uma maior preocupação com os seus próprios interesses e não os interesses de seus cooperados.

Eu acho que tinha que ter menor ganho da cooperativa e passar para o produtor. Cooperativa não podia ser assim. Está no estatuto que ela não visa lucro, mas não é isso que acontece. Ela está crescendo e o cooperado falindo, isso é um fator limitante. Porque as cooperativas pensam em crescer cobrando taxas de funcionário, taxas de produtor, taxas de mercado. Isso aí não deveria ser assim (L., profissional de ciências agrárias).

Essa situação é atribuída ao desinteresse do produtor de se inteirar dos negócios de suas organizações e a sua falta de informação: “(...) cooperativa marca reunião e eu não vou. Deveria ir, mas eu também não critico, porque eu sei que para criticar tem que ir. É complexo o negócio, não é fácil não” (A., produtor familiar).

Entrevistados avaliam que tal situação acontece justamente pelo fato de os produtores não terem acesso a todo tipo de informação, pelo baixo nível de escolaridade identificado e, conseqüentemente, por não participarem das tomadas de decisões. Ou seja, o cooperado não conhece seu papel como membro integrante de sua organização, não participando das assembleias, abstenendo-se, assim, das decisões que envolvem uma cooperativa.

Não existe o empoderamento da opinião, da decisão. Nós centralizamos as decisões no presidente ou no diretor comercial, esse é o cara que decide. Com essa palavra emponderamento, eu digo na questão da consciência coletiva, da consciência do público, sabe? Na força que cada um tem, o pessoal não tem noção disso ainda, sabe? (A., profissional de ciências agrárias).

Nesse sentido, propõem ser necessário romper com a idéia de que a cooperativa ou qualquer outro tipo de organização seja um órgão puramente representativo, mas efetivamente compreendido como um espaço aberto à participação para que aumente o poder de reivindicação e de negociação dos agricultores. Um profissional de ciências agrárias mencionou, em seu depoimento, a inexistência de “empoderamento”. No entanto, teoricamente, a falta de empoderamento pode estar associada às formas convencionais de intervenção praticadas por organizações públicas ou privadas.

4.1.6.3.2 Edafoclimáticos

Topografia e a possibilidade de ocorrência de geadas foram dois fatores edafoclimáticos apontados como limitantes (Tabela 8). A topografia foi caracterizada como um fator limitante por duas categorias de entrevistados: liderança de produtores familiares e profissionais de ciências agrárias. Algumas áreas da RSMG apresentam topografias acidentadas, o que dificulta a mecanização das atividades agropecuárias. As condições topográficas, avaliam esses entrevistados, elevam o custo de produção, uma vez que as práticas agrícolas passam a demandar muita mão-de-obra, o que afeta a competitividade da RSMG, quando comparada com regiões aptas à mecanização. Sugerem, nesse caso, a busca de atividades agropecuárias que sejam mais adequadas ao relevo regional.

É porque, se cê for comparar com outras regiões que depende de irrigação, né? E, talvez, outras até têm facilidade por causa da parte mecânica, que, aqui, a topografia não ajuda muito nessa parte. É um dos fatores negativos que tem é esse, a topografia (J., produtor familiar).

Uma hora é positiva, outra negativa e, às vezes, ela limita um pouco. Isso aí é um problema geográfico, não tem como, você sair muito dele. Mas o que ele vai causar para o produtor, para a pecuária, é a questão

da adaptação, aptidão de culturas. Tem lugares acidentados e íngremes, não são para qualquer tipo de agricultura. Então, você tem que achar uma agricultura que realmente tenha aptidão para aquela condição especial, localizada, porque varia muito (A., profissional de ciências agrárias).

Geadas foi interpretada como fator limitante apenas por um produtor familiar, uma vez que a RSMG apresenta algumas áreas de baixas altitudes, as quais são atingidas por esse fenômeno em dias de temperaturas baixas, danificando as plantações, principalmente os cafezais e os morangueiros.

No morango tem o problema da geada, se gear bastante (...) *Aqui na nossa região já muito. Pra todo morango e para o morango pequeno, a geada estraga bastante. A folha chega até secar. Aí tem que fazer uma estufa, que é um investimento caro e de difícil manejo depois, pra poder a geada não queimar (J., produtor familiar).*

4.1.6.3.3 Infra-estruturais

Os fatores infra-estruturais apontados como limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar sul-mineira relacionavam-se com a estrutura de comercialização, armazenamento e com a atuação das organizações de apoio (Tabela 8)

Apesar de a estrutura de comercialização ter sido caracterizada como fator favorável, ela assumiu também o significado de fator limitante ao desenvolvimento em todas as categorias de entrevistados. Essa conotação restritiva da estrutura de comercialização foi justificada pela presença de intermediários ou “atravessadores”, pela falta de planejamento e pela falta de agroindústrias organizadas pelos próprios produtores.

Os depoimentos ilustram que a presença de intermediários ou “atravessadores” está relacionada ao fato de alguns dos produtores familiares

desconhecerem os meios alternativos de comercialização ou não poderem transportar seus produtos até os pontos de vendas. Nessa situação, comercializam sua produção com os intermediários, muitas vezes, a preços inferiores aos cobrados nos centros maiores.

O produtor até se une e produz, mas chega na hora de vender e ter o capital de volta, não consegue, porque ficou no meio do caminho dos atravessadores ou não conseguiu vender (S., produtor familiar).

Segundo um dos entrevistados, os “atravessadores” possuem uma ação mais efetiva na comercialização de produtos não-perecíveis, como, por exemplo, café e milho, pois a região não dispõe de um sistema eficiente de armazenamento. Resta ao produtor a alternativa de negociar com o intermediário. Além disso, o intermediário, ao adquirir um produto não-perecível, dispõe de meios e recursos financeiros que permitem a estocagem, efetuando a venda somente quando os preços estão favoráveis a sua rentabilidade.

A ação dos “atravessadores”, para alguns entrevistados, é menor, quando se tratam de produtos perecíveis, uma vez que devem ser comercializados no curto prazo, devido aos processos de deterioração. No entanto, para outros atores sociais, o volume de produtos perecíveis comercializados na região por intermédio de atravessadores é relativamente alto, pois, também neste caso, tal intermediação é a única forma de que o produtor familiar dispõe para escoar a sua produção, comprometendo assim a sua lucratividade.

Agora os produtos perecíveis não têm como escolher pra quem vender porque se colhe hoje amanhã tem que tá no mercado, se não, tem que ir para uma câmara fria, e a câmara fria fica muito caro pra estocar, energia tá muito caro (J., produtor familiar).

Uma possível solução para este problema, na visão de entrevistados posicionados em diferentes categorias de atores sociais, seria a formação de associações ou cooperativas de produtores. Assinalam que poderiam, em conjunto, comercializar grandes volumes diretamente com atacadistas ou varejistas, sem a presença do intermediário. Associados, poderiam dividir o custo de transporte e construir instalações tecnologicamente adequadas para o armazenamento do produto. Outra alternativa seria a criação de agroindústrias pelos próprios produtores, que beneficiariam seus produtos, agregando-lhes valor.

Eu vejo a comercialização como um grande entrave para o pequeno produtor, ele tem que se agrupar. Existem casos que dão certo mas, em caso que dá certo, sempre tem uma parceria, um algo mais pra temperar esta agregação entre produtores pra vender e comercializar (C., autoridade municipal).

O associativismo é sempre apresentado como uma alternativa, mas, como foi observado nos depoimentos discutidos, em todas as categorias de atores sociais, encontraram-se entrevistados que identificavam fatores relacionados com a tradição, a baixa escolaridade, a falta de conscientização, etc., restringindo as ações de cunho mais coletivo. A pouca atenção dada ao planejamento da produção foi também ressaltada como um fator limitante ligado à comercialização. Apontaram que o produtor, às vezes, se preocupa muito com a produção e esquece de planejar a sua comercialização, não considerando as necessidades do mercado consumidor, a disponibilidade de canais de distribuição e de meios de transporte para escoarem o produto.

Não adianta eu querer ter uma produção grande de banana, sendo que eu vou consumir 10% na família e os outros 90% eu tenho que vender.

Será que o comércio precisa disso? Será que nós vamos ter como levar? (...) (A., produtor familiar).

Então eu acho assim, precisa de ter planejamento porque o produtor sabe plantar. Sabe, quer e gosta da terra. Só que ele precisa ter viabilidade naquilo que ele faz (S., produtor familiar).

Nesse contexto, entrevistados sentiram o distanciamento das instituições de ensino, pesquisa, extensão e de treinamento profissional que, na percepção deles, poderia desenvolver atividades voltadas para a capacitação dos produtores familiares para o planejamento da produção e da comercialização.

A falta de agroindústrias organizadas pelos próprios produtores familiares também foi identificada como um fator que está diretamente relacionado com a precariedade das formas de comercialização. Agroindústrias, nos moldes associativistas, deveriam ser construídas, oferecendo condições para os próprios produtores beneficiarem e comercializarem os seus produtos, agregando, assim, valor.

O difícil, eu sempre falo, que o difícil é você ter o produto. Isso nós temos, né? Agora, nós temos o produto, mas quem agrega valor ao nosso produto e vai ter o lucro do produto, não somos nós (...). Então, a agroindústria, talvez, a gente poderia agregar o valor da industrialização, do empacotamento aqui e o consumidor pagaria um preço e nós também estaríamos ganhando mais (...). Mas, a gente tá pensando numa agroindústria administrada pelos produtores. Então, você teria um preço justo, economicamente viável para o funcionamento da agroindústria, né? Agora, sobretudo, ele teria que ser socialmente justo, porque, se não, a gente estaria só tomando a posição de uma outra agroindústria terceirizada (A., produtor familiar).

Que se criasse alguma coisa, vamos dizer assim, um núcleo, né? Onde essa produção pudesse ser levada e processada, e que isso viesse a buscar o mercado fora, porque a gente teria como ter um mercado bom pra fora. Porque o pequeno produtor, aqui é tudo pequeno. Nós vamos produzir lá, vamos supor mil quilos de figo, num ano. Aí, pra eu vender

meus mil quilos de figo, é muito difícil pra mim sair daqui pra ir vender lá em São Paulo sozinho, né? Ou numa outra cidade maior. Então, se a gente tivesse como agrupar isso, nucleasse isso, né? Que tivesse mais força, aí sim a gente teria como (...). Se criasse lá uma agroindústria, para processar os produtos, vender o produto já processado (E., profissional de ciências agrárias).

Como observou-se, as estruturas de armazenamento da RSMG foram avaliadas como insuficientes e precárias, afetando negativamente o processo de comercialização, uma vez que os produtores são obrigados a vender seus produtos em um menor espaço de tempo e a preços nem sempre satisfatórios. Além disso, os produtores familiares não dispõem de recursos para a construção de armazéns próprios, deixando os seus produtos em armazéns de terceiros que, dependendo de suas condições técnicas e físicas, podem comprometer um quesito básico exigido pelo mercado, que é a qualidade dos produtos.

(...) Eu acho que enfrenta é mesmo os armazéns, armazenagens, né? Ninguém tem um armazém próprio, tudo terceirizado e quando esse produto chega lá, nuns armazéns, ele não atinge aquela qualidade que ele tem. Realmente não atinge. Porque a gente fez aí curso de degustação, a classificação brasileira é clara: tipo 1, tipo 2, tipo assim. Quando chega na armazenagem, chega lá, dá um café que praticamente não é aproveitado. Todo aquele esforço que o produtor faz é perdido, né? Porque nos armazéns a gente percebe que, às vezes, a gente coloca um produto, não recebe o mesmo, se for retirar de volta. É perigoso não ter o mesmo produto de volta (G., produtor familiar).

Dessa forma, uma solução seria os produtores se mobilizarem e construir, por meio de associações e cooperativas, armazéns de uso coletivo para os associados, garantindo, assim, uma armazenagem mais segura e com menores taxas de locação. Mais uma vez, os entrevistados se ressentem de uma participação mais efetiva das instituições públicas de apoio à agropecuária existentes na região, seja pelo número insuficiente de pessoal, por falta de

recursos ou por alheamento de seus integrantes das necessidades regionais, em especial das demandas da agricultura familiar. Nesse sentido, tais instituições chegaram a ser percebidas como fator limitante, um obstáculo ao desenvolvimento.

A conotação restritiva dessas instituições se explica, pois uma parcela significativa de produtores familiares não tem acesso à assistência técnica da Emater, devido ao seu restrito quadro de extensionistas, que não consegue atender às necessidades desses produtores com eficiência.

Coqueiral, por exemplo, aqui eu faço o trabalho de extensão. Desses 951, eu atendo aí uns 400 produtores com eficiência, é aonde eu consigo chegar. Os demais a gente tenta fazer reuniões, tenta chegar lá, mas a gente não consegue atender. Uma pessoa ter 150 clientes com eficiência tudo bem, mas a partir do momento que você passa a atender mais, a eficiência passa a diminuir, pois você não consegue chegar até eles. Então eu acho que falta pessoal da extensão (...) (L., profissional de ciências agrárias).

Os entrevistados também ressaltam que as universidades são instituições que tem o ensino como foco principal mas que também desenvolvem pesquisas vinculadas à agropecuária. Todavia, os resultados dessas pesquisas não são repassados para os produtores familiares. Quando existe uma aproximação, de modo geral são ações isoladas. A avaliação que fizeram das instituições de pesquisa não é diferente. Reconhecem que elas desenvolvem novas técnicas para a agropecuária, mas que tecnologias são desenvolvidos por diretrizes fixadas pelas cúpulas dessas instituições, as quais nem sempre consideram as necessidades dos produtores familiares.

Aí, parece que até fica contraditório. A gente coloca como fator positivo a presença das entidades e, agora, a gente também coloca assim como um equilíbrio, né? Talvez um pouco também falta, assim, de uma

pesquisa mais próxima, né? Aquilo que eu reclamava, a proximidade maior da pesquisa junto do produtor (A., produtor familiar).

Eu acho, assim, que é uma iniciativa, ao meu ver, que teria que partir mais do órgão pesquisador. No caso, vamos colocar como órgão pesquisador porque o produtor, ele tem o seu trabalho e, sobretudo, a produção familiar, a gente fala isso: “Olha, eu não posso estar deixando muito minha produção familiar, pra mim ir até a universidade, porque se não daqui a pouco vai começar, (...), *ficar pra trás algum serviço, alguma coisa que eu dependo disso*”. Agora, *cabe ao pesquisador, à escola, à entidade, que está ali desenvolvendo algum trabalho, essa aproximação, essa vinda, porque eles já recebem para isso, eles já ganham pra isso, justamente pra pesquisar e pra colocar o produtor de uma forma rápida, mais próximos dos resultados, dos melhores resultados obtidos em pesquisas concluídas, né?* (A., produtor familiar).

O problema é que se desenvolve, teses, conhecimentos, que muitas vezes, não chega na mão do agricultor e quando chega, está fora da realidade dele (P., profissional de ciências agrárias).

4.1.7 Fatores limitantes localizados fora da região

Os fatores limitantes, citados com maior frequência pelos entrevistados, estão incluídos na categoria “fora da região” (Tabela 9), por se situarem na área de ação do Estado ou por representarem situações típicas de mercado, caracterizadas pela interação entre vendedor e comprador. Tais fatores assumiram as seguintes configurações: ausência de política agrícola, instabilidade dos preços dos produtos agrícolas, falta de recursos financeiros e custo de produção elevado.

TABELA 9 Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar do Sul de Minas Gerais, localizados fora da região, na perspectiva dos atores entrevistados, 2003

| Fatores limitantes localizados no âmbito regional | CA | f | % (f/N x 100) | Deficiências | Possíveis soluções |
|---|-----|----|------------------|---|--|
| Ausência de política agrícola | LPF | 4 | 36 | <ul style="list-style-type: none"> ♦ Poucas linhas de crédito; ♦ Carência de projetos que incentivem a diversificação; ♦ Afeta a competitividade no mercado externo; ♦ Prioriza apenas a questão de distribuição de terras. | <ul style="list-style-type: none"> ♦ Políticas agrícolas deveriam ser elaboradas, visando contemplar mais as necessidades dos produtores. |
| | PCA | 6 | 50 | | |
| | AM | 2 | 17 | | |
| | T | 12 | 35 | | |
| Instabilidade dos preços dos produtos agrícolas | LPF | 3 | 27 | <ul style="list-style-type: none"> ♦ Sofre oscilações entre períodos de safra e entressafra; ♦ Crises das atividades agropecuárias; ♦ Ausência de políticas de garantia de preços | <ul style="list-style-type: none"> ♦ Planejamento |
| | PCA | 1 | 8 | | |
| | AM | 0 | - | | |
| | T | 4 | 11 | | |
| Falta de recursos financeiros | LPF | 4 | 36 | <ul style="list-style-type: none"> ♦ Descapitalização dos produtores familiares; ♦ Disponibilidade de poucos meios de capitalização; ♦ Elevadas taxas de juros; ♦ Processo burocrático para acesso a crédito. | <ul style="list-style-type: none"> ♦ Política agrícola de crédito mais eficiente |
| | PCA | 3 | 25 | | |
| | AM | 6 | 50 | | |
| | T | 13 | 37 | | |
| Custo de produção | LPF | 1 | 9 | <ul style="list-style-type: none"> ♦ Preços elevados dos insumos | <ul style="list-style-type: none"> ♦ Planejamento |
| | PCA | 1 | 8 | | |
| | AM | 1 | 8 | | |
| | T | 3 | 9 | | |

Fonte: dados da pesquisa.

CA = categoria de ator social; LPF = liderança de produtor familiar; PCA = profissional de ciências agrárias; AM = representante da administração municipal; f = frequência com a qual os fatores foram citados, por categoria de ator social; T = frequência total (número de vezes em que o fator apareceu nos depoimentos das diferentes categorias de atores sociais); N = número de entrevistados por, categoria de ator social (ver Tabela 1).

4.1.7.1 Ausência de política agrícola

Foram incluídos na categoria “ausência de políticas agrícolas” os seguintes fatores presentes nas falas dos entrevistados: poucas linhas de crédito destinadas à agricultura familiar, inexistência de uma política de preço mínimo

que desse segurança ao agricultor e ausência de projetos que estimulem a busca de fontes alternativas de renda. Eles reconhecem a importância do Pronaf como programa de crédito. No entanto, ponderam que esse programa possui uma quantidade insuficiente de recursos para atender à demanda de amplos segmentos dos agricultores familiares. Caracterizam a liberalização dos recursos do Pronaf como um processo burocratizado e que, em alguns casos, os recursos não são disponibilizados no período planejado, atrasando o plantio. Há também uma carência de projetos que incentivem a busca de fontes alternativas de renda para o agricultor e sua família, como, por exemplo, a diversificação agrícola. Reclamam da ausência de uma política de preços mínimos e subsídios que ofereça segurança para produzir e planejar investimentos.

Os entrevistados também afirmaram que as poucas políticas existentes priorizavam a agricultura patronal em detrimento da agricultura familiar, uma vez que faltam representantes dos produtores familiares nas assembleias estaduais e no congresso.

Os nossos governantes têm que enxergarem esta possibilidade de que a agricultura é viável com a disponibilidade de recursos a juros mais baixos e com prazo maior... (JR, produtor familiar).

A política agrícola definida seria assim, seria uma garantia do que eu teria um preço mínimo para o meu produto, que eu poderia plantar o feijão, o milho, o café, que eu teria, assim, uma política definida que asseguraria até a produção, que não traria prejuízo, né? Então, é uma política agrícola definida: “olha, você pode plantar milho, que o preço mínimo do milho garante que esse seu milho produzido vai te dar um certo retorno”. Então, uma política agrícola definida (A., produtor familiar).

Ah, no caso, seria um incentivo do governo federal a agricultura, ao pequeno produtor principalmente, porque os grandes já têm condições. Os grandes agropecuaristas são intocáveis, mas o pequeno produtor,

ele não tem força, se não tiver incentivo. Se não tiver aquele empurrão, ele jamais vai progredir, né? (J., autoridade municipal).

Para um dos entrevistados, a política agrícola federal prioriza mais as questões de distribuição de terras, atendendo às reivindicações de movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento dos Sem-Terra (MST), esquecendo-se, assim, daqueles que possuem uma pequena propriedade e que carecem de atenções especiais para dar continuidade às suas atividades.

(...) Não, se investe na produção, familiar sobretudo, se investe muito em movimento dos sem-terra (...). Destina grandes recursos pra lá, pra quem não tem terra e não se tem uma preocupação com aquele que já tem terra e que tá perdendo a terra, às vezes. Então, seria essa política agrícola que a gente cobra. Antes de distribuir a terra, cuidar de quem já tem terra, pra que isso não venha a acontecer. Se não, você vai dando terra lá na frente e vai perdendo terra aqui atrás. Vai dando terra para os sem-terra e quem tem terra tá perdendo (A., produtor familiar).

Fatores incluídos na categoria “ausência de política agrícola” também foram articulados com fatores limitantes localizados nos níveis local ou regional. Antes de discutir essas articulações, serão comentados os problemas pertinentes à “instabilidade de preços”, outro fator limitante com dimensões localizadas fora da região.

4.1.7.2 A instabilidade nos preços dos produtos

A instabilidade dos preços dos produtos agrícolas também foi identificada, pelas categorias de liderança de produtores familiares e profissionais de ciências agrárias, como um fator restritivo. Estes avaliam que os produtores não dispõem de meios que lhes dêem poder suficiente para se resguardarem das oscilações do mercado provocadas pelas variações na oferta e procura ou pela interferência de outros agentes econômicos.

O pior problema é a oscilação do preço que, quando tem na safra, o preço cai muito e os custos são o mesmo. No ano passado, a gente vendeu o milho a 11 reais o saco no mês de maio e junho. Quando foi no fim do ano, deu 30 reais. Nós perdíamos 200% do preço. A gente vendeu 10 a 11 e chegou no fim do ano, deu de 25 a 30. Nós perdemos mais da metade. Quase todo mundo já tinha vendido. Muito pouca gente que tinha estocado, então, houve muito prejuízo (J., produtor familiar).

No período de realização desta pesquisa, as atividades tradicionais, leite e café, estavam passando por crise e, segundo os entrevistados, os preços de mercado eram inferiores aos custos de produção, acarretando um grande prejuízo aos produtores.

Olha, a questão do preço até que discute. O produtor sabe que não é ele que forma o preço. O produtor sabe que o mercado dita o preço, o produtor sabe disso. Sabe também que é a política que manda nesses fatores, mas não acontece. Isso é levado, mas não acontece (L., profissional de ciências agrárias).

De acordo com um dos entrevistados, a produção orgânica, mesmo representando um segmento diferenciado que agrega valor, também enfrenta problemas com preço de seus produtos, uma vez que não possui um mercado consolidado, deixando o produtor indeciso quanto ao seu preço.

Porque a gente não sabe. Mudou, né?, Porque no convencional, a gente tinha, a gente chegava lá pra vender, te pago tanto. No orgânico é diferente. Eles mandam a gente pedir e, aí, a gente pode dá uma errada feia, né? Se a gente pedir 100 dólares, o mercado pode tá mais a 150, pode não tá. Aí, não há uma negociação direta, né? Depende da qualidade e do mercado que tão buscando (G., produtor familiar).

Outros fatores também contextualizam as limitações de preços, quando se interpreta a realidade na perspectiva dos entrevistados, alguns dos quais já

foram discutidos. No âmbito do indivíduo, têm-se os valores que inibem a prática associativista e no âmbito regional, a falta de agroindústrias voltadas para beneficiar e agregar valor aos produtos da agricultura familiar, as deficiências das estruturas de comercialização e a falta de estruturas de armazenamento. No nível macro, ausência de políticas de garantia de preço mínimo. O contexto descrito pelos entrevistados os levou a dar relevo a duas dimensões que inquietam todas as categorias de entrevistados, que são “falta de recursos” e “custo de produção”.

4.1.7.3 Falta de recursos financeiros

A falta de recursos financeiros foi apontada, em todas as categorias de atores sociais, como um fator limitante ao desenvolvimento da agropecuária na RSMG e que atinge, principalmente, os agricultores familiares. Em geral, os entrevistados avaliam que tais produtores encontram-se descapitalizados, carecendo de recursos para investimento e modernização de suas atividades.

Meu terreno, por exemplo, eu tinha vontade fazer pastagens, piquiras, entendeu?, melhoramento do curral, barracão, corrigir o terreno, não tem como. Falta crédito (A., produtor familiar).

(...) Isso é a descapitalização do agricultor. Se ele não tem crédito, ele não tem como investir. Se ele não tem como investir, não tendo como investir ele não tem como praticar as tecnologias mais adaptadas à realidade dele e, aí, não tem melhor produção, melhor produtividade, não consegue escoar adequadamente e isso vira um ciclo vicioso (P., profissional de ciências agrárias).

Os entrevistados também ressaltam que os meios de capitalização disponíveis para os produtores familiares são poucos, visto que o governo destina um pequeno volume de recursos financeiros ao crédito rural, o qual ainda é acompanhado por elevadas taxas de juros. Argumentam que as taxas de

juros deveriam ser compatíveis com prazo e o nível de retorno das atividades dos produtores, pois o contrário pode representar prejuízo.

(...) Pessoa fica falando que não tem recurso. Às vezes tem, (...) só que custa caro e, dependendo, da atividade que você for empregar, o recurso não é viável. Não dá para você realizar um sistema de produção com uma taxa de juros, por exemplo, de 2,5(...). A atividade agrícola é uma atividade demorada. Se você entrar numa taxa de juros alta, simplesmente emperra (JR, produtor familiar).

Os entrevistados observam que os produtores familiares encontram muitas dificuldades para conseguirem empréstimos em instituições financeiras devido ao processo burocrático que envolve desde a documentação para o cadastro até a liberação dos recursos. Comentam também que os bancos impõem condicionantes, como a compra de um título de capitalização ou a aquisição de um cartão de crédito. Ademais, essas instituições, principalmente as particulares, preferem emprestar para os grandes e médios produtores, pois dispõem de maiores propriedades que podem ser alienadas como forma de garantia de pagamento.

(...) Sempre que o pequeno produtor ia buscar um financiamento ou uma linha de crédito no banco, os impedimentos eram tanto pra ele fazer que ele acabava desistindo. Então, ele não tinha como investir numa coisa, melhorar. Se ele queria plantar, ele tinha tanto obstáculo dentro do banco pra conseguir o financiamento que ele largava mão. É preferível do que jeito que ta. É melhor eu ficar de braço cruzado, que tanto problema. E outra a questão, o banco prefere trabalhar com grande que com pequeno. Porque o mesmo preço que custa fazer uma papelada pro grande custa pra fazer pra um pequenininho, e isso pro banco não é negócio (G., produtor rural).

O Banco do Brasil vai emprestar exige milhões de coisas, de garantias, aí faz um absurdo. Querer vender produto pra esse produtor, que é obrigado a tomar conta, que é obrigado a ter cartão de não sei que

jeito. Então, isso tudo acaba complicando muito (S., profissional de ciências agrárias).

Alguns entrevistados também ressaltam que recursos como o Pronaf, nem sempre são disponibilizados no momento certo, comprometendo, assim, os investimentos planejados pelos produtores, que dependem de fatores sobre os quais não exercem controle, como, por exemplo, as condições climáticas .

Em agricultura, existe datas, porque são todas as culturas são dependentes de chuva. Tem que fazer trato cultural na hora exata, tem que plantar no início da chuva, existe data pra isso. E esse crédito não chega no início da safra. O crédito, aqui pra nós, chega em janeiro e ele deveria chegar em outubro, que é o início do plantio e fim da safra. Então, ele chega faltando e na hora errada, em janeiro. É o que tem acontecido. (L., profissional de ciências agrárias)

4.1.7.4 Custo de produção

O elevado custo de produção das atividades agropecuárias também foi interpretado com um fator limitante. De acordo com os entrevistados, as atividades agropecuárias “convencionais” necessitam de insumos químicos para obter melhor rendimento. No entanto, tais insumos apresentam preços elevados, os quais foram interpretados como consequência dos tipos de empresas que compõem o mercado de fabricação de insumos agrícolas. Segundo os entrevistados, este mercado é composto, principalmente, por empresas multinacionais que reajustam os preços de seus produtos conforme a taxa de câmbio.

Nós compra em dólar e vende em real ... Se o dólar foi quase a 4, o adubo acompanhou o dólar. O dólar voltou, eu acho, que eu vi antes de ontem, 2,99, o adubo tinha que tá em quanto? 2,99 dólares. Agora, se o dólar for amanhã pra 3,10, o adubo ficou parado no dólar de 4,00. O

que que aconteceu? O dólar suspendeu, o adubo vai suspender. E o que que aconteceu? O milho ficou no real. E hoje é 15 reais uma saca de milho (H., produtor familiar).

O preço do insumo, isso é um negócio difícil de controlar. Porque, como vai fazer? Vai pressionar quem para baixar preço deste produto? Há pouco tempo atrás se comprava adubo com o dólar a R\$ 3,90. O dólar baixou de preço e o preço do adubo continuou o mesmo preço (E, profissional de ciências agrárias).

Os depoimentos desses entrevistados expressam a relação desigual entre custo de produção e receita do produtor como um fator restritivo para o desenvolvimento agropecuário, uma vez que o produtor depende de insumos importados, os quais acompanham as variações no sentido de alta do mercado de câmbio. Já os preços dos produtos agropecuários são estabelecidos por meio das variações entre oferta e demanda no mercado consumidor e, além disso, os produtos da pauta de exportação, no âmbito nacional, sofrem todas as oscilações de alta ou de baixa do mercado de câmbio do dólar.

Resumindo a discussão efetuada nesta seção, as lideranças de produtores familiares, os profissionais de ciências agrárias e as autoridades municipais identificaram, no Sul de Minas, um conjunto de objetos de orientação como obstáculos que impedem o desenvolvimento agropecuário dessa região. Esses objetos foram classificados em categorias que retratam o nível em que tais fatores se encontravam - se no do produtor, se na região ou fora da região. Nas tabelas 7, 8 e 9 está sumariado o processo de orientação dos entrevistados, identificando as deficiências e possíveis soluções para esses fatores limitantes. Nos Quadros 1, 2 e 3 são apresentados de forma resumida, todos os fatores favoráveis e limitantes discutidos no capítulo de análise e resultados.

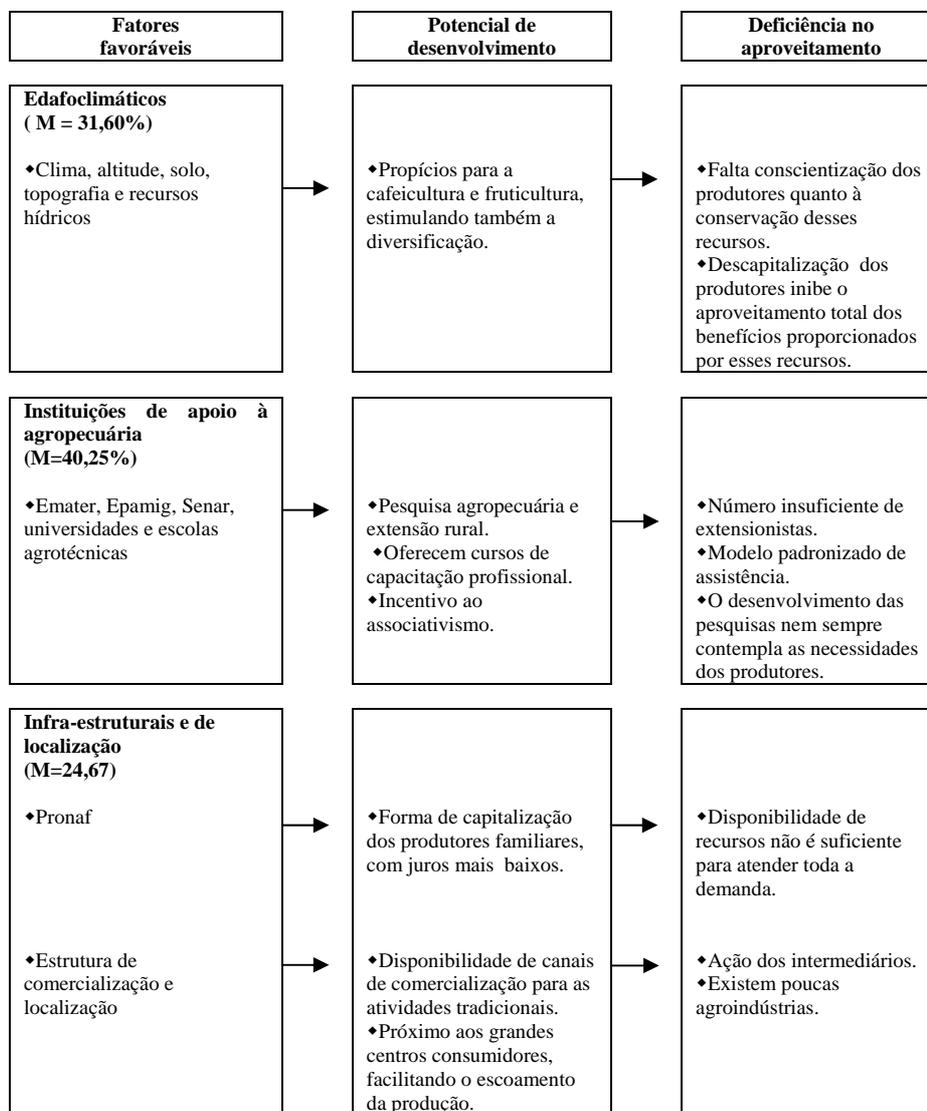


FIGURA 4 Fatores edafoclimáticos, instituições de apoio à agropecuária, fatores infra-estruturais e de localização identificados como favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar, no período de julho de 2003.

Fonte: dados da pesquisa

M = Média da frequência total [frequência total (T) / número de fatores da categoria]

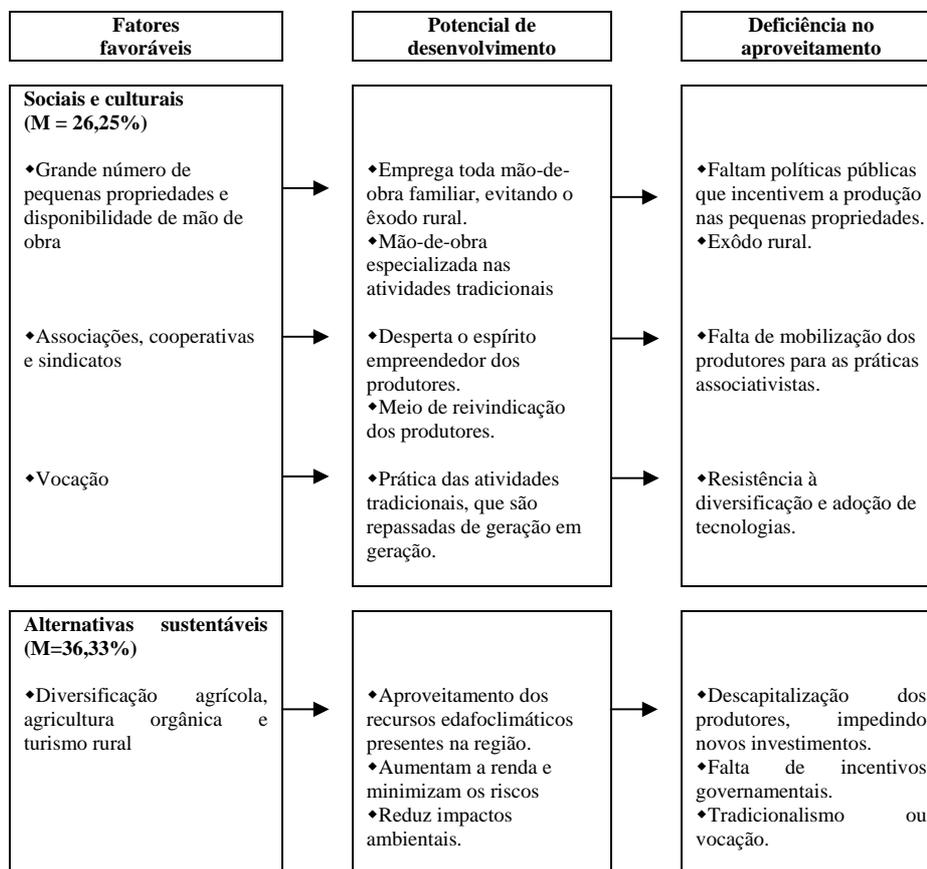


FIGURA 5 Fatores sociais e culturais e alternativas sustentáveis identificados como favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar, no período de julho de 2003.

Fonte: dados da pesquisa

M = Média da frequência total [frequência total (T) / número de fatores da categoria]

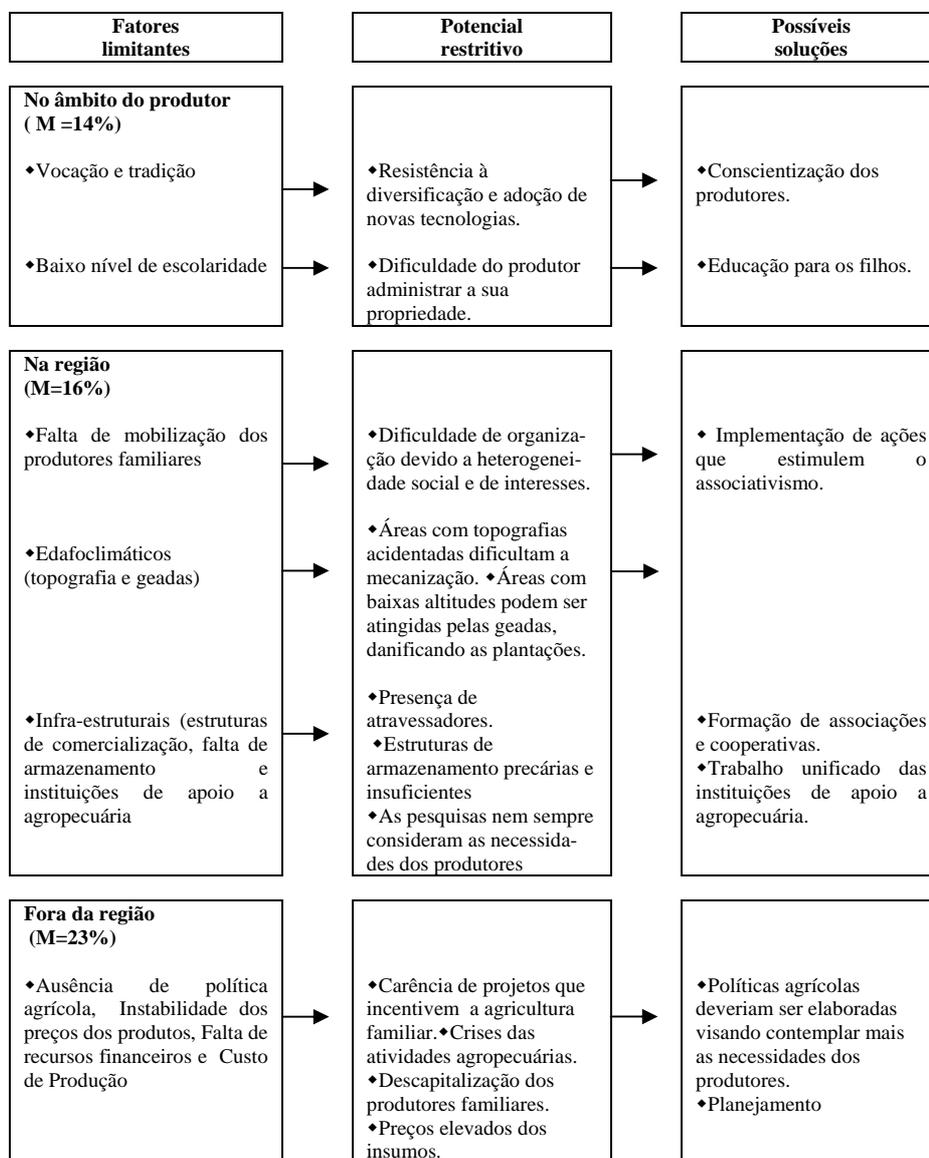


FIGURA 8 Fatores identificados no âmbito do produtor, da região e fora da região, como limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar, no período de julho de 2003.

Fonte: dados da pesquisa

M = Média da frequência total [frequência total (T) / número de fatores da categoria]

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se a realidade social, na qual está inserida a agropecuária familiar na RSMG, pode-se observar que ela apresenta tanto fatores favoráveis como fatores limitantes ao desenvolvimento rural. A classificação desses fatores em favoráveis e ou limitantes foi realizada conforme a percepção dos atores sociais envolvidos no estudo. Entretanto, em algumas justificativas sobre a classificação desses fatores, a interpretação dos atores sociais pode ser divergente do real cenário da RSMG, uma vez que esses atores interpretam o ambiente em que atuam a partir dos significados que os objetos de orientação têm para eles.

Identificaram-se diferentes categorias de fatores que vão desde aspectos específicos das atividades produtivas a características sócio-culturais e organizações vinculadas à agropecuária na RSMG. Os fatores favoráveis foram classificados conforme a sua natureza e agrupados nas categorias edafoclimáticos, infra-estruturais e localização, sociais, culturais e alternativas sustentáveis. Observou-se que, com exceção da altitude, o aproveitamento do potencial de desenvolvimento dos fatores favoráveis é parcial, devido à interferência restritiva de alguns fatores limitantes. Já a classificação dos fatores limitantes foi realizada conforme o nível em que o fator situava, isto é, se no nível do produtor, da região ou fora da região. Observou-se que todos os fatores limitantes demandam ações que visem à solução ou à redução de suas limitações. Além disso, fatores, como tradição/vocação, topografia, estrutura de comercialização e instituições de pesquisa, foram identificados como favoráveis e também como limitantes.

Os fatores estruturais foram os mais mencionados. Isso se justifica pelo fato de o termo desenvolvimento agropecuário estar vinculado, principalmente, aos atributos dos campos físico, distributivo, sustentável, econômico e político

da RSMG, bem como a outras estruturas que estejam localizadas fora da região. No entanto, isso não pressupõe a exclusão dos sujeitos, principalmente do produtor familiar, com seus valores culturais, conhecimentos e interesses.

Com relação ao campo físico que envolve a RSMG, observou-se que a conjugação dos fatores edafoclimáticos favoráveis (clima, altitude, solo, topografia e recursos hídricos) permite diversas formas de produção, bem como potencializa a prática da diversificação, enquanto a localização geográfica da RSMG facilita tanto a compra de insumos como a venda de produtos agrícolas, nos grandes centros consumidores. Contudo, a RSMG também é dotada de obstáculos físicos, visto que algumas áreas possuem topografias acidentadas que dificultam a mecanização dos sistemas produtivos, podendo também não serem propícias para o cultivo de determinados produtos. As geadas também se caracterizaram como um fenômeno físico que pode atingir as atividades agrícolas, danificando as plantações e comprometendo a produção.

Do ponto de vista distributivo, as pequenas propriedades presentes na RSMG também foram caracterizadas como um fator favorável, pois absorvem a mão-de-obra familiar e, conseqüentemente, garantem a permanência dos produtores familiares no meio rural. Em decorrência de sua estrutura agrária, considerou-se que na RSMG não há indícios de conflitos sociais oriundos do acesso à terra, o que foi interpretado como um fator favorável.

Com relação à sustentabilidade, observou-se que alguns entrevistados interpretam a agricultura orgânica como um fator favorável que está associado a uma nova forma de racionalidade que integra duas vertentes, a ambiental e a social. Associa-se a vertente ambiental, pois muitos produtores possuíam consciência sobre a necessidade de preservar o meio ambiente, adotando, assim, a prática da agricultura orgânica. Cultivam a terra sem a utilização de insumos industrializados, tais como fertilizantes e herbicidas, os quais eram percebidos como causadores de danos ao meio ambiente, danificando o equilíbrio dos

recursos naturais. Identificou-se que este tipo de agricultura também apresenta uma relevância social, pois ele inclui os produtores familiares em um mercado diferenciado, agregando valor aos seus produtos orgânicos e também representa uma melhoria de qualidade de vida para esses atores, uma vez que exercem suas atividades sem correrem o risco de contaminação com agrotóxicos.

O turismo rural também foi apresentado como uma das formas de garantir a sustentabilidade ambiental na RSMG, pois ela é dotada de uma ampla biodiversidade, criando, assim, um quadro favorável para que os turistas tenham contato com a natureza. Avaliou-se que, ao explorarem os atributos locais de suas propriedades, os produtores familiares teriam um novo meio de gerar rendas. Este tipo de turismo, quando bem trabalhado, foi interpretado como um instrumento de conscientização dos turistas sobre a importância de preservar o meio ambiente. No entanto, foi levantado que o potencial ecológico da RSMG não tem sido explorado, em decorrência da falta de planejamento, do desinteresse dos governantes municipais e também dos produtores familiares para desenvolver essa modalidade turística.

A diversificação agrícola também foi caracterizada como um fator favorável ao campo econômico e à sustentabilidade ambiental da RSMG. Com a prática de diversas atividades, os produtores ficariam menos sujeitos às oscilações de um único mercado, minimizando os seus riscos. Além disso, considerou-se que a diversificação agrícola, quando bem orientada, passa a ser um sistema de manejo adequado dos recursos naturais, pois os produtores familiares poderiam alternar culturas sem danificar os elementos físicos da natureza e também conservar e ou recuperar a biodiversidade local. Entretanto, apesar de a RSMG apresentar potencial para desenvolver a diversificação agrícola, esta tem sido explorada de forma parcial, visto que uma das principais características da região é a especialização em café e leite, atividades usualmente denominadas de tradicionais. Na perspectiva de alguns entrevistados, esta

especialização é fruto de um fator não estrutural, ou seja, da tradição. Nesse sentido, é compreendida como repassada de geração a geração. Todavia, existem elementos estruturais que contribuem para que essa tradição persistisse. Tratam-se das benfeitorias existentes em grande parte das propriedades para a produção de café e leite, como também da infra-estrutura regional para o beneficiamento e a comercialização dos dois produtos. Optam, assim, por uma estratégia de economia de escala que, para gerar aumento de renda, depende tanto de um aumento na produtividade como também de sinais positivos no mercado (elevação dos preços).

No campo econômico, observou-se que, mesmo que a RSMG apresente uma estrutura sólida de comercialização para os produtos tradicionais, as pequenas propriedades encontram dificuldade de se relacionar com a dinâmica do mercado, comprometendo possíveis oportunidades de negócio. Esse potencial restritivo da comercialização foi contextualizado, juntamente com outros aspectos, como a presença de intermediários ou “atravessadores”, a falta de planejamento, o sistema de armazenamento precário e a falta de agroindústrias organizadas pelos produtores. É comum ocorrer, nas propriedades familiares, um aumento da produção e da produtividade, mas, devido à lei da oferta, os preços caem. Por outro lado, um ganho de produtividade nem sempre pode ser assumido como um aumento de renda, pois tal aumento pode ser captado unicamente pelos intermediários comerciais. Por conseguinte, não se trata apenas de preocupar com questões que advêm de dentro das propriedades, mas, principalmente, com as questões que estão fora das propriedades. Por isso, os agricultores familiares devem olhar, primeiramente, para os mercados, ver seus sinais e produzir aquilo que tem demanda, identificando possíveis perspectivas de integração agroindustrial.

Ainda na vertente econômica, entrevistados indicaram a falta de recursos financeiros como um fator limitante que impede a modernização

tecnológica das atividades agropecuárias desenvolvidas nas unidades familiares, o que limita o aumento de produtividade e ou a redução de custos. Nesse contexto, verificou-se que a ausência de políticas agrícolas agrava ainda mais essa limitação, uma vez que o Estado oferece poucas linhas de crédito, sendo o Pronaf, o mais expressivo. Entretanto, os critérios que permeiam a concessão de recursos financeiros por intermédio deste programa são ineficientes. Entrevistados relataram ser comum ocorrer uma defasagem de tempo entre a liberação dos recursos e o período de cultivo dos produtos.

Poucas foram as ações, originadas do Estado, consideradas como fatores favoráveis ao desenvolvimento regional e, especialmente, à agricultura familiar. Na visão dos entrevistados, foram mencionados, como favoráveis, o Pronaf e algumas ações de instituições de apoio, como universidades, escolas agrotécnicas, escritórios da Emater, Epamig e Senar. Entretanto, mencionaram que a prestação de serviços como, por exemplo, a assistência técnica, não consegue atender a todos os produtores familiares, pois a Emater possui um restrito quadro de extensionistas. Além disso, os serviços prestados pelas demais instituições nem sempre contemplam a realidade territorial da RSMG, ao desenvolverem pesquisas e ao prestarem serviços que ficam aquém das necessidades dos produtores familiares. Portanto, as organizações públicas voltadas para o desenvolvimento agrícola deveriam desempenhar suas ações, considerando as reais experiências vividas pelos atores do meio rural.

Do mesmo modo, os dados desta pesquisa apontam a necessidade de as instituições de extensão rural da RSMG estarem mais presentes no dia a dia dos produtores familiares, desenvolvendo, assim, trabalhos que estimulem o aprendizado por meio da participação comunitária. Com o envolvimento dos produtores familiares, as ações dessas instituições serão menos tutoriais e os produtores serão estimulados a descobrirem, juntamente com os agentes de

extensão rural, formas de potencializar seus fatores favoráveis e ou reduzir os obstáculos impostos pelos fatores limitantes.

Com relação aos fatores da dimensão humana, observou-se que o desenvolvimento agropecuário na RSMG compreende a ação de vários sujeitos. Entretanto, os entrevistados mencionaram apenas características subjetivas pertencentes aos produtores familiares. Resgatando-se a noção de ação de Giddens e a de habitus de Boudieu, pode-se constatar que os produtores familiares da RSMG possuem traços peculiares como o tradicionalismo/vocação e a falta de mobilização dos produtores para as práticas associativistas.

Analiticamente, pode-se atribuir à vocação, ou tradição, o papel de habitus dos produtores familiares, uma vez que trata-se de um fator inerente a um sistema histórico de relações sociais da agricultura familiar na RSMG, no qual as práticas de cafeicultura e de pecuária leiteira são repassadas de geração a geração, criando, assim, um forte sentimento de identidade. Portanto, trata-se de um fator cultural que atua favoravelmente ao desenvolvimento da agropecuária, pois existe na região uma estrutura sólida de produção e comercialização para os produtos tradicionais, resultando, assim, em mais segurança. Entretanto, por outro lado, o predomínio de atividades tradicionais torna os produtores familiares resistentes à diversificação agrícola, bem como à adoção de inovações tecnológicas.

Já a falta de mobilização dos produtores familiares foi associada ao sentimento de competitividade entre eles, os quais não interpretam a possibilidade de que a união, por meio de associações ou cooperativas, possa resultar em aproveitamento das potencialidades ou redução das limitações da RSMG. Portanto, transparece a interpretação de que existe a predominância do pensamento individualista e concorrencial em detrimento da união e da cooperação. A resistência às práticas associativistas também foi relacionada a outro aspecto subjetivo atribuído aos produtores familiares: a desconfiança. Em

geral, os produtores familiares foram percebidos como pessoas que desconfiam dos benefícios que as práticas associativistas podem proporcionar e interpretam o fracasso de outras tentativas de associativismo como um processo que tende a se perpetuar, dificultando, assim, a formação de associações ou cooperativas. Além disso, os produtores familiares foram também avaliados como indivíduos que não possuem espírito empreendedor, ou seja, são poucos os produtores que se arriscam a participar da organização de uma associação ou cooperativa, enquanto a maioria espera a concretização dos resultados para, posteriormente, se tornarem membros.

Pode-se concluir que a interpretação dos entrevistados em relação aos fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento agropecuário da RSMG justifica o uso da teoria da ação social neste trabalho, visto que esses fatores são determinados tanto pela estrutura como também pelos fatores subjetivos que regem as ações dos produtores familiares. Se não há uma superação do dualismo entre sujeito e objeto ou entre a micro ou macroanálise, pelo menos mostra que a análise da interpretação dos atores sociais pode contemplar essas duas dimensões.

Os resultados desta segunda fase da pesquisa também apontam a necessidade de se aprofundar em outras questões que podem envolver tanto a estrutura como também o sujeito. Com relação à estrutura, sugere-se um trabalho para verificar se as universidades e instituições de pesquisa da RSMG incorporam, nas suas diretrizes, dimensões que se aproximam das interpretações reveladas por esta pesquisa e se tais dimensões estão também presentes nas justificativas dos projetos de professores e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Com relação ao sujeito, sugere-se que seja realizado um estudo mais profundo para identificar o sentido que essa vocação/ tradição assume para os produtores familiares da RSMG, tendo como suporte teórico, por exemplo, o construcionismo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, 1992. 275p.

ALBERTI, R.L.; MIELITZ NETO, C.G.A. É possível pensar desenvolvimento pequena produção agrícola na conjuntura atual a partir de políticas essencialmente agrícolas? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto-SP. Anais... São Paulo, 2005. CD-ROOM.

ALENCAR, E. An interpretative study of the cooperative as a means for farmers to adapt to the social system. 1986. 371p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)-The University of Reading, Readin.

ALENCAR, E. Associativismo rural e participação. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997. 100p.

ALENCAR, E. Complexos agroindustriais. 2.ed. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 90p.

ALENCAR, E. Análise do significado. Lavras: UFLA/DAE, 2002. 45p. Roteiro de aula.

ALENCAR, E. et al. Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do sul de Minas Gerais: um estudo com lideranças rurais e profissionais de ciências agrárias. Lavras: UFLA/DAE, 2001. 65p. (Relatório de Pesquisa).

ALENCAR, E. et al. Agropecuária sulmineira e agricultura familiar: uma análise interpretativa. Lavras: DAE/UFLA, 2005. 120p. (Relatório de Pesquisa).

ALENCAR, E.; GOMES, M.A.O. Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212p.

ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J.A. Unidade de produção e administração rural. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v.14, n.157, p.25-29, 1988.

ASENSI, F.D. O espaço da ação coletiva na teoria da estruturação de Anthony Giddens. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/imagens/3gidde.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2005.

ASSIS, T.R.P.; RIBEIRO, E.M. Agricultura familiar, organizações territoriais de desenvolvimento (OTDS) e políticas públicas: estudos de caso em Minas Gerais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto-SP. Anais... São Paulo, 2005. CD-ROOM.

BAGGIO, A.P. et al. Elementos de cooperativismo e administração rural. Ijuí: FIDENE/UNIJUÍ, 1983. 192p.

BANDURA, A. Social cognitive theory: an agentic perspective. *Annual Review of Psychology*, Palo Alto, v.52, p.1-26, Feb. 2001.

BARAÚNA, F.G. Caracterização sócio-econômica de unidades de produção. 1988. 82p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural)-Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras, MG.

BATALHA, M.O. (Org.). Gestão agroindustrial. São Paulo: 1997. 573p.

BELATO, D. A subordinação do camponês no interior das cadeias alimentares: integração e contratos de produção. *Contexto e Educação*, v.1, n.1/3, 1986.

BELIK, W. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. In: RAMOS, P.; REYDON, B.P. Agropecuária e agroindústria no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1995. p.107-123.

BELIK, W. Changing patterns of state intervention in the Brazilian agro-industrial complex. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v.37, n.3, p.405-424, 1997.

BICUDO, M.A.V. (Org.). Fenomenologia: confrontos e avanços. São Paulo: Cortez, 2000. 167p.

BITTENCOURT, G. Agricultura familiar e agronegócio. In: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPQ, 2002. p.85-94.

BONNEWITZ, P. Primeiras lições sobre sociologia de Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003. 127p.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Paripus, 1996. 231p.

- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 247p.
- CALEGARIO, C.L.L. As relações contratuais no setor leiteiro no contexto do agribusiness. 1996. 80p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural)- Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.
- CARDOSO, C.F.S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEBITARESE, A. L. (Org.). O campesinato na história. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 301p.
- COHN, G. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, M.C.B. de. Teoria da ação em debate. São Paulo: Cortez, 1993. p.63-75
- COUTO ROSA, S.L. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. Anais... Paraná, 1999. CD-ROOM.
- CRAIB, I. Modern social theory: from Parsons to Habermas. London: Harvester, 1992. 262p.
- CARNEY, D. Changing public and private roles in agricultural service provision. London: Overseas Development Institute, 1998. 90p.
- DELGADO, G.C. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo: Ícone, 1985. 240p.
- DIAS, J.; GUIMARÃES, P. Uma nova teoria de comportamento da agência reguladora de monopólios e oligopólios. São Paulo, Estudos Econômicos, v.27, n.2, p.177-193, 1997.
- DUPAS, G. Atores e poderes na nova ordem global. São Paulo: UNESP, 2005. 319p.
- ESPÍRITO SANTO, L.S. Potencialidades e limitações da agropecuária sulmineira na perspectiva de profissionais de ciências agrárias e lideranças de produtores rurais. 2000. 88p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural)- Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG

FONSECA, M.L.R.V. Impactos das mudanças tecnológicas e organizacionais na força de trabalho de três empresas do setor agroindustrial de Minas Gerais. 2000. 86p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário de 1995-1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2001.

GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 317p.

GONÇALVES, R. Globalização e desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 237p.

GONÇALVES, R. A herança e a ruptura: cem anos de história econômica e proposta para mudar o Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 171p.

GRAZIANO da SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1996. 217p.

GRAZIANO da SILVA, J. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, J. (Org.). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. 212p.

GUANZIROLI, C.E. et.al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 201p.

GUEDES, C.G. Participação da agricultura familiar no agronegócio. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2003. 22p. Disponível em: <http://www.agr.unicamp.br/conbea04/posprod/htmls/guedes/agricfamiliar_guedes.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2006.

HARRIS, J. Rural development: theories of peasant economy and agrarian change. Sydney: Hutchinson University, 1982. 409p.

JONES, P. Studying society: sociological theories and research practices. London: Collins, 1993. 182p.

JUNQUILHO, G.S. Condutas gerenciais e suas raízes: uma proposta de análise à luz da teoria da estruturação. *Revista de Administração Contemporânea*, Edição Especial, p.101-120, 2003. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac/vol_07/dwn/rac-v7-edesp-gsj.pdf>. Acesso em: 6 de mar. de 2006.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceitos e medidas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.21, n.3, p.379-409, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p379.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2006.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990. p.113-223.

KLUTH, V.S. A rede de significados: imanência e transcendência. In: BICUDO, M.A.V. *Fenomenologia: confrontos e avanços*. São Paulo: Cortez, 2000. p.106-140

LAMOUNIER, B. *Determinantes políticos da política agrícola*. Brasília: IPEA, 1994. 58p.

LAMARCHE, H. (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Unicamp. 1993. 336p. Tradução de L'agriculture familiale.

LAYDER, D. *Understanding social theory*. London: Sage, 1994. 230p.

LEMOS, M.B. Organização agroindustrial, entrada em tecnologia e lideranças de mercados: o caso brasileiro. In: RAMOS, P.; REYDON, B.P. *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1995. p.69-105.

LOPES, J.E.P. *Análise econômica de contratos de integração usados no complexo agroindustrial avícola brasileiro*. 1992. 105p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

LOUREIRO, M.R.C. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, M.R.C. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981. p.133-55.

LOUREIRO, M.R.C. *Terra, família e capital*. Petrópolis: Vozes, 1987. 182p.

LOYOLA, M.A. Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 98p.

MACHADO FILHO, C.A. et al. Agribusiness europeu. São Paulo: Pioneira, 1996. 132p.

MEZZOMO, C.P.L. Sistema agroindustrial das olerícolas congeladas: a coordenação entre olericultor e a agroindústria de congelamento. 1997. 137p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

MOLINA FILHO, J. Classificação e caracterização sócio-econômica das unidades de produção agrícola no Brasil. In: SEMINÁRIO DE MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA RURAL, 1., 1977, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: FGV-RJ, 1977. p.387-392.

MÜLLER, G. Estado e classes sociais na agricultura. Estudos Econômicos, São Paulo, v.12, n.2, p.81-94, 1982.

MÜLLER, G. COTRIJUÍ: tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In: LOUREIRO, M.R. (Org.). Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 1981. p.97-131.

OAKLEY, P. Projects with people: the practice of participation in rural development. Geneva: International Labour Office, 1991. 284p.

OAKLEY, P.; GARFORTH, C. Guide to extension training. Rome: Food and Agriculture Organization of The United Nations, 1985. 144p.

PAIXÃO, A. L. A teoria geral da ação e arte da controvérsia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n.4, v.11, p.34-56, out. 1989.

PARSONS, T.; SHILS, E.A. Hacia una teoría general de la acción. Buenos Aires: Kapelusz, 1968. 555p.

PECI, A. Estrutura e ação nas organizações: algumas reflexões sobre as perspectivas prevaletentes na teoria organizacional. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. Anais... Recife, 2002. CD-ROOM

PEREZ, L.H. Caracterização de áreas agrícolas brasileiras segundo suas formas de produção. 1975. 190p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Rurais)-Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP.

PREMEBIDA, A.; ALMEIDA, J. Desenvolvimento rural e o campo tecnocientífico: a construção de um discurso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto-SP. Anais... São Paulo, 2005. CD-ROOM.

RAMOS, P.; REYDON, B.P. (Org.). Agropecuária e agroindústria no Brasil. Campinas: UNICAMP, 1995. 254p.

ROCHA, A.G.P.; PAULA, A.M.H. Participação social e políticas de desenvolvimento rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto-SP. Anais... São Paulo, 2005. CD-ROOM

SEOANE, C.J.B. La escuela de Frankfurt y los posmodernos: um diálogo posible. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas, v.6, n.2, p.193-217, mayo/ago. 2000.

SIMÃO, A.A. Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária familiar sul mineira. 2005. 149p. Dissertação (Mestrado em Administração) -Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

SORJ, B.; POMPERMAYER, M.J.; CORADINI, O.L. Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 118p.

SORJ, B.; WILKINSON, J. Processos sociais e forma de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M.H.T. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.165-190.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Basic of qualitative research: grounded theory, procedures and techniques. London: Sage, 1990. 270p.

TAYLOR, C. Interpretation and the sciences of man. In: RABINOW, P.; SULLIVAN, W.M. Interpretive social science: a reader. Los Angeles: University of California, 1979. p.25-71.

VILAS BOAS, A.A. Organização da produção agropecuária e integração ao setor urbano-industrial. 1992. 126p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural)-Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras, MG.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. Anais... São Paulo: ANPOCS, 1996. p.1-16.

WEISSHAUPT, J. A teoria da ação em Alan Touraine: alguns supostos e uma aplicação teórica. In: CARVALHO, M.C.B. de. Teoria de ação em debate. São Paulo: Cortez, 1993. p.11-40.

ZIZEK, S. De história e consciência de classe à dialética do esclarecimento, e volta. Lua Nova. São Paulo, n.59, p.159-175, 2003.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (Org.). Economia e gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000. 428p.